

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)**

Pedro Donizete da Costa Júnior

Colapso ou Mito do Colapso?

**Aspectos do debate entre teóricos do sistema mundial e do
desenvolvimentismo sobre as Relações Internacionais**

Mestrado em Ciências Sociais

**São Paulo
2012**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)**

Pedro Donizete da Costa Júnior

Colapso ou Mito do Colapso?

**Aspectos do debate entre teóricos do sistema mundial e do
desenvolvimentismo sobre as Relações Internacionais**

Mestrado em Ciências Sociais

**Dissertação de mestrado apresentada
à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção
do título de mestre em Ciências Sociais
(Ciência Política), sob a orientação do
Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de
Almeida.**

São Paulo

2012

Banca Examinadora

Aos meus pais, Pedro e Ana.

Agradecimentos

Acredito que ninguém realiza nada sozinho. Toda realização é fruto de uma construção coletiva. Por isso, sou profundamente grato a muitas pessoas que em tempos distintos foram essenciais para o longo processo de desenvolvimento deste trabalho.

Primeiramente, sou grato ao meu orientador, o Prof. Lúcio Flávio de Almeida. Sinto-me um privilegiado por ter sido seu orientando.

Agradeço aos professores Cesar Lambert e Luiz Niemeyer pela honrosa participação em nossa banca de defesa. E, ao Prof. Ramon Casas e ao Prof. Carlos Toledo pelas preciosas apreciações.

Retribuo minha gratidão a dois professores que são responsáveis por grande parte da minha formação, Silvio Rosa e Eduardo Mariutti.

Agradeço à FACAMP, especialmente aos professores João Manuel Cardoso de Mello, Liana Aureliano e Luiz Gonzaga Belluzzo, que me honraram com sua confiança. E, ao respaldo dos meus coordenadores, os professores Rodrigo Sabbatini, Denis Gimenez, Denilson Cordeiro e André Rocha. Aos amigos e colegas de trabalho, especialmente ao Prof. Marcelo Koch.

Sou grato aos colegas e funcionários da PUC-SP, particularmente à minha companheira de estudos, Angélica Karlla. E, à sempre atenciosa, secretária do departamento de ciências sociais, Katia Cristina. Assim como, à Jennifer de Menezes, a quem coube a ingrata tarefa de revisar estas maltraçadas.

Ao CNPQ que financiou diretamente esse projeto de pesquisa. E, aos trabalhadores e trabalhadoras deste país, que o fizeram indiretamente.

A três grandes amigos. Ao André de Souza, colega desde a graduação e amigo para a vida inteira. E, à Mônica Felix e ao Benny Hinn, verdadeiros irmãos.

Sou eternamente agradecido à minha família. À minha irmã, Ana Cristina, e aos meus pais, Pedro Donizete da Costa e Ana Soares Costa, pelo apoio incondicional e contínuo.

Por fim, sou profundamente grato à Luciana Moura, “minha dádiva escondida no campo”.

Graças a Deus!

Resumo

O objetivo deste trabalho é contribuir para o estudo das grandes transformações que ocorrem no sistema internacional desde os anos 70 do século XX. A questão central é: os Estados Unidos da América vivem uma “crise terminal”? Não examinamos esta questão diretamente, mas por intermédio da análise comparativa de duas importantes linhas de abordagem das Relações Internacionais: a do *sistema-mundo* e a *desenvolvimentista*. No primeiro caso, recorremos a dois autores, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein; no segundo, a José Luís Fiori.

Palavras chave: Crise. Estados Unidos. Moderno Sistema Mundial. Neomarxismo. Neodesenvolvimentismo.

Abstract

The aim of this research is to contribute towards the study of the major changes occurring in the international system since the twentieth century, specifically from the 70s on. The central question is: Is the United States of America living a "terminal crisis"? This question is not examined directly, but by means of a comparative analysis of two important lines of approach in International Relations: the *world-system* and the *developmentalist*. In the former, we turn to two authors, Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein; in the latter, we turn to José Luís Fiori.

Keywords: Crisis. United States. Modern World System. Neo-Marxism. Neo-developmentalism.

Sumário

Introdução.....	10
Teoria e Conjuntura	10
Capítulo 1 – Giovanni Arrighi – Os Ciclos Hegemônicos e o Caos e a Governabilidade no Sistema Mundial Moderno	20
1.1 “Sistema-Mundo Moderno” e “Ciclos Hegemônicos”	20
1.2 Giovanni Arrighi e o Caos e a Governabilidade no Sistema Mundial Moderno	33
Capítulo 2 – Immanuel Wallerstein – O Declínio do Poder Americano e o Colapso do Sistema Mundial Moderno	44
2.1 O Declínio do Poder Americano	45
2.2 O Fim do Mundo com o Concebemos	75
Capítulo 3 – José Luís Fiori – O Mito do Colapso do Poder Americano e do Sistema Mundial Moderno	78
3.1 A Teoria do “Universo em Expansão” e a Tese da “Explosão Expansiva”	79
3.2 Conjuntura Internacional	89
3.3 Críticas a Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi	112
Considerações Finais	118
Bibliografia.....	126

“A coruja de Minerva alça voo ao se iniciar o crepúsculo.”

Hegel

Introdução

Teoria e Conjuntura

Desde a ascensão dos Estados Unidos como *hegemon* no Sistema Internacional após a II Guerra Mundial, o fulcro dos estudos da teoria das Relações Internacionais tem sido a capacidade de manutenção – e expansão – dessa hegemonia ou seu esgotamento inexorável. Sendo assim, se o zênite da hegemonia estadunidense ocorreu nas décadas subsequentes ao desfecho do segundo grande conflito mundial, a partir da década de 1970, entretanto, uma extensa produção acadêmica passa a examinar a crise da hegemonia norte-americana. Já na década de 1960, China e França recusam-se a assinar o TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares) e produzem suas próprias armas atômicas, evidentemente a contragosto da potência norte-americana. Em 1968, ocorreram os movimentos de contestação à hegemonia estadunidense oriundos da rebeldia social da contracultura. Em 1979, a União Soviética impetra ultrapassar os limites de sua “zona de segurança” ao invadir o Afeganistão e, assim, escapar do sistema de contenção matizado pelos rivais. No mesmo ano, a revolução xiita no Irã contraria a hegemonia dos Estados Unidos no Oriente Médio, diante da contundente derrota do Vietnã, com a crise do dólar e os sucessivos choques do petróleo, em 1973 e posteriormente 1979, os quais provocaram a ruptura do regime energético pautado no petróleo barato. O desmantelamento do regime monetário internacional de Bretton Woods e, a rápida recuperação econômica da Alemanha e do Japão, que começaram a competir por mercados que ameaçavam os interesses norte-americanos, dando assim sinais evidentes de seus propósitos de retomar um projeto nacional visando sua expansão territorial e econômica. Enfim, diante deste complexo cenário mundial, diversos analistas das Relações Internacionais – sobretudo os ligados à corrente “neomarxista” – profetizavam o colapso do poder americano. Segundo Immanuel Wallerstein: “Há muito tempo venho argumentando que os Estados Unidos estão em decadência como potência hegemônica desde a década de 1970...” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 9).

Entretanto, durante a década de 1980, o cenário mudou. A “diplomacia do dólar forte”, realizada pelo governo Reagan, marcou, segundo a corrente teórica “neodesenvolvimentista”, a retomada da hegemonia americana através da supervalorização de sua moeda. Conforme Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo: “A vulnerabilidade do dólar como moeda internacional foi contornada pela da ‘diplomacia do dólar forte’ do governo Reagan (Volker), executada sem piedade no início dos anos 1980” (TAVARES; BELLUZZO, 2004, p. 130). Ao passo que para os chamados “triunfalistas” (ver BOBBIT, 2001; KRAUTHAMMER, 2003; e FERGUSON, 2004), já no início da década de 1990, as vitórias na Guerra Fria e na Guerra do Golfo sacramentaram a supremacia absoluta dos Estados Unidos no Sistema Internacional. Segundo Robert Kagan, “o novo imperialismo seria realismo. Já que os EUA realmente têm poderes imperiais, seria melhor usá-los de vez” (KAGAN apud MANN, 2006, p. 21). E no decorrer dos anos 1990, com um crescimento econômico contínuo e rendimentos financeiros exponenciais; com o sucesso em disseminar a globalização e o liberalismo financeiro como um fenômeno “automático” e “benéfico” para toda a humanidade; diante da ausência de um rival equivalente no campo militar; e, diante das quedas do crescimento econômico de Japão e Alemanha – à época, respectivamente, a segunda e a terceira maior economia do mundo –, falou-se em uma hegemonia “perene” dos Estados Unidos e até mesmo no “fim da história”. Segundo Joseph Nye: “Desde a Roma antiga, nenhuma nação se elevou tão acima das outras” (NYE, 2002, p. 25). Francis Fukuyama¹ foi além: “Hoje, temos dificuldade em imaginar um mundo que seja radicalmente melhor do que o nosso, ou um futuro que não seja essencialmente democrático e capitalista” (FUKUYAMA, 1992, p. 46).

No entanto, na década de 2000, ressurgiu com intensidade o debate acerca do colapso da hegemonia norte-americana. Uma miríade de imbricações internas e mundiais que emergiram na primeira década do novo século enfraqueceu as interpretações que previam uma era de paz e prosperidade, pautada sob as benesses da promoção mundial do liberalismo econômico e da ordem “garantida” pela superpotência mundial. Consequentemente, as teses acerca do outono hegemônico estadunidense voltaram a estar em evidência. Com: a crise político-

¹ Ao se referir à tese de Francis Fukuyama, Eric Hobsbawm, sutilmente, afirmou: “Quando caiu o muro de Berlim, um americano incauto anunciou o fim da história.” (HOBBSAWM, 2008, p. 36).

institucional oriunda da controversa eleição de George W. Bush; os ataques de 11 de setembro de 2001 ao Pentágono e ao World Trade Center; a desaceleração econômica da potência americana rumo à recessão; o homérico aumento da dívida pública norte-americana; a explosão da bolha financeira, a crise hipotecária e a queda da confiança e do consumo da população; a ampliação do desencanto e da contestação em diversos pontos no interior da potência hegemônica, como por exemplo, os protestos “Ocupem Wall Street”; o desfecho da euforia globalitária por todo o planeta; a fortemente contestada “Guerra ao Terror”, especialmente o fracasso da ocupação norte-americana no Iraque; o “acréscimo de poder” da Rússia e, sobretudo, da China no Sistema Mundial; a crise financeira iniciada em 2008, a qual se mostrou profundamente mais intensa do que as bolhas precedentes, e cujo epicentro foi o próprio sistema financeiro dos Estados Unidos, núcleo da ordem neoliberal; e a volta da “geopolítica das nações”, com corrida armamentista, políticas nacionalistas e disputas hegemônicas em diversas regiões do mundo; enfim, diante de uma série de desgastes políticos, econômicos e militares sofridos pelos Estados Unidos, sobretudo a partir de 2001, e suas implicações na conjuntura internacional, retornam à pauta de discussões as profecias sobre fim do poder americano. Conforme Eric Hobsbawm: “a superioridade dos Estados Unidos é um fenômeno temporário..., e o projeto americano está falindo” (HOBSEBWM, 2007b).

Diante desse intrincado cenário internacional, ressuscitou-se o debate nos Estados Unidos entre os “declinistas”, que apregoam o colapso do Império americano, e os “renovacionistas”, que acreditam na perenidade da preponderância do poder estadunidense.

Entre os que apregoam a renovação do poder americano estão autores como Philip Bobbitt (2001), Robert Kaplan (2005), Charles Krauthammer (2003), Robert Kagan (2003) e Niall Ferguson (2001 e 2004), que defendem a tese da supremacia incontestável do poder americano e que os Estados Unidos precisam assumir plenamente a posição de um Império Mundial benevolente e repudiam qualquer tipo de Ordem Internacional multilateral.² Como aponta o crítico tenaz desse grupo, o sociólogo Michael Mann:

² “Para alguns, isso implica a desejabilidade de uma hegemonia imperial mundial especificamente exercida pela única potência capaz de estabelecê-la, os Estados Unidos”. (HOBSEBWN, 2008, p. 14).

(...) esses autores insistiram que os EUA poderiam levar a paz ao mundo que continua a ser obstinadamente hobbesiano. Kagan disse que “a hegemonia benevolente exercida pelos EUA é boa para uma parte imensa da população do mundo”. É humanitária. O historiador Paul Kennedy foi bem além de Roma, como revela o título de seu artigo: “A Maior Superpotência de Todos os Tempos”. Dinesh D’Souza aprovou: “Desde o fim da Guerra Fria, os EUA exerceram uma influência sem paralelo e quase sem rival no mundo todo – em termos econômicos, políticos, culturais e militares”. Ele concordava que os EUA eram mais benevolentes do que todos os impérios anteriores. Ao observar que sua própria pátria, a Índia, era subjugada por 100 mil soldados britânicos, fez a descomunal afirmativa que “o império norte-americano [é] o poder imperial mais magnânimo que já existiu. (...) Se é este o funcionamento do império, queremos mais”. (MANN, 2006, p. 22).

Se Robert Kagan e Dinesh D’Souza proclamam em alto e bom tom a propagação do império norte-americano; Paul Kennedy (2002) defende a tese que se a benigna hegemonia dos Estados Unidos ruir, todo o mundo lamentará profundamente. Segundo Charles Krauthammer (2003), com o colapso dos rivais soviéticos, o Sistema Internacional ingressou em uma “era unipolar”, na qual os Estados Unidos se tornaram inquestionáveis a dominar o mundo. Para Samuel Huntington: “Um mundo sem a primazia norte-americana será um mundo com mais violência e desordem e menos democracia e crescimento econômico” (HUNTINGTON, 1993, p. 83). Conforme Philip Bobbitt (2001), um dos entusiastas da invasão ao Iraque, o benevolente Império Americano Global é o que garantirá a paz ao Sistema Mundial. Sua “teoria constitucional” classifica a democracia e os direitos humanos acima da soberania dos Estados. Destarte, se um Estado não é democrático ou não é capaz de proteger os direitos humanos, o Império deve agir em “favor” deste Estado e intervir militarmente. A partir dessa linha de raciocínio, Bobbitt defende o direito dos Estados Unidos ao “ataque preventivo” contra armas de destruição em massa.³ O historiador Niall Ferguson, que nas palavras de Hobsbawm é: “O mais inteligente dos integrantes da escola neo-imperial” (HOBSBAWM, 2008, p. 55), discute as razões e o sentido que o Império norte-americano deve tomar a fim de se construir uma Ordem Internacional mais estável. “O que falta aos Estados Unidos é a vontade de exercer o papel cumprido pela Inglaterra no século XIX...” (FERGUSON, 2001, p. 421).

³ Michael Mann questiona Philip Bobbitt de forma tônica e irônica: “Como mais da metade dos Estados do Mundo não é nem genuinamente democrática nem respeita os direitos humanos, parece que a chamada teoria constitucional de Bobbitt deixaria boa parte do mundo em perigo de sofrer uma invasão americana. Eis uma teoria que presta um bom serviço imperial”. (MANN, 2006, p. 22).

De outro lado, na corrente declinista, se encontra um arcabouço intelectual constituído por autores como o próprio Michael Mann (2006), Charles Kupchan (2002), Andrew Bacevich (2003) e Chalmers Johnson (2004), que ao contrário do grupo anterior, criticam o unilateralismo dos Estados Unidos, propondo ou prevendo um retorno à ordem multilateral. “Os poderes americanos são heterogêneos e inadequados para um Império, principalmente um Império benevolente” (MANN, 2006, p. 362). E, apontam que o declínio do poder americano é cada vez mais evidente. Conforme argumenta Michael Mann:

Como os “teóricos dos sistemas mundiais”, Emmanuel Todd, demógrafo e ensaísta francês, sugere que o declínio americano já começou e não será revertido pelos novos imperialistas. Diz que todos os seus poderes estão enfraquecendo. As suas forças armadas têm um ponto fraco – a relutância em sofrer baixas; a sua “cobrança de tributos” econômica é cada vez mais frágil; a sua própria democracia vem enfraquecendo enquanto a democracia global vem fortalecendo a resistência global aos EUA; e os EUA estão se afastando de valores americanos que têm poder de atração universal (MANN, 2006, p. 25).

Também entre os declinistas, embora em um tom substantivamente mais cáustico que o anterior, encontra-se a escola de estudos de Relações Internacionais que será nosso objeto de análise nesta dissertação, a qual Robert Cox denominou de “Teoria Crítica”, também conhecida como a interpretação *marxista* ou *neomarxista* das Relações Internacionais. Dentre seus principais representantes destacam-se além do próprio Robert Cox, Beverly Silver,⁴ Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, sendo a análise da obra destes dois últimos o escopo do primeiro e do segundo capítulo deste trabalho. Tendo Karl Marx como sua principal matriz teórica, essa escola crítica também parte das construções teóricas de autores

⁴ Ao lado de Giovanni Arrighi, Beverly J. Silver é co-autora de *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, obra que será intensamente discutida nesta dissertação. Em sua bibliografia destaca-se ainda: *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870* (2005), na qual Silver realiza um contundente estudo sobre movimentos de trabalhadores e política mundial. A autora parte de uma nova base de dados, construída através dos registros de manifestações de trabalhadores ao redor do mundo, para estudar as relações entre capital transnacional e trabalhadores, o que permite uma análise das tendências globais da evolução da luta de classe e de suas inter-relações com os acontecimentos nos diferentes países. Silver (2005) dimensiona o impacto de questões como as mudanças tecnológicas e a mobilidade das plantas produtivas para países com salários cada vez mais baixos, como China, Indonésia e México, que criam problemas para movimentos sindicais em alguns países ao mesmo tempo que geram novas camadas de trabalhadores organizados em outros, assim como os diferentes níveis de enfraquecimento do poder dos Estados nacionais para impor legislações capazes de defender os direitos trabalhistas, o que desafia o movimento sindical para uma nova era de reviver o caráter internacional de sua luta. Sua tese é que para onde se desloca o capital, o conflito vai atrás.

como Antonio Gramsci e Fernand Braudel. A Teoria Crítica intenta desenvolver um estudo crítico da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais através da elaboração de formas de explicação historicamente integradas e dialéticas, tendo em vista o contexto internacional da segunda metade do século XX e início do século XXI. A fim de evitar cair na “armadilha” do sectarismo intelectual, busca-se transcender distinções acadêmicas de utilidade limitada, como por exemplo, aquelas entre relações internacionais e política comparada, entre política e teoria empírica, entre sociologia política e economia política. A reconstrução da teoria histórico-materialista precisa considerar questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas concernentes ao passado, ao presente e ao futuro (GILL, 2007, p. 41 e 42). Dentre os pontos mais relevantes da Teoria Crítica na análise das Relações Internacionais (ver COX, 2007, p. 102-103 e 122-123; HALLIDAY, 1999, p. 61-86; SILVA, 2005, p. 249-282; GILL, 2007, p. 41-64 e 65-99) destacam-se: a crítica ao conservadorismo das teorias dominantes, procurando formular uma teoria que enfatize a mudança no centro da análise. A afirmação do caráter histórico da teoria social e das estruturas econômicas, políticas e culturais no Sistema Internacional. A análise do caráter de reprodução das relações de poder, assinalando as questões que envolvem a hegemonia das grandes potências e as assimetrias que perpassam as relações sociais e a concepção de Estado. A soberania estatal entra no debate, assim como os aspectos relacionados a práticas de exclusão e dominação na política mundial. Por fim, faz-se crucial apontar que a *critical theory* tem como objetivo uma reflexão emancipadora da realidade a partir das considerações acima, assim como a transformação substancial desta.⁵ Nas palavras de Fred Halliday: “teoria (crítica) baseada em uma teleologia histórica

⁵ Robert Cox ao discorrer sobre como seu mestre concebia a relação entre pensamento e *práxis*, pontuou: “Gramsci atrelou coerentemente seu pensamento, ao objetivo prático da ação política. Em seus escritos de prisão, sempre se referia ao marxismo como ‘filosofia da práxis’” (COX, 2007, p. 102). De forma análoga, ao ponderar a respeito da teoria de Robert Cox, um de seus discípulos, Marco Antonio de Meneses Silva, comenta: “A questão da transformação das realidades social e sobretudo política se apresenta como uma preocupação central da teoria crítica coxiana, bem como de seus seguidores” (SILVA, 2005, p. 251). Semelhantemente Immanuel Wallerstein na introdução de sua obra *O Declínio do Poder Americano* pondera: “Sigo neste livro minha opinião de que todos estamos envolvidos numa tarefa tripla: a tarefa intelectual de analisar crítica e sobriamente a realidade; a tarefa moral de decidir quais valores queremos dar prioridade; e a tarefa política de decidir como podemos contribuir imediatamente para a probabilidade de que o mundo se erga da presente crise estrutural caótica do nosso sistema-mundo capitalista na direção de um sistema-mundo diferente, que seja consideravelmente melhor e não consideravelmente pior do que o atual” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 17).

implícita, em uma ética das consequências e na suposição de que alguma sociedade radicalmente diferente pode ser criada” (HALLIDAY, 1999, p. 61 e 62).

Portanto, a partir dessa perspectiva teórica, a corrente neomarxista de Relações Internacionais tece uma análise crítica da conjuntura internacional, que aponta para uma crise definitiva da hegemonia norte-americana. Segundo Giovanni Arrighi: “Crise sinalizadora foi a dos anos 1970, um sinal de que a hegemonia americana estava com problemas... O que vemos agora é uma crise terminal” (ARRIGHI, 2007). Immanuel Wallerstein vai além e afirma que a atual crise mundial não é “apenas” de caráter *hegemônico*, é também *sistêmica*. Ou seja, além de o mundo estar diante do colapso do poder americano, está em curso o fim do próprio sistema interestatal capitalista, que ele denomina “sistema-mundo moderno”. Segundo Wallerstein:

Em algum momento, lá na frente, em 2025 ou 2050, chegará a hora do ajuste de contas. E o mundo estará diante do mesmo tipo de escolha que os Estados Unidos se defrontam agora. O Sistema Internacional marchará para uma reestruturação que será repressiva ou igualitária [...]. Claro que aqui estamos falando da extinção do Sistema Internacional atual e sua substituição por algo totalmente diferente. E é impossível prever o resultado. Estaremos em um ponto de bifurcação e as oscilações aleatórias terão efeitos muito diferentes. O que podemos fazer é apenas sermos lúcidos e ativos, pois nossa atividade estará inserida nessas oscilações e influirá muito no resultado (WALLERSTEIN, 2002b, p. 209).

Ao mesmo tempo em que se desenvolve este debate no “centro capitalista”, entre *renovacionistas* e *declinistas*, uma outra corrente teórica – que também será nosso objeto de estudo neste trabalho – organiza o debate sobre a hegemonia americana, à partir da perspectiva da “periferia do capitalismo”. Trata-se da interpretação *desenvolvimentista* ou *neodesenvolvimentista* de política econômica internacional. Sua matriz teórica parte de autores como Karl Marx, Max Weber, John Maynard Keynes, Karl Polanyi, Raúl Prebisch e Celso Furtado.⁶ Os estudos dessa corrente

⁶ No prefácio de *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*, José Luís Fiori, de certa forma o sistematizador desta escola neodesenvolvimentista no que concerne ao estudo das Relações Internacionais, pondera acerca de algumas de suas principais influências teóricas. “Ao mesmo tempo, nossa pesquisa teórica sobre o ‘tempo conjuntural’ partiu das análises políticas de Karl Marx e do estudo da filosofia da história de Friedrich Hegel, e, depois, encontrou um importante ponto de apoio na teoria da guerra de Carl von Clausewitz e sua análise das relações entre o cálculo tático e o tempo estratégico. Também foi influenciada pela teoria da ação de Max Weber e sua análise das relações entre interesses, expectativas e cálculos racionais, como também pela teoria de Antonio Gramsci sobre as guerras de posição e de movimento e sua análise de mudança de “blocos históricos”. Finalmente, baseou-se na teoria de Braudel sobre a multiplicidade dos tempos históricos e sua análise dos ‘episódios’, dos ‘ciclos’ e da *longue durée*. Na segunda metade dos anos 1980, nossa pesquisa se deslocou para o campo internacional e, a partir de então, interagiu de forma

teórica crítica, sobre economia política internacional contemporânea, começaram na década de 1980, a partir do texto “seminal” de Maria da Conceição Tavares, escrito em 1985, sobre *A retomada da hegemonia norte-americana*. Numa época em que frutificavam as teses de “declínio do poder americano” e o surgimento de uma nova Ordem Mundial multilateral, o célebre artigo de Conceição Tavares, na contracorrente dessas teses declinistas, defendeu que os movimentos de desregulação e financeirização da economia internacional não eram produto de um desenvolvimento natural e autônomo das forças de mercado. Ao contrário, faziam parte de um exitoso planejamento estratégico dos Estados Unidos de retomada da hegemonia norte-americana, fragilizada durante a década de 1970. Conforme a autora:

Os desdobramentos da política econômica interna e externa dos Estados Unidos, de 1979 para cá, foram no sentido de retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte. Esta, apesar de mergulhar o mundo numa recessão generalizada, deu aos Estados Unidos à capacidade de retomar a iniciativa e, por isso, os destinos da economia mundial encontram-se hoje, mais do que nunca, na dependência das ações da potência hegemônica... Esse poder deve-se menos a pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan (TAVARES, 1997, p. 29 e 30).

Esse ensaio é republicado em *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, em 1997, livro organizado pela própria Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. A partir de então, tem-se uma sistematização dessa corrente teórica neodesenvolvimentista no estudo das Relações Internacionais.⁷ “A releitura coletiva desse texto, feita em 1996, serviu de ponto de partida para um seminário de discussão das bases teóricas e metodológicas de uma economia política crítica da nova ordem econômica e política mundial” (TAVARES; FIORI, 1997, p. 8). Os representantes desta escola crítica de pensamento são ligados à Comissão

crítica e progressiva com a teoria marxista do imperialismo, com as várias correntes da economia política internacional e com a história do sistema mundial.” (FIORI, 2007, p. 10 e 11).

⁷ Se foi Maria da Conceição Tavares quem “inaugurou” o debate desta corrente teórica concernente a retomada do poder americano, coube a José Luís Fiori organizar e desenvolver este debate. Na esteira de *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, livro publicado em 1997, Fiori publica, em 1999, *Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações*. Em 2001, ao lado de Carlos Medeiros, Fiori organiza *Polarização Mundial e Crescimento*. E, em 2004, encerrando a série de pesquisa sobre as transformações mundiais do final do século XX e início do século XXI, Fiori organiza e publica *O Poder Americano*. Já em 2007, ele lança *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. E, mais recentemente, em 2008, juntamente com Carlos Medeiros e Franklin Serrano, Fiori publica *O Mito do Colapso do Poder Americano*.

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) e à “Escola de Campinas” (UNICAMP). Estão entre seus representantes, além de Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, autores como Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, dentre outros. Essa corrente de interpretação das Relações Internacionais busca uma apurada análise das transformações geopolíticas e geoeconômicas do final do século XX e dos novos cenários do século XXI. Privilegiando o estudo da retomada e da expansão do poder norte-americano neste período. E, a forma dos Estados Unidos exercerem seu “poder global”, através do controle estrutural da produção, do comércio, das finanças, da energia e das telecomunicações no Sistema Internacional.⁸ Ao contrário dos neomarxistas Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, que diagnosticam a “crise terminal” do poder americano, essa interpretação da política econômica internacional acredita que, durante a década de 1990, os Estados Unidos concentraram um poder político, econômico e militar sem precedentes na história do Moderno Sistema Mundial. E, que, mesmo os desafios enfrentados pela potência hegemônica no início do século XXI não constituem uma ameaça ao poder global norte-americano conquistado após a Guerra Fria. Desta forma, é rechaçada categoricamente a hipótese de “colapso” do poder americano, assim como a do “esgotamento” do Sistema Mundial Moderno. Ao se referir às instabilidades sofridas pelos Estados Unidos neste início de século, Fiori argumenta: “Mas não há sinais econômicos ou militares de que estas dificuldades sejam parte de uma crise terminal, nem muito menos de que os Estados Unidos estejam deixando de ser um Estado Nacional, com seu projeto de poder global” (FIORI, 2004, p. 102).

Diante desse complexo contexto histórico e desse acalorado debate teórico, a presente dissertação se debruça sobre as grandes transformações estruturais do Sistema Internacional desde os anos 1970 até o início do século XXI. Nosso objeto de análise é o papel central dos Estados Unidos nesse cenário, sua crise e seus desdobramentos em todo o mundo. E, a partir da crise norte-americana,

⁸ “Na hora da vitória, o desaparecimento da União Soviética e o fim da Guerra Fria colocaram os Estados Unidos, e o mundo, pela primeira vez na história, frente à possibilidade de um ‘poder global’, que se apoia no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global.” (FIORI, 2004, p. 94).

investigamos também a crise do próprio sistema-mundo moderno. Para isto, delimitamos nosso escopo a partir do debate entre duas correntes de interpretação das Relações Internacionais: a “neomarxista” e a “neodesenvolvimentista”. Contrapondo as interpretações de três grandes autores críticos ligados a essas duas correntes de pensamento: Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e José Luís Fiori. Analisamos assim as semelhanças e diferenças entre suas ideias e como eles se colocam diante dessas questões cruciais.

Nossa dissertação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo tem uma ênfase teórica. Partimos do conceito de “sistema-mundo moderno” e da teoria dos “ciclos hegemônicos” de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. Investigamos as semelhanças e diferenças entre as construções teóricas desses dois autores neomarxistas. Posteriormente, analisamos a tese de Arrighi sobre a “crise terminal” do poder americano e o caos e a governabilidade no Moderno Sistema Mundial. O segundo capítulo apresenta uma ênfase histórica. A partir da interpretação wallersteiniana da conjuntura internacional dos anos 1970 até o presente século, investigamos a tese de Immanuel Wallerstein sobre o “colapso” do poder americano e o “esgotamento” do Sistema Mundial Moderno. Por fim, o terceiro capítulo privilegia tanto a perspectiva teórica quanto a perspectiva histórica. Analisamos a teoria de José Luís Fiori sobre o “universo em expansão” e sua tese de “explosão expansiva” – às quais se contrapõem a teoria dos “ciclos hegemônicos” e a tese da “crise terminal” do poder americano e do Moderno Sistema Mundial. Seu diagnóstico da conjuntura internacional. E, por fim, as críticas taxativas de Fiori aos argumentos dos dois teóricos do sistema-mundo moderno, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein.

Em suma, o fulcro da nossa questão é: os Estados Unidos vivem uma “crise definitiva”? E, o Sistema Mundial Moderno chegou ao seu fim? Diante dessas questões latentes, contrapomos as interpretações críticas de duas correntes teóricas de análise das Relações Internacionais: a *neomarxista* e a *neodesenvolvimentista*. E, a partir disso, investigamos as grandes transformações estruturais do Moderno Sistema Mundial desde a década 1970 até as primeiras décadas do século XXI.

Capítulo 1

Giovanni Arrighi – Os Ciclos Hegemônicos e o Caos e a Governabilidade no Sistema Mundial Moderno

1.1 “Sistema-Mundo Moderno” e “Ciclos Hegemônicos”

Já no *Longo Século XX* eu fazia uma distinção entre o que chamava de “crise sinalizadora” da hegemonia e “crise terminal”. Crise sinalizadora foi a dos anos 1970, um sinal de que a hegemonia americana estava com problemas. Aí veio a contra-revolução neoliberal dos anos 1980, os EUA reemergiram numa espécie de Belle Époque. O que vemos agora, na minha opinião, é uma crise terminal. (ARRIGHI, 2007).

Tanto Giovanni Arrighi como Immanuel Wallerstein partem do conceito e da história do “sistema-mundo moderno”, o qual é configurado pelas unidades políticas nacionais e constitui uma única unidade econômica. “O Sistema Mundial Moderno tem sua origem no século XVI. (...) É e sempre foi uma ‘economia mundo’. É e sempre foi uma economia-mundo capitalista” (WALLERSTEIN, 2004b, p. 23). A Economia Política do sistema-mundo ganhou força em 1981, com uma seção da Associação Americana de Sociologia, por iniciativa dos pesquisadores interessados em institucionalizar o campo de pesquisa aberto por Immanuel Wallerstein em 1974, com o lançamento do primeiro volume da paradigmática trilogia *The Modern World System* (que, aliás, ainda não teve nem um de seus volumes traduzidos para o português). O autor buscou, nessa obra, compreender a transformação social moderna através da formação e expansão do Moderno Sistema Mundial. Estudou desde as origens e formação desse sistema, entre 1450 e 1640, às evoluções subsequentes, passando por sua consolidação, entre 1640 e 1815, e pelo momento em que se converte numa empresa de caráter global, entre 1815 e 1917. Em estudos posteriores estendeu a análise até a atualidade. O conceito de sistema-

mundo moderno pode ser sintetizado, conforme Wallerstein (2002a, p. 67-68), em dez “premissas gerais”:

- O sistema-mundo moderno é uma economia mundo capitalista, significa que é governado pelo ímpeto de acumulação incessante de capital.
- Esse sistema nasceu ao longo do século XVI, e sua divisão original do trabalho incluía, no interior de suas fronteiras, grande parte da Europa (mas não os impérios russo e otomano) e partes das Américas.
- Esse mesmo sistema se expandiu ao longo de dois séculos, incorporando sucessivamente outras partes do mundo em sua divisão do trabalho.
- A Ásia oriental foi a última região ampla a ser incorporada, o que só ocorreu em meados do século XIX, após o sistema-mundo adquirir uma extensão verdadeiramente mundial, sendo o primeiro sistema-mundo a integrar todo o globo.
- O sistema-mundo capitalista é constituído por uma economia mundial dominada por relações núcleo-periféricas e uma estrutura política formada por Estados soberanos dentro da estrutura de um sistema interestatal.
- As contradições fundamentais do sistema capitalista se expressam no bojo do processo sistêmico através de uma série de ritmos cíclicos, os quais têm servido para conter essas contradições.
- Os dois ciclos rítmicos mais importantes foram os ciclos de 50/60 anos de Kondratieff, em que as fontes primárias de lucro se alternam entre a esfera da produção e a esfera financeira, e os ciclos hegemônicos de 100/150 anos, que consistem na ascensão e declínio de sucessivos fiadores da ordem global, cada um com seu padrão particular de controle.
- Os ritmos cíclicos resultaram em deslocamentos geográficos lentos, mas significativos, no lócus de acumulação e poder, sem, entretanto, mudar as relações fundamentais de desigualdade no interior do sistema.

- Tais ciclos nunca foram perfeitamente simétricos; em vez disso, cada novo ciclo levou a cabo deslocamentos pequenos, mas expressivos, nas direções particulares que constituíram as tendências seculares do sistema.
- O sistema-mundo moderno, como todos os sistemas, é finito em duração e chegará ao fim quando as flutuações das suas tendências seculares se tornarem suficientemente amplas e erráticas, quando não houver a possibilidade de garantia da viabilidade renovada das instituições do sistema. Quando esse ponto for atingido, ocorrerá a bifurcação e o sistema será substituído por outro, ou vários outros, através de um período (caótico) de transição.

Tanto para Arrighi como para Wallerstein, a acirrada competição entre os Estados Nacionais no interior do sistema-mundo moderno só não findou em caos político e econômico ou na formação de um “império-mundo” devido aos “ciclos hegemônicos”, que o estabilizaram nos últimos quinhentos anos. Três potências hegemônicas em distintos períodos desde sua gênese atuaram como reguladoras do funcionamento hierárquico do Sistema Internacional. Trata-se das Províncias Unidas durante o século XVII, da Inglaterra no século XIX e dos Estados Unidos no século XX.

Para ambos os autores, a hegemonia norte-americana já está em uma crise inexorável e esta, por sua vez, é terminal. Giovanni Arrighi sustenta que após o desfecho da Guerra Fria, apesar de terem ampliado sua vantagem militar, os Estados Unidos se fragilizaram como potência hegemônica, devido ao aumento de seu endividamento externo e de seu desequilíbrio comercial, sobretudo, com relação à China e às demais potências Asiáticas. Além disso, Arrighi apregoa que os Estados Unidos passaram a exercer um tipo de “dominação” sem “hegemonia”, o que implica que, apesar de terem mantido seu poder coercitivo, os norte-americanos perderam irreversivelmente seu poder de influência – ou de consentimento dos demais Estados Nacionais – no Sistema Mundial. Conforme o autor declinista: “o período atual, como pretendemos argumentar, é de declínio e crise da hegemonia mundial norte-americana” (ARRIGHI, 2001, p. 13). Trata-se de uma crise de hegemonia de tipo clássico, como a que ocorreu com as duas hegemonias

anteriores, da Holanda e Inglaterra. Immanuel Wallerstein, por sua vez, vai ainda mais além e argumenta que o crepúsculo da hegemonia norte-americana, que tem sua origem na década de 1970, desencadeará uma crise final do próprio “Sistema Mundial Moderno” que nasceu no século XVI e que deverá se encerrar até 2050, dando lugar a um sistema novo, embora ainda desconhecido e imprevisível. Estaríamos assim, conforme Wallerstein, testemunhando não apenas o declínio da hegemonia estadunidense, como também o término do moderno sistema político de Estados Nacionais e da própria economia-mundo capitalista.

Assim como o “Sistema Mundial Moderno” passou a existir há cinco séculos na Europa, como etapa derradeira da ‘crise do feudalismo’, esse sistema histórico, que agora abarca todo o planeta e cujas realizações técnico-científicas vão de triunfo em triunfo, está em uma crise sistêmica (WALLERSTEIN, 1982, p. 11).

Portanto, enquanto para Arrighi estamos vivenciando, desde a década de 1970, uma mudança *no sistema* – ou seja, “um processo de reorganização radical do Moderno Sistema Mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35) – para Wallerstein não se trata “apenas” de uma alteração no ciclo hegemônico, trata-se de uma “crise terminal de Hegemonia”, mas também de uma transformação ainda mais ampla, trata-se de uma mudança *do sistema*, “como sistema histórico, o sistema-mundo entrou em crise terminal e provavelmente não existirá mais em 50 anos” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 33).

Embora ambos trabalhem com a perspectiva de “ciclos hegemônicos” de longa duração desde a concepção do Sistema Mundial Moderno, Wallerstein e Arrighi têm interpretações distintas concernentes ao processo de constituição dos ciclos hegemônicos. A ideia em comum na elaboração da teoria dos ciclos hegemônicos é que, se a atual conjuntura mundial é de crise terminal da hegemonia americana, como compartilham ambos os autores, ela tem analogias importantes com as duas conjunturas anteriores de transição hegemônica mundial: a transição da hegemonia holandesa para a inglesa, no século XVIII, e a transição da hegemonia inglesa para a norte-americana, no desfecho do século XIX e início do século XX. Desta forma, diante da dinâmica das atuais transformações no Sistema Internacional, a análise comparativa das semelhanças e distinções entre as duas transições hegemônicas anteriores na história do sistema-mundo pode elucidar

diversas questões e tendências da atual crise hegemônica. “Ao passo que os detalhes do processo (dos ciclos hegemônicos) foram diferentes nos três casos, os procedimentos básicos foram os mesmos” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 14).

Analisemos inicialmente a construção teórica dos ciclos hegemônicos matizada por Wallerstein. Em primeiro lugar, como ocorre a emergência das potências hegemônicas no Sistema Mundial Moderno? Conforme Wallerstein (2002a, p. 13-14), uma vez que o sistema-mundo possui uma forma descentralizada, ele está constantemente sujeito à possibilidade de que alguma de suas unidades em particular tente controlar todo espaço mediante o predomínio de sua força e, dessa forma, transforme o sistema-mundo em um império-mundo, impondo assim sua vontade exclusiva sobre todo o globo. É exatamente como uma reação à formação de um Estado imperial mundial que nascem as potências hegemônicas. O poder hegemônico é essencialmente distinto de um poder imperial. Atua de forma inteiramente diferente, não legitima o controle político sobre todo o sistema, porém exerce seu domínio com “algum sentido de legitimidade moral” amplamente, embora jamais universalmente, compartilhado. Conquistar a posição hegemônica é um processo de longa duração que implica em competir, em longo prazo, com outra unidade política que esteja almejando transformar o sistema interestatal em um Império Mundial. E dessa acirrada competição é que se originam os Estados hegemônicos. Segundo atesta Wallerstein:

Desde o início do sistema-mundo moderno, nós tivemos três tentativas de transformar o sistema num império-mundo – a de Charles V, a de Napoleão e a de Hitler. Todas as três fracassaram, e o sistema capitalista sobreviveu. Todas as três tiveram como consequência o estabelecimento de uma potência hegemônica no sistema-mundo: as Províncias Unidas, o Reino Unido e os Estados Unidos (Wallerstein, 2002a, p.14).

Destarte, conforme o autor, o efeito imediato dessa exasperada competição interestatal é a constituição de longos períodos de “expansão competitiva”, a qual permite a concentração de poder econômico, militar e político em um único Estado Nacional, legitimando, assim, uma versão particular da Ordem Mundial afiançada pela potência hegemônica. No processo de tais expansões competitivas, o Estado hegemônico emergente, no decorrer do processo, investe menos em recursos militares do que a pretensa potência imperial, o que lhe proporciona maior liberdade para investir em tecnologia produtiva. Consequentemente, a hegemonia ascendente, com o passar do tempo, conquista uma posição de superioridade

econômica acima de todas as outras potências do Sistema Internacional – ultrapassando, inclusive, a hegemonia já decadente. Tal superioridade econômica desse Estado particular advém primeiramente na esfera da produção, posteriormente no comércio e finalmente nas finanças. Conforme Wallerstein:

A hegemonia no sistema interestatal refere-se à situação em que a rivalidade permanente entre as chamadas 'grandes potências' é tão desequilibrada, que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos (...) nas arenas: econômica, política, militar, diplomática e até cultural. A base material desse poder reside na capacidade de as empresas domiciliadas nessa potência atuarem de maneira mais eficiente em todos os três grandes campos econômicos – produção agroindustrial, comércio e finanças (WALLERSTEIN, 1984, p. 38).

Entretanto, a hegemonia só é consolidada após a vitória em uma “guerra mundial de trinta anos”. A hegemonia holandesa se tornou sólida com a vitória na “Guerra dos Trinta Anos”, de 1618 a 1648; a inglesa, após as “Guerras Napoleônicas”, de 1792 a 1815; e, por fim, a hegemonia norte-americana, com as “Guerras Mundiais” de 1914 a 1945. “A vantagem econômica do vencedor é ampliada pelo próprio processo da guerra, o acordo do pós-guerra entre as nações destina-se a consolidar essa vantagem maior e protegê-la do desgaste.” (WALLERSTEIN, 1984, p. 39-40). Esse acordo consiste em uma forma de “liberalismo global”, o qual impõe o princípio da livre circulação de fatores produtivos por toda a economia mundial. Desse modo, o liberalismo global tem uma dupla finalidade, a saber: primeiro, o de respaldar a dominação baseada na vantagem competitiva da potência hegemônica e, segundo, o de deslegitimar os esforços das demais potências estatais no sentido de agir contra a superioridade econômica do hegemonia. Não obstante, segundo Wallerstein, é esse mesmo liberalismo global que acaba gerando o declínio da nação hegemônica, também por uma dupla razão: porque dificulta que a potência hegemônica postergue a “disseminação da capacidade tecnológica” entre as potências rivais; e também porque manter “a produção ininterrupta em uma época de máxima produção global” implica necessariamente na “elevação furtiva da renda real das camadas trabalhadoras e dos quadros dirigentes situados na nação hegemônica.” (WALLERSTEIN, 1984, p. 41). Com o passar do tempo, essas duas tendências minam a vantagem competitiva das empresas da nação hegemônica nas esferas da produção, do comércio e das finanças. Consequentemente, o sistema reinicia novamente um longo período de

expansões competitivas, até que uma unidade política consiga outra vez conquistar a tríplice vantagem competitiva - tanto na produção, como a comercial, quanto à financeira – e, assim, assuma o papel de nova hegemonia.

A figura 1 resume o modelo de ciclos hegemônicos de Wallerstein.

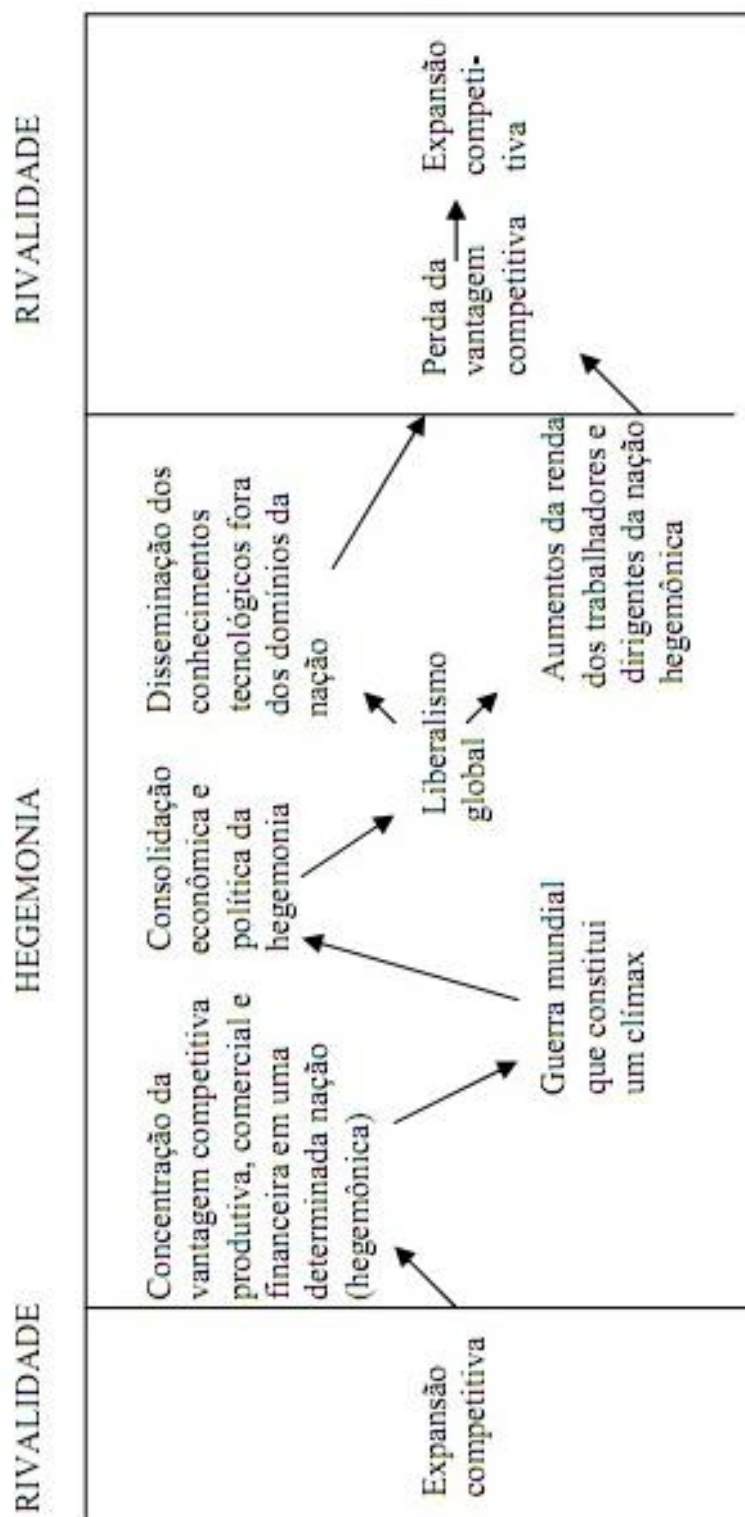


Figura 1. O ciclo hegemônico de Wallerstein (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 34).

Wallerstein ainda compara os ciclos hegemônicos no Sistema Internacional com a ascensão e declínio dos “monopólios” no mercado internacional. “Pois a hegemonia é como o monopólio. Seu próprio sucesso cria as condições para a sua extinção” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 15). Segundo o autor em questão, o tempo de vida de qualquer monopólio é de no máximo 50 anos. Semelhantemente, nos três casos de hegemonia na história do sistema-mundo, a hegemonia real – “situação em que a potência econômica prevalece quase automaticamente em todas as esferas” – durou de 25 a 50 anos. A insustentabilidade dos monopólios se deve em parte devido à ampliação dos custos de pessoal nos setores de produção monopolizados e, em parte, ao efeito da capacidade de outros Estados de utilizarem de sua soberania para promover empresas produtivas que se tornam competitivas em função de custos inferiores. O que provoca uma superprodução, a qual possui um efeito estagnante na economia internacional, acelerando assim, a relocação da produção. Por conseguinte, os monopólios entram em colapso, porque são tão lucrativos que outros buscam incessantemente rompê-los e penetrar no mercado, diminuindo assim o nível de monopólio e, conseqüentemente, de lucratividade. No caso da hegemonia, para mantê-la faz-se imperativo concentrar cada vez mais investimentos na esfera militar, o que deteriora sua competitividade econômica, liderança política e legitimidade ideológica. Para Wallerstein, “as potências hegemônicas sempre entram, têm de entrar, num lento processo de declínio”. A diferença entre o declínio de um monopólio e o declínio de uma hegemonia é que, ao se esgotar um monopólio, os capitalistas que possuíam tal monopólio podem redirecionar seus recursos para outros lócus de produção, ou ainda para o mercado especulativo. Já os Estados, quando estão perdendo sua hegemonia, não podem se direcionar para outro lugar. Assim, o que lhes resta é “se ajustar psicologicamente (o que nunca é fácil de fazer) e buscar minimizar o declínio de sua riqueza” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 15). Por fim, o autor conclui que, ao longo da história do sistema-mundo, a única forma que as hegemonias decadentes encontraram para dirimir seus danos foi se unirem, coadjuvadamente, como “parceiros subalternos” à potência hegemônica subsequente – a Holanda à Inglaterra, e a Inglaterra aos Estados Unidos.

Giovanni Arrighi (juntamente com Beverly Silver), por sua vez, apresenta um modelo de ciclos hegemônicos distinto e critica o modelo desenvolvido por Wallerstein. Para o sociólogo italiano, o modelo em questão torna *exógena* a fonte

última da mudança sistêmica. Os complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais tornam-se hegemônicos no decorrer de suas expansões competitivas devido à competência de suas ações, comparadas às dos demais complexos rivais. Contudo, as atitudes relativamente eficientes são um mero reflexo das propriedades estruturais do sistema capitalista mundial, no qual não possuem nenhum impacto. “Todos eles são produtos, e não produtivos”. Dessa forma, Arrighi questiona até que ponto os processos de nível unitário – como, por exemplo, a constituição de certos complexos de órgãos governamentais e empresariais – simplesmente cumprem um roteiro determinado por propriedades sistêmicas, ou se eles mesmos escrevem esse roteiro e, por conseguinte, formam e transformam o sistema. Reside precisamente nesse ponto, para Arrighi, a fragilidade do modelo matizado por Wallerstein. “Aliás, foi com base nisso que consideramos falho o modelo de Wallerstein” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35). Diferentemente de Wallerstein, o organizador de *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial* argumenta que a ascensão das potências hegemônicas no Sistema Internacional não foi um mero reflexo de propriedades de nível sistêmico. Segundo Arrighi: “As propriedades sistêmicas agem, de fato, como forças coercitivas e ordenadoras na escolha dos Estados que se tornam hegemônicos”, entretanto, completa Arrighi, “em todos os casos, a hegemonia também implicou uma reorganização fundamental do sistema e uma mudança de suas propriedades” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35).

Segundo a construção teórica das alternâncias hegemônicas de Arrighi, faz-se premente a existência de duas condições para que surja um novo Estado hegemônico no Sistema Internacional. Primeiro, as classes dominantes do Estado em questão precisam ter desenvolvido a habilidade de conduzir o sistema em direção a novas formas de cooperação e divisão internacional do trabalho, que possibilitem às unidades do sistema romper com o que (Kenneth) Waltz denominou “a tirania das pequenas decisões” (WALTZ apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 37). Trata-se de superar as tendências de os Estados nacionais separadamente buscarem seus interesses particulares, desconsiderando os problemas de nível sistêmico, os quais exigem respostas em nível sistêmico. Em suma, é necessária a existência, de acordo com Arrighi, de uma “oferta” efetiva de capacidade de governabilidade mundial. Em segundo lugar, as soluções em nível sistêmico oferecidas pela pretensa potência hegemônica precisam dirigir-se a problemas de nível sistêmico que tenham se agravado de tal forma que seja exigida uma

“demanda” profunda e amplamente sentida de gestão sistêmica, principalmente entre os grupos dominantes emergentes ou vigentes do sistema. “Quando essas condições de oferta e demanda são simultaneamente atendidas”, conforme Arrighi, tem-se o contexto necessário para o surgimento de uma nova potência hegemônica, “promovendo, organizando e administrando a expansão do poder coletivo dos grupos dominantes do sistema” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 38).

Diferente do modelo de ciclos hegemônicos de Wallerstein, o modelo elaborado por Arrighi aponta a mudança sistêmica como um fenômeno *endógeno*. As expansões sistêmicas são fruto da interação dos dois tipos de liderança que definem conjuntamente as situações hegemônicas. Trata-se da reorganização sistêmica pelo Estado hegemônico, que promove a expansão ao dotar o sistema de uma divisão internacional do trabalho e uma especialização de funções mais amplas ou mais profundas; e da imitação que fornece às unidades políticas separadas o impulso necessário para mobilizar energias e recursos rumo à expansão. Há uma tensão perene entre essas duas tendências, uma vez que a divisão internacional do trabalho e a especialização das funções mais amplas e mais profundas estão intrinsicamente associadas a uma *cooperação* entre as unidades do sistema, ao passo que a imitação é inerente à *competição* mútua e a fomenta. Em um primeiro momento, a imitação funciona em um contexto predominantemente cooperativo e, desse modo, torna-se um catalizador da expansão. Contudo, posteriormente, a expansão amplia o número de unidades socialmente relevantes que interagem no sistema (volume) e aumentam também o número, a variedade e a velocidade das transações que ligam as unidades entre si (densidade dinâmica). Com o decorrer do tempo, esse aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema tende a intensificar a competição interna entre suas unidades para além das capacidades reguladoras das instituições existentes. Segundo Arrighi, quando se chega a esse ponto, “a tirania das pequenas decisões leva a melhor, o poder do Estado hegemônico sofre uma deflação e se instaura uma crise da hegemonia” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 38).

Segundo o modelo de ciclos hegemônicos apresentado em *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, as crises de hegemonia são caracterizadas por três processos distintos, porém intimamente relacionados: a intensificação da competição interestatal e interempresarial; a escalada dos conflitos sociais e o aparecimento intersticial de novas configurações de poder. Embora a

forma assumida por esses processos e o caráter com que eles se interagem no espaço e no tempo variem de uma crise para outra, pode-se identificar uma combinação dos três processos em cada uma das duas transições hegemônicas concluídas: a da hegemonia holandesa para a inglesa e da inglesa para a norte-americana – “bem como da transição da hegemonia norte-americana para um destino ainda desconhecido” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 40). Ademais, Arrighi, defende a tese de que, em todas as três crises hegemônicas, os três processos se associaram a expansões financeiras sistêmicas. “As expansões financeiras são ‘um sinal do outono’” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 40). Estas, por sua vez, são o efeito de duas tendências complementares, a hiperacumulação de capital e a intensa competição entre os Estados pelo capital circulante.⁹

Quando se tem a junção desses fenômenos, isto é, a intensificação da competição entre Estados e entre empresas, o aumento dos conflitos sociais e o surgimento de novas configurações de poder, associados a expansões do capital financeiro em nível sistêmico, configura-se uma situação de “caos sistêmico”.¹⁰ “Por caos sistêmico entendemos uma situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 42). Trata-se de um momento crucial nos ciclos de transições hegemônicas, pois a constituição do caos

⁹ “Por um lado, quando a acumulação de capital é muito superior à que pode ser reinvestida com lucro nos canais estabelecidos de comércio e produção, as organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo, em forma líquida, uma proporção crescente de seus rendimentos. Essa tendência cria uma massa de liquidez excessivamente abundante, que pode ser mobilizada diretamente ou através de intermediários na especulação e na tomada e concessão de empréstimos. Por outro lado, as organizações territoriais [os Estados nacionais] reagem às restrições orçamentárias mais acentuadas, decorrentes da redução da expansão do comércio e da produção, competindo intensamente entre si pelo capital que se acumula nos mercados financeiros. Essa tendência acarreta redistribuições sistêmicas maciças da renda e da riqueza de todo tipo de comunidade para os agentes que controlam o capital circulante, com isso, inflaciona e sustenta a lucratividade de negócios financeiros predominantemente divorciados do comércio e da produção de bens. Todas as expansões financeiras sistêmicas, passadas e presentes, são o resultado do desenvolvimento conjunto, ainda que desigual, dessas duas tendências complementares” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 41).

¹⁰ Em “O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo”, Giovanni Arrighi define com precisão o conceito de *caos sistêmico*: “O ‘caos’ e o ‘caos sistêmico’ (...) referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, ou qualquer ordem – tende a se generalizar cada vez mais entre os organismos, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico” (ARRIGHI, 1997, p. 30).

sistêmico se dá no momento de desintegração das organizações sistêmicas que foram construídas pela nação hegemônica em declínio, assim como também no momento em que são forjadas novas hegemonias.

No entanto, uma nova hegemonia só pode surgir caso a crescente desorganização sistêmica seja acompanhada de um novo complexo de órgãos governamentais e empresariais que disponham de maior habilidade organizacional em nível sistêmico do que os do complexo hegemônico anterior.¹¹ Dessa forma, segundo Arrighi, o colapso de qualquer hegemonia é produto, em última instância, da ampliação do “volume” e da “densidade dinâmica” do sistema acima da “capacidade organizacional” do complexo hegemônico específico que gerou as condições da expansão sistêmica. Por conseguinte, só haverá condições para uma nova expansão sistêmica se surgir um novo complexo que possua maior capacidade de organização sistêmica que o antigo complexo hegemônico. Portanto, à medida que a nação hegemônica ascendente conduz o sistema em direção a uma cooperação maior entre as unidades sistêmicas, ao mesmo tempo em que as atrai para sua própria via de desenvolvimento, o caos sistêmico vai diminuindo e paulatinamente origina-se um novo ciclo hegemônico.

Faz-se relevante ainda destacar a respeito dos ciclos hegemônicos de Arrighi que cada ciclo é distinto do antecessor em dois aspectos principais: a ampliação da concentração da capacidade organizacional exercida pela nação hegemônica, em comparação com o Estado hegemônico anterior; e, a ampliação do volume e da densidade dinâmica do sistema reorganizado pela nova nação hegemônica. Conforme Arrighi:

Nosso modelo descreve, portanto, um padrão de repetição (a hegemonia levando à expansão, a expansão ao caos e o caos a uma nova hegemonia), que é também um padrão de evolução (visto que cada nova hegemonia reflete uma concentração maior de capacidades organizacionais e um volume e densidade maiores do sistema do que a hegemonia anterior) (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 43).

¹¹ No âmago deste complexo de órgãos governamentais e empresariais atuantes em nível sistêmico mencionados por Arrighi, estão as *organizações internacionais*. Estas são um dos mecanismos pelos quais as normas universais de uma hegemonia mundial se manifestam. Em *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais*, Robert Cox destaca pontualmente as características assumidas pelas organizações internacionais que expressam sua função hegemônica. Conforme Cox, as organizações internacionais: 1) corporificam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; 2) são, elas mesmas, efeito da ordem mundial hegemônica; 3) legitimam ideologicamente as normas da ordem internacional; 4) cooptam as elites das nações periféricas; 5) absorvem ideias contra-hegemônicas (COX, 2007, p. 119).

A figura 2 resume o modelo de ciclos hegemônicos de Arrighi.

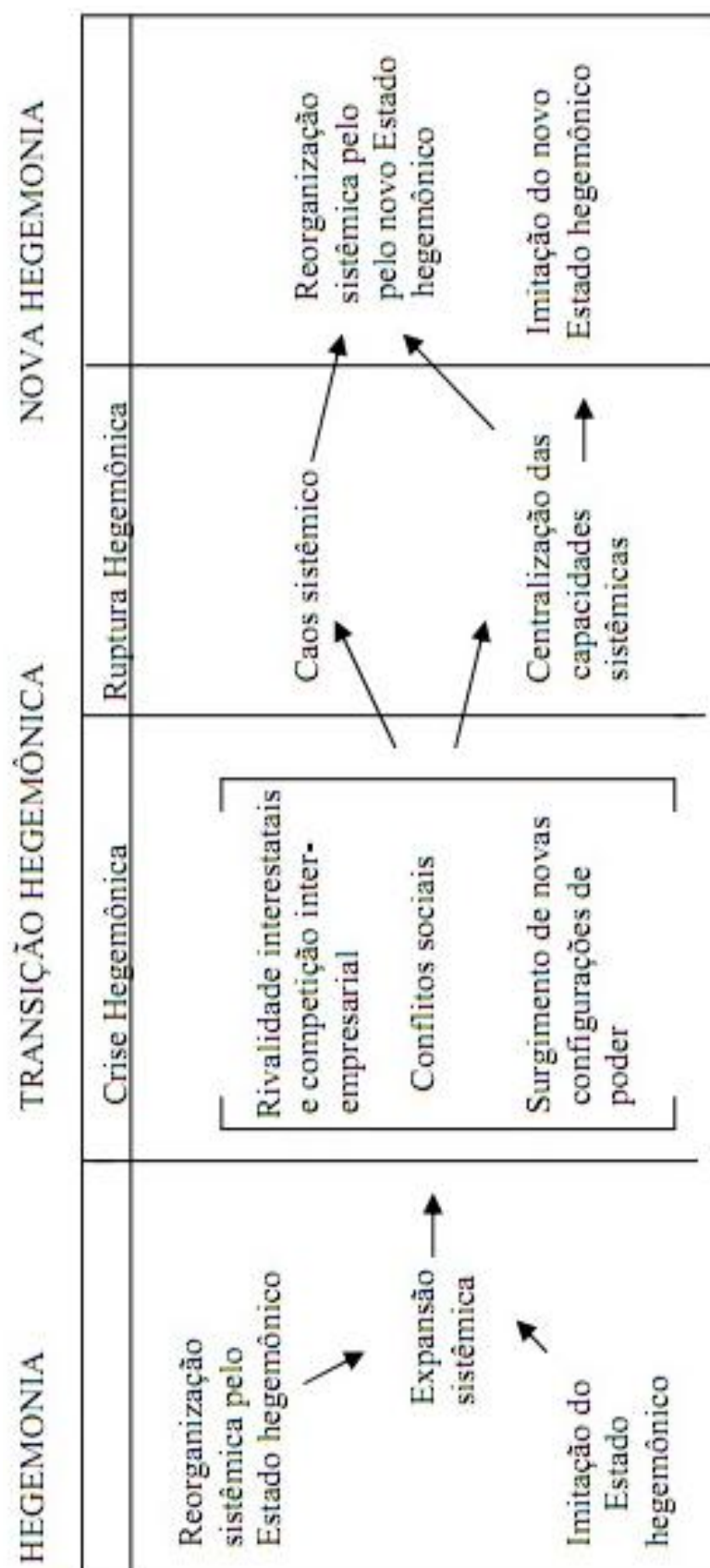


Figura 2. A dinâmica das transições hegemônicas (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 39).

1.2 Giovanni Arrighi e o Caos e a Governabilidade no Sistema Mundial Moderno

A globalização do sistema mundial moderno ocorreu, portanto, através de uma série de rupturas dos padrões estabelecidos de governo, acumulação e coesão social, no decurso dos quais uma ordem hegemônica estabelecida entrou em decadência, enquanto uma nova ordem emergiu intersticialmente e, como o decorrer do tempo, tornou-se hegemônica. “O intervalo entre a decadência do velho e a formação e estabelecimento do novo”, observou John Calhoun, “constitui um período de transição que, necessariamente, tem que ser sempre de incerteza, confusão, erro e fanatismo desvairado e feroz.” Nossa tese, é que, desde aproximadamente 1970, temos vivido mais um desses períodos, como é atestado, entre outras coisas, pelas dificuldades que os observadores encontram em concordar quanto à direção e ao sentido das transformações da economia política global que estão em andamento. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 281).

Giovanni Arrighi, a partir da análise dos períodos de transições hegemônicas anteriores, intenta identificar padrões de repetição e evolução a fim de se entender com maior lucidez o atual período de crise hegemônica. O propósito de Arrighi pode ser resumido em cinco proposições inter-relacionadas. A começar pelas expansões financeiras sistêmicas, Arrighi diagnostica que a expansão financeira das duas derradeiras décadas do século XX é o sinal claro de que estamos em meio a uma crise de hegemonia. “A única questão que permanece em aberto não é se, mas com que rapidez e com que efeitos catastróficos a atual dominação dos mercados financeiros não regulados irá desmoronar” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 42). E ainda que alguns analistas acreditem em uma recuperação da hegemonia norte-americana, após meados da década de 1980, e, sobretudo, com o contínuo crescimento econômico dos anos de 1990, Arrighi contra-argumenta apontando que a hegemonia exercida pelos norte-americanos no imediato pós-guerra tinha a capacidade de erguer o seu país e as demais nações acima da “tirania das pequenas decisões”, a fim de sanar os problemas de nível sistêmico que haviam se colocado no mundo durante o período de caos sistêmico de 1914 a 1945. Não obstante, o novo poder que os Estados Unidos passaram a exercer nas décadas de 1980 e 1990 está sustentado na capacidade de o país suplantando a maioria das outras nações na competição dos mercados financeiros internacionais. Destarte, uma “nova tirania das pequenas decisões ressuscitou” em um contexto de problemas sistêmicos cada vez mais prementes, os quais “nem os Estados Unidos nem nenhum outro Estado parecem capazes de resolver” (ARRIGHI; SILVER, 2001,

p. 284). O crítico da hegemonia norte-americana aponta ainda que a expansão financeira centrada nos Estados Unidos desde as últimas décadas do século XX demonstra semelhanças importantes tanto com a expansão financeira do fim do século XIX, centrada nos ingleses, como com a expansão financeira de meados do século XVIII, centrada nos holandeses. Como essas expansões financeiras estão pautadas em uma redistribuição maciça de renda, movida pela intensa competição dos países pelo capital circulante, e o Estado hegemônico - mesmo em declínio - possui uma centralidade nas redes de altas finanças, isso lhe proporciona vantagem nesta competição pelo capital circulante. Consequentemente, a potência hegemônica em declínio passa por um período de recuperação de seu poder decrescente. Segundo Arrighi, essa recuperação do poder ocorreu tardiamente e foi irrelevante no caso do declínio holandês. Ocorreu prematuramente e foi significativa no caso inglês. Contudo, nos dois casos, conclui Arrighi, “essas revivescências do poder e as expansões financeiras a elas subjacentes terminaram no colapso completo da ordem hegemônica decadente, no período de trinta ou quarenta anos após seu início” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 282). Por conseguinte, conforme o autor declinista, a aparente recuperação financeira dos Estados Unidos durante a década de 1990 foi um fenômeno previsível e efêmero e, ao contrário do que alguns analistas (triumfalistas e neodesenvolvimentistas) afirmam, é mais um sinal de crise terminal hegemônica, e não um efeito de sua recuperação. “Há boas razões para crer que a expansão (financeira) atual e a recuperação concomitante do poderio norte-americano sejam sinais de uma crise hegemônica análoga às de 100 e 250 anos atrás” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 282).

A segunda proposição de Arrighi é que a atual transição hegemônica apresenta uma diferença - “evolução”- drástica com relação às duas anteriores. Trata-se de uma “bifurcação” das capacidades militares e financeiras no Sistema Mundial. Ainda que essa bifurcação reduza a probabilidade de uma grande guerra entre as principais potências do sistema, ela não diminui a probabilidade de que a atual crise hegemônica degenera em um período de profundo caos sistêmico. Segundo Arrighi, cada transição hegemônica resultou em uma simplificação drástica da configuração de poder do mapa geopolítico mundial. Na transição da hegemonia holandesa para a inglesa, as cidades-Estado que haviam sido grandes potências europeias durante séculos, tal qual alguns proto-Estados nacionais – como, por exemplo, a própria potência hegemônica holandesa em declínio –, foram expulsas

da política europeia pela emergência de poderosos Estados nacionais construtores de impérios. Na transição hegemônica inglesa para a norte-americana, foi a vez desses mesmos Estados nacionais construtores de impérios serem expulsos do “centro” do Sistema Internacional pela emergência de duas superpotências de dimensões continentais, que se haviam formado na “periferia” do Sistema Mundial eurocêntrico. Esse processo de centralização das capacidades sistêmicas em um número cada vez mais reduzido de unidades políticas – que antes fora garantida pela distribuição mais equilibrada das capacidades sistêmicas – foi minando a soberania *de facto* de um número cada vez maior de Estados. “Sob a hegemonia britânica, essa garantia tornou-se uma espécie de ficção; sob a hegemonia norte-americana, foi descartada até mesmo como ficção” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 285). No decorrer da crise da hegemonia norte-americana, esse processo se intensificou com o desmantelamento da União Soviética e a centralização do poder militar nos Estados Unidos, o qual não tem se mostrado capaz de responder aos grandes problemas que atuam na esfera sistêmica. E apesar da concentração do poder militar, os Estados Unidos estão perdendo densamente sua liderança econômica. Arrighi sinaliza que: “Assim como a vitória na Primeira Guerra Mundial destruiu o *status* da Grã-Bretanha como principal nação credora, a vitória na Guerra Fria transformou os Estados Unidos na maior nação devedora” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 285). Concomitantemente à concentração de poder militar e à perda de poder econômico nos Estados Unidos, houve, segundo o autor, o “avesso dessa situação anômala” com o ressurgimento de “cidades-Estado” (Cingapura e Hong Kong) e Estados “semissoberanos” (Japão e Formosa), como os “cofres” do sistema capitalista mundial. Desta forma, Arrighi afirma que “a transição hegemônica atual parece estar revivendo aspectos dos tempos primitivos e pré-modernos”, uma vez que está ocorrendo uma “rotação no centro de gravidade da economia global de volta para o leste da Ásia” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 288). Arrighi acredita que esses “cofres” devam utilizar seu capital em uma rigorosa especialização na busca de riqueza, e não de poder militar. Logo, pode-se esperar que a atual crise não possua uma tendência intrínseca a desencadear uma guerra entre as principais unidades políticas do sistema. Em suma, diferentemente das crises de hegemonia anteriores, a atual crise hegemônica norte-americana concentrou ainda mais os recursos militares no Estado hegemônico em declínio (e de seus aliados mais próximos). Todavia, semelhantemente às crises anteriores, essa deslocou os

recursos financeiros mundiais para novos centros, portadores de uma vantagem competitiva decisiva nos processos de acumulação do capital em escala global. A hegemonia em declínio, por conseguinte, apesar de não ter nenhum rival militar que o ameace, simultaneamente, não dispõe de meios financeiros necessários para resolver problemas de nível sistêmico. Consequentemente, diminui-se a possibilidade de uma guerra entre as grandes potências do sistema, entretanto, atenua-se a tendência de a crise hegemônica atual provocar um longo período de caos sistêmico.

O terceiro apontamento matizado por Arrighi é que, diferentemente da expansão financeira sistêmica, a proliferação de empresas multinacionais é uma característica inédita e provavelmente irreversível da atual crise de hegemonia. Trata-se de um fator fundamental na desintegração da ordem econômica estadunidense, e deverá continuar a moldar a transformação sistêmica em andamento, através de uma perda “generalizada, mas não universal,” do poder dos Estados nacionais. Ao passo que as expansões financeiras são efêmeras, o mesmo não ocorre com as mudanças da organização sistêmica que a acompanham. Elas constituem etapas sucessivas e diferentes do processo de formação, ampliação e aprofundamento do sistema capitalista mundial. Diante disso, Arrighi traça mais um paralelo entre os três períodos de transição hegemônica da história do Sistema Mundial Moderno. As companhias de comércio e navegação que se formaram e se ampliaram sob a hegemonia holandesa faliram ou desapareceram gradativamente no processo de transição para a hegemonia britânica. O sistema de empresas comerciais familiares que se formou e se expandiu sob a hegemonia britânica, e que definhou ou se tornou periférico na transição para a hegemonia estadunidense, inseriu-se completamente nas estruturas do império inglês, que possuíam abrangência global. Quando o império inglês foi desmantelado, o mesmo processo ocorreu com o sistema de empresas comerciais familiares. Já no caso das empresas multinacionais, a situação é distinta, uma vez que além de não estarem fadadas a se encerrar com a atual transição hegemônica, elas também são responsáveis, em boa medida, pela própria crise hegemônica. Enquanto as companhias de comércio e navegação proporcionaram às nações europeias o poder de operar globalmente e, nesse processo, acabaram perdendo suas próprias funções e sua força; as empresas transnacionais, ao contrário, receberam poderes das grandes potências (incluindo a potência hegemônica) para estender seus

tentáculos por todo o planeta. No entanto, ao fazê-lo, em uma quantidade cada vez maior, fragilizaram o poder dos próprios Estados Nacionais. Destarte, Arrighi cita que o processo globalitário do século XIX esteve intrinsicamente ligado a um aumento do poder dos Estados nacionais (ocidentais), já o processo de globalização das últimas décadas do século XX está intimamente ligado a sua perda de poder¹². Por fim, Arrighi destaca que a região do Leste Asiático é a exceção à atual tendência de declínio de poder dos Estados nacionais, sobretudo, o que ele chama de “cidades-Estado” e “nações semissoberanas” do arquipélago capitalista do Leste da Ásia. Por isso, trata-se de uma perda “generalizada, mas não universal,” do poder dos Estados. Duas redes principais de negócios, atuando em cooperação e competição mútuas, desenvolveram a integração e a expansão econômica dessa região: de um lado, as redes de terceirização das empresas comerciais japonesas e das empresas transnacionais, e de outro, a rede de empresas familiares de porte médio dos chineses ultramarinos. O resultado foi uma forma de desenvolvimento e integração econômica transnacional menos institucionalizada e mais aberta. Diante desse quadro, Arrighi conclui:

As forças da economia transnacional vêm minando claramente o poder dos Estados. Mas, nesse processo, alguns deles ganham poder. Embora o grau e a intensidade dessas forças não tenham precedentes, o mesmo não acontece com o aumento de poder de algumas nações em meio à perda generalizada de poder. Ele foi típico das duas transições hegemônicas passadas. A diferença é que os Estados que ganharam poder no passado eram líderes na diplomacia e na guerra, ao passo que os de hoje não o são (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 291).

¹² Giovanni Arrighi assume aqui a mesma posição defendida por Eric Hobsbawm. Segundo o historiador marxista, por mais de dois séculos, a ascensão do Estado moderno ocorreu de forma contínua e independente da ideologia ou organização política. A partir da década de 1970, entretanto, essa tendência se reverteu. A intensificação do processo de transnacionalização das empresas privadas, que buscam viver fora das leis e dos impostos do Estado, limita substancialmente a capacidade dos governos, mesmo os mais consolidados, de exercer controle sobre as economias nacionais. Consequentemente, com a prevalência da teologia do mercado livre, os Estados têm terceirizado diversas de suas responsabilidades essenciais em favor do capital privado. Conforme Hobsbawm, a partir do último quartel do século XX, “As próprias unidades básicas da política – os ‘Estados nacionais’ territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis entre eles – foram dilacerados por forças da economia supranacional ou transnacional e por forças infracionais das regiões e grupos étnicos separatistas. Alguns destes – eis a ironia da história – reivindicaram para si o *status* ultrapassado e irreal de ‘Estados nacionais’ soberanos em miniatura. O futuro da política era obscuro, mas sua crise, no fim do curto século XX, era patente” (HOBSBAWM apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 11). De forma análoga a Giovanni Arrighi e Eric Hobsbawm, Immanuel Wallerstein argumenta que desde sua gênese, o Estado moderno ocupou um papel central no sistema-mundo, não obstante, após a revolução de 1968, com a difusão do “antiestatismo” por todo o sistema, o Estado nacional entrou em um processo de colapso. Sentencia Wallerstein: “Nós vivemos hoje o primeiro período significativo de declínio do poder de Estado nos vários Estados que surgiram desde a criação do sistema-mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2002, p. 78).

A quarta proposição construída por Arrighi é que a fragilização dos movimentos sociais – especialmente do movimento trabalhista –, umbilicalmente ligada à expansão financeira sistêmica das duas últimas décadas do século XX, é essencialmente um fenômeno conjuntural. Isso resulta em grande medida da dificuldade de cumprimento das promessas do *New Deal* patrocinado pelos Estados Unidos. A tendência é que uma nova onda de conflitos sociais reflita o aumento da proletarianização, feminização, alteração espacial e étnica das forças de trabalho internacionais. Conforme o modelo de transições hegemônicas de Arrighi, as expansões financeiras sistêmicas invariavelmente contribuíram para a exacerbação do conflito social. Na transição da hegemonia holandesa para a inglesa, formou-se um bloco social dominante com as classes proprietária europeias e a burguesia dos colonos das Américas, mas foram excluídos os anseios das classes europeias não proprietárias e dos escravos africanos das Américas, a despeito de suas contribuições para os levantes que transformaram o bloco social dominante. Durante a hegemonia inglesa, embora a escravidão tenha sido abolida, criaram-se novos meios de subordinar os escravos libertos das Américas, mas as classes europeias não proprietárias contaram com o atendimento gradativo de suas aspirações. Com a transição hegemônica da Inglaterra para os Estados Unidos, sob o impacto das revoltas da classe trabalhadora, “o bloco social hegemônico ampliou-se ainda mais através da promessa de um *New Deal* global” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 293). Para as classes trabalhadoras dos Estados do centro capitalista, prometeram-se segurança no emprego e amplo acesso ao consumo de massas; para as elites das nações periféricas, prometeram-se o direito de autodeterminação nacional e o desenvolvimento. Entretanto, com o passar do tempo, esse pacote de promessas não se realizou, o que desestabilizou a credibilidade da hegemonia norte-americana, precipitando sua crise. A atual crise hegemônica dos Estados Unidos apresenta uma peculiaridade em seu caráter social quando comparada com as crises anteriores. A crise da hegemonia holandesa foi um processo de longa duração, na qual a expansão financeira sistêmica ocorreu tardiamente e o conflito social em esfera sistêmica ocorreu ainda mais tarde. O processo de colapso da hegemonia inglesa ocorreu com maior rapidez, no entanto, a expansão financeira sistêmica ainda ocorreu anteriormente ao conflito social sistêmico. Já na atual crise de hegemonia norte-americana, a explosão sistêmica do conflito social do desfecho da década de 1960 precedeu e influenciou a expansão financeira subsequente. De

acordo com Arrighi, “a fuga maciça de capitais para mercados financeiros extraterritoriais”, que em meados da década de 1970 criou as condições de oferta para a expansão financeira, “foi muito mais impulsionada pela explosão do conflito social do que pela intensificação da competição intercapitalista” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 293-294). O autor ainda aponta que a expansão financeira mundial das décadas de 1980 e 1990 fragilizou os movimentos sociais que haviam precipitado a crise da hegemonia norte-americana no fim da década de 1960 e início da de 1970. Todavia, uma vez que os problemas que originaram esses movimentos continuam sem solução, “podemos esperar que eles gerem novas ondas sistêmicas de conflito social”. O problema social fundamental no nível sistêmico que se encontra na raiz da crise atual (desde a década de 1970) – aqui Arrighi recorre diretamente a Wallerstein (1995) - é que o atual sistema capitalista não tem condições de acolher “o conjunto das demandas do terceiro mundo (de relativamente pouco por pessoa, mas para muitas pessoas) e da classe trabalhadora ocidental (para relativamente poucas pessoas, mas de muito por pessoa)” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 294). Com a maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho, a partir da segunda metade do século XX, o cenário se torna ainda mais crítico¹³. Ademais, Arrighi chama a atenção para o fato de que, movidas pela sistemática busca da redução de custos, as empresas multinacionais, sobretudo a partir da década de 1970, ao buscar uma mão de obra barata e flexível, criaram novas e poderosas classes trabalhadoras em massa. “Para onde quer que tenha ido o capital, o conflito de classes despontou em relativamente pouco tempo” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 295; ver também SILVER, 2005). Dessa forma, uma vez que a China tem sido o *locus* principal de expansão industrial e de formação da nova classe trabalhadora, desde a década de 1980, “devemos esperar que também na China desponte um vigoroso movimento dos trabalhadores..., a trajetória desse movimento terá um

¹³ “O maior movimento da segunda metade do século XIX foi o dos homens saindo da fazenda para a fábrica. Desse movimento surgiram muitos dos movimentos políticos que moldaram a história da época – socialismo e anticolonialismo, revoluções e guerras civis (...). O maior movimento da segunda metade do século XX foi o das mulheres que saíram de casa para o escritório. Desse movimento já surgiram movimentos políticos que começam a moldar a história de nossa época. Um deles é o feminismo, com suas demandas políticas, que vão desde a igualdade de oportunidades até o desconstrutivismo acadêmico e o direito ao aborto. O feminismo, por sua vez, produziu [uma reação violenta] sob uma nova forma de conservadorismo” (KURTH apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 295).

impacto tremendo na trajetória da transição como um todo” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 296).

A quinta e última proposição elaborada pelo autor refere-se às dificuldades inerentes à atual transformação do Sistema Mundial Moderno, concernente à alteração do equilíbrio de poder entre as civilizações ocidentais e não ocidentais, especialmente do colapso da hegemonia norte-americana e do ressurgimento da civilização sinocêntrica. Duas condições essenciais delinearão a intensidade dessas dificuldades. Em primeiro lugar, depende da forma como as principais potências ocidentais se adaptarão a uma posição de menor destaque; e, em segundo lugar, a capacidade da civilização sinocêntrica de oferecer soluções coletivas em nível sistêmico para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia estadunidense. O embate entre as civilizações ocidentais e não ocidentais se fez presente constantemente no longo processo histórico em que o moderno sistema-mundo passou de um sistema europeu para um sistema global. A transição hegemônica da Holanda para a Inglaterra foi marcada pela conquista violenta de grande parte das regiões asiáticas. A transição hegemônica da Inglaterra para os Estados Unidos foi caracterizada tanto pela expansão dos impérios territoriais ocidentais na África e na Ásia, quanto por uma ampla revolta contra a dominação ocidental. Já durante a hegemonia estadunidense, o mapa geopolítico foi redesenhado, a fim de atender às demandas de autodeterminação nacional. Esse novo mapa espelhou o legado do colonialismo e do imperialismo ocidentais e, a hegemonia cultural que influenciou as elites das nações não ocidentais a exigirem para si “Estados Nacionais” à imagem e semelhança das organizações políticas metropolitanas de seus antigos colonizadores. Contudo, Arrighi aponta que houve uma exceção à regra: o Leste Asiático – salvo alguns países localizados em sua orla meridional, como a Indonésia e as Filipinas –, “o mapa dessa região refletiu primordialmente o legado do Sistema Mundial sinocêntrico, que a intromissão ocidental havia desestabilizado e transformado em suas margens, mas sem jamais conseguir destruí-lo e recriá-lo à imagem do Ocidente” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 297). A Ordem Mundial norte-americana da Guerra Fria encontrou tantas dificuldades para integrar essa região quanto a Ordem Mundial inglesa. As graves dificuldades de influência tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética nesta região se evidenciam, por exemplo, na rebelião da China contra a dominação soviética, ou na incapacidade norte-americana de dividir o Vietnã conforme os moldes da Guerra Fria. E já no

crepúsculo da Ordem Internacional estabelecida durante a Guerra Fria, enquanto as duas superpotências realizavam uma escalada em sua competição militar, diversos países do Leste Asiático tornaram-se o centro mais dinâmico dos processos internacionais de acumulação do capital, transformando-se naquilo que Arrighi denominou de “nova oficina e novo cofre do mundo”.¹⁴ Além disso, o autor declinista aponta que uma transformação sistêmica na Ordem Mundial ocorre não apenas pela emergência de novas potências expansivas praticando sistematicamente uma política de acréscimo de poder, contudo, ocorre também porque as hegemonias em declínio, em vez de se adaptarem às novas transformações, não aceitam a perda de sua liderança e, com o propósito de manter sua preeminência, acabam praticando uma “hegemonia ou dominação exploradora” e, conseqüentemente aceleram seu colapso hegemônico. Na comparação entre as transições hegemônicas ao longo da história do moderno sistema-mundo, Arrighi argumenta que o papel das potências expansionistas emergentes na precipitação dos colapsos sistêmicos diminuiu de uma transição hegemônica para outra, ao passo que aumentou o papel exercido pela dominação exploratória da hegemonia decadente. Durante o processo de transição da hegemonia holandesa, o poder mundial da Holanda já estava tão fragilizado que a resistência holandesa ao colapso sistêmico teve um papel secundário quando comparado com o papel desempenhado pelas potências expansionistas emergentes, principalmente a Inglaterra e a França. No declínio hegemônico inglês, ao contrário, a Inglaterra ainda estava suficientemente poderosa para transformar sua hegemonia em uma dominação exploradora, o que contribuiu decisivamente para a precipitação hegemônica, em conjunto com o surgimento de novas potências desafiadoras, particularmente a Alemanha. Segundo Arrighi, no contexto mundial atual, os norte-americanos tem uma possibilidade ainda maior do que teve a Inglaterra, um século atrás, de converter sua hegemonia decrescente em uma dominação exploradora. Conforme Arrighi (2007):

(...) o fracasso do neoconservador Projeto para o Novo Século Americano no Iraque marca o fim da hegemonia americana. Os Estados Unidos ainda são dominantes, econômica, militar e politicamente. Mas é uma dominação sem hegemonia, no sentido de que hegemonia não é apenas dominação

¹⁴ Mesmo diante da recuperação financeira dos Estados Unidos durante a década de 1990, Arrighi sentenciou: “Aliás, por mais que o poderio norte-americano tenha sido recuperado, é improvável que o tenha sido em medida suficiente para deter a rotação do centro de gravidade da economia global, trazendo-a de volta para o ponto em que ele se situava nos tempos pré-modernos” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 284).

pura, mas também a capacidade de fazer os outros acreditarem que você age no interesse geral.

Destarte, Arrighi alerta que “se o sistema vier a entrar em colapso, será sobretudo pela resistência norte-americana à adaptação e à conciliação”. Posteriormente ele acrescenta que, “inversamente, a adaptação e a conciliação norte-americanas ao crescente poder econômico da região do Leste da Ásia é condição essencial para uma transição não catastrófica a uma nova Ordem Mundial” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 298). Dessa forma, Arrighi conclui que faz-se igualmente essencial uma liderança global nos centros principais da expansão econômica do Leste Asiático, a qual deverá estar capacitada para fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia americana.

Em síntese, a construção teórica de Arrighi baseia-se no pressuposto de que o Estado hegemônico, apesar de evitar o colapso definitivo do Sistema Mundial Moderno, não é capaz de eliminar a competição interestatal e interempresarial pelo poder e pela riqueza, as quais foram grandes responsáveis pela repetição, na história desses últimos quinhentos anos, dos momentos de caos sistêmico e longos períodos de transição, em que se reorganiza a base produtiva e se substitui a liderança política do sistema. Sua tese é que esses períodos de caos sistêmico e transição hegemônica são caracterizados por três processos diferentes, todavia relacionados: a competição estatal e capitalista; a escalada global dos conflitos sociais; e a emergência de novas configurações de poder que seriam capazes de superar o antigo Estado hegemônico, uma vez que este já estaria debilitado. Esses processos ainda estariam associados ao que Arrighi denominou de expansões financeiras sistêmicas, períodos econômicos em que exista uma abundância de capitais baratos, que migram da esfera da produção e do comércio, com destino aos empréstimos especulativos. Essa abundância de capitais desencadeia uma “crise de superprodução” somada ao acirramento do embate entre os Estados pelos capitais circulantes nos mercados internacionais. Ademais, ele considera que desde a década de 1970 ocorreu uma grande perda do poder financeiro dos Estados Unidos devido ao aumento de seu endividamento externo, que o transformou de “credor” no Sistema Mundial em “a maior nação devedora do mundo”; à “sublevação” de grandes corporações que receberam o aval dos Estados Unidos e algumas potências europeias aliadas para agirem globalmente, porém que

acabaram se autonomizando “e solaparam o poder dos próprios Estados de que dependem para sua proteção e manutenção” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 289); e, por fim, à “bifurcação”¹⁵ do poder mundial, devido ao deslocamento do poder financeiro e do “cofre do sistema” para o Leste Asiático, “a nova oficina do mundo”.

¹⁵ Já em *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo* (1997), Arrighi ressaltou o caráter inédito dessa “bifurcação” desde a gênese do Sistema-Mundo Moderno. E o mais importante, apontou três direções essencialmente distintas que esta poderia tomar. Os Estados Unidos e seus aliados europeus, com o término da Guerra Fria, poderiam usar sua incomensurável vantagem bélica com o fim de impor uma espécie de “pagamento proteção” aos centros capitalistas emergentes do Leste Asiático. Conforme Arrighi, caso esse propósito obtivesse êxito, poderia vir a existir o primeiro império verdadeiramente global da história do mundo. Todavia, caso tal propósito não se realizasse ou não tivesse êxito, o Leste da Ásia poderia se tornar o centro de uma sociedade de mercado global, equalizando as relações de poder entre os Estados ocidentais e os Estados não Ocidentais. Por último, Arrighi indicava que esta bifurcação também poderia resultar em um período indeterminado de caos sistêmico (ARRIGHI, 1997). Mais de uma década depois - em uma de suas últimas entrevistas – Arrighi mostrou-se mais cético com relação à primeira tendência, de os Estados Unidos formarem um império global. Não obstante, deixou em aberto a possibilidade entre um maior equilíbrio de poder sistêmico ou o caos global. “O que podemos observar é uma situação em que há uma igualdade maior entre as nações. Isso pode resultar em caos, mas ao mesmo tempo pode criar uma situação de maior equilíbrio de status e poder entre os países. Eu vejo não apenas a China, mas todo o Sul com boa chance de equalizar as relações de poder. O ponto é que os EUA estão em apuros porque, financeiramente, são dependentes do Leste da Ásia e também aumentou sua dependência do Sul em geral. Ao mesmo tempo, sua credibilidade militar foi mais corroída do que depois do Vietnã.” (ARRIGHI, 2007).

CAPÍTULO 2

Immanuel Wallerstein – O Declínio do Poder Americano e o Colapso do Sistema Mundial Moderno

A situação em que os Estados Unidos se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar. (WALLERSTEIN, 2004a, p. 25).

Mas o que se prognostica para o futuro? Nada é menos certo. Há basicamente dois cenários possíveis. O sistema-mundo pode continuar mais ou menos como antes e entrar num outro conjunto de mudanças cíclicas. Ou o sistema-mundo atingiu um ponto de crise e consequentemente irá passar por mudanças estruturais drásticas, uma explosão ou implosão, as quais darão na constituição de algum tipo novo de sistema histórico. (WALLERSTEIN, 2002a, p. 79)

Para o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, a hegemonia norte-americana está em crise inexorável, e esta é terminal. Diante disso, conforme Wallerstein, dois cenários despontam no futuro: primeiro, mais um processo de longa duração das transições dos ciclos hegemônicos, no qual a hegemonia americana será substituída por um novo Estado hegemônico, que por sua vez reiniciará mais um processo de “expansões competitivas”, que como vimos, caracterizou o sistema-mundo do moderno desde o século XVI; o respectivo cenário, portanto, implica em uma *mudança no sistema* – esta, inclusive, como citado acima, é a perspectiva de Arrighi. No segundo cenário provável, e, este sim, é o que irá se desenhar para Wallerstein, a mudança que atualmente vivemos vai muito além de um esgotamento da atual hegemonia. Trata-se do encerramento do próprio sistema-mundo moderno. Por conseguinte, estamos vivenciando não “apenas” uma *mudança no sistema*, mas uma *mudança do sistema*, “por causa da crise estrutural subjacente do sistema-mundo capitalista como sistema” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 80).

2.1 O Declínio do Poder Americano

Conforme Wallerstein, a atual crise hegemônica se confunde com a própria crise sistêmica do Moderno Sistema Mundial. O autor de *O Declínio do Poder Americano* (2004) periodiza a mudança geopolítica do sistema-mundo em duas fases distintas. O período que vai do desfecho dos anos 1960 a 2001 marca o início do colapso da hegemonia americana, contudo a intensidade desse declínio foi limitada pela estratégia que essa nação desenvolveu a fim de “postergar” e “minimizar” seu declínio hegemônico.¹⁶ O segundo período, a fase mais aguda – e terminal – da hegemonia norte-americana, vai de 2001 a 2025, é o período em que os Estados Unidos intentam recuperar sua posição com políticas mais unilaterais, o que, no entanto, vem ampliando a velocidade e a profundidade de seu colapso inevitável. Conforme esse autor, o declínio do poder americano pode ser representado em quatro signos subsequentes: a derrota na Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim, em 1989, e os ataques terroristas de 2001 (Ver WALLERSTEIN, 2002a, p. 19; WALLERSTEIN, 2004a, p. 25 e WALLERSTEIN, 2009, p. 53 e 59).

Analisemos cada símbolo proposto por Wallerstein e suas respectivas implicações para o colapso hegemônico dos Estados Unidos. Segundo o crítico tenaz da hegemonia norte-americana, a Guerra do Vietnã se transformou em um símbolo tão poderoso do declínio hegemônico, porque os Estados Unidos foram insensatos o bastante para investir no embate com um país tão inexpressivo no Sistema Internacional toda a sua força militar e, ainda assim, serem derrotados – uma vez que a utilização de armas nucleares naquele contexto geopolítico (a despeito da pressão de certos grupos da direita estadunidense neste sentido) poderia implicar em um holocausto nuclear, um resultado que não poderia ser arriscado. “Desse modo, repito, os Estados Unidos usaram toda sua força militar e perderam a guerra” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 19). Para Wallerstein, a humilhante derrota no Vietnã é algo de que a “autoestima” e o “prestígio” americanos nunca se

¹⁶ De forma análoga a Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi define esse período (a partir de mais ou menos 1970) como a fase da “crise sinalizadora” da hegemonia norte-americana, e o período subsequente (a partir dos anos 2000) como sendo a fase de “crise terminal” da hegemonia dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2007).

recuperaram, trata-se do que ele denominou de “síndrome vietnamita”.¹⁷ Não obstante, a Guerra do Vietnã não foi simplesmente uma derrota militar ou uma mancha indelével no prestígio mundial dos Estados Unidos. O embate travado no Vietnã está, conforme o autor, intimamente relacionada com a perda da superioridade econômica isolada dos Estados Unidos no Sistema Mundial. O conflito foi sobremaneira dispendioso e praticamente esgotou as reservas de ouro dos norte-americanos, outrora tão abundantes. Para complicar ainda mais a situação estadunidense, tais custos aos cofres americanos ocorreram simultaneamente à forte recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental, em particular da Alemanha. Desde então, os membros dessa Tríade têm sido praticamente equivalentes na esfera econômica, cada um melhor do que os outros em determinados períodos, contudo nenhum deles se distanciando significativamente. Destarte, segundo aponta Wallerstein: “Os dois elementos juntos – a sangria econômica dos Estados Unidos (oriunda dos custos da Guerra do Vietnã) e a ascensão da Europa Ocidental e do Japão – acabaram com a vantagem dos Estados Unidos na economia mundial” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 20).

Ainda na esfera da economia internacional, a partir dos estudos de Nikolai Kondratieff¹⁸ sobre os ciclos econômicos seculares (KONDRATIEFF, 1935), Immanuel Wallerstein afirma que este período, que se inicia a partir dos anos 1970, foi marcado como o encerramento da fase A de Kondratieff, isto é, o desfecho da expansão da economia-mundo, que foi de aproximadamente 1945 a 1973, os trinta

¹⁷ Em primeiro lugar, os Estados Unidos tiveram de admitir que tinham perdido a maior guerra para um país pequeno. Nixon se retirou do Vietnã ignominiosamente, e foi diagnosticado que os norte-americanos tinham sido acometidos por uma síndrome vietnamita - isto é, uma grave rejeição da população norte-americana em comprometer suas tropas com uma ruínoza guerra em regiões distantes do mundo (WALLERSTEIN, 2009, p. 63).

¹⁸ O economista russo Nikolai Dimitrievich Kondratieff é mais conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, movimentos cíclicos (ciclo econômico) de aproximadamente 50 de duração, que incluem “a aurora, o zênite e o crepúsculo” de um ciclo econômico mundial, denominados posteriormente na Economia como “ciclos de Kondratieff”. Um dos teóricos da NEP (Nova Política Econômica), em 1920 participou da fundação do Instituto de Conjuntura, em Moscou, especializado em pesquisas estatísticas. Durante a NEP, apoiou a política oficial do governo soviético de incentivo de produção primária de produtos agrícolas e bens de consumo sobre a indústria pesada, dando-lhe sustentação teórica. Entretanto, com o giro político do grupo de Stálin, em 1928, que passou a apoiar a industrialização acelerada e coletivização forçada, Nikolai Kondratieff caiu em desgraça. Nesse mesmo ano, foi afastado da direção do Instituto de Conjuntura. Em 1930, com a consolidação do regime stalinista no partido comunista e no governo soviético, foi processado, preso e condenado no chamado “Processo dos Mencheviques” (considerado o primeiro dos Processos de Moscou) pela suposta formação de um partido pró-kulak. Por fim, em 1938, foi fuzilado no cárcere pelo regime stalinista.

anos gloriosos do capitalismo. Trata-se, desse modo, do início do que se tornou o longo período de estagnação da economia-mundo, a chamada fase B de Kondratieff. Dessa forma, a fim de se entender a teoria de Wallerstein, faz-se premente a diferenciação das fases dos ciclos econômicos de Kondratieff e suas características principais.

Schumpeter,¹⁹ em “Business Cycles” (1990), definiu os tipos de ciclos econômicos de acordo com sua duração. Assim os ciclos (ou ondas longas) de Kondratieff, originalmente medidos a partir de 1780, têm duração de 48 a 60 anos. Apresentam duas fases distintas: uma fase ascendente (fase A) e uma fase descendente (fase B).²⁰ A fase A de Kondratieff é marcada pela expansão econômica do sistema capitalista, fruto fundamentalmente de sólidos investimentos em bens de capital, tais como: ferrovias, portos, canais, indústrias, saneamento básico, eletrificação, construção civil etc. O que se reflete de forma geral em altas taxas de crescimento da economia mundial, em uma ampliação substantiva do

¹⁹ O maior divulgador da teoria das “ondas longas” de Kondratieff foi Joseph Schumpeter em seu clássico “Business Cycles” (1990). Schumpeter trata os ciclos econômicos de maneira similar a Kondratieff, a partir da quebra do equilíbrio econômico, acrescentando apenas ser essa proporcionada pelo aparecimento da *inovação*, trazida pelo empreendedor capitalista. Os maiores divulgadores contemporâneos dos ciclos de Kondratieff são os neoschumpeterianos, especialmente os economistas Christopher Freeman e Carlota Perez. Outro grande divulgador da teoria de ondas longas foi o economista e líder trotskista Ernest Mandel, autor de “O Capitalismo tardio - uma tentativa de explicação marxista”, o qual defendeu que a teoria de Kondratieff era compatível e complementar a visão de Trotsky sobre desenvolvimento e dinâmica de longo prazo do capitalismo. Além de sua forte influência sobre a escola neomarxista de Relações Internacionais, particularmente sobre Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, o economista russo influenciou significativamente os economistas da denominada “Escola da Regulação” - a “teoria da regulação” é uma corrente heterodoxa do pensamento econômico de origem francesa. Baseia-se no conceito de regulação econômica. Teve como ponto de partida uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procurou superar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano e o historicismo alemão. Dentre seus principais representantes estão Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, Benjamin Coriat e Alain Lipietz, todos esses autores tratam os ciclos de Kondratieff combinando com a ideia de desenvolvimento do sistema mundial capitalista. Para um maior aprofundamento no tema, ver especialmente a obra de Aglietta tida como inaugural da Escola da Regulação: “*Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos*” (1979). No Brasil, os principais divulgadores da teoria dos “ciclos econômicos” de Kondratieff são Theotonio dos Santos e o também economista marxista, Ignácio Rangel. Na década de 1950, sem conhecer o trabalho do teórico russo, Rangel propôs uma reinterpretação da história do Brasil a partir do conceito de “dualidade básica”, que tentava relacionar a dinâmica interna brasileira e as relações que o país mantém com as economias centrais. Décadas depois identificou que essa sucessão coincidia com as inflexões dos ciclos de Kondratieff, o que o levou a imaginar que a sociedade brasileira modifica as suas dualidades em reação a esses grandes movimentos da economia mundial, proporcionados pelas “ondas longas”. Para maior aprofundamento ver principalmente duas obras centrais de Rangel: “A dualidade básica da economia brasileira” (1957) e “O quarto ciclo de Kondratiev” (1990).

²⁰ Sinteticamente Wallerstein define esta fase da seguinte forma: “O significado básico da fase B de Kondratieff é que há excesso de produção para a demanda efetiva disponível, de modo que cai a taxa de lucro da produção”. (WALLERSTEIN, 2002a, p. 85).

emprego e aumento da produção do consumo e das taxas de lucro. Todas essas características podem ser observadas nos trinta anos imediatos ao pós-guerra. Ao contrário da denominada fase A, a fase B de Kondratieff se caracteriza por: queda na taxa de lucros oriunda da esfera da produção; assim, os grandes capitalistas remanejam suas atividades para a esfera especulativa. A queda na taxa de lucros originários da produção provoca uma realocação significativa da atividade produtiva, a prioridade a transações de baixo custo cedendo lugar à prioridade a níveis reduzidos de salário e gerências mais eficientes. Depressão mundial das taxas de emprego. A diminuição do número de empregos provoca uma árdua competição entre os países que são centros de acumulação, os quais buscam exportar o desemprego um para o outro. Isso conduz por sua vez a taxas flutuantes de câmbio. Para a maior parte das áreas do sistema-mundo, a fase B de Kondratieff é percebida como um “momento difícil”, comparada com a fase anterior (A). Entretanto, não ocorre que tal período seja visto como ruim para todos. Isso se deve a duas razões: primeiro, porque alguns grandes capitalistas podem ter condições de encontrar colocações alternativas lucrativas, o que lhes permite ampliar seus níveis particulares de acumulação. E, em segundo lugar, uma vez que uma das características da respectiva fase (B) é a realocação da atividade produtiva, conseqüentemente, alguma determinada região do sistema-mundo poderá vivenciar uma melhoria relevante de seu nível econômico, identificando assim o período como um momento bom (WALLERSTEIN, 2002a, p. 68-69 e 85-86).

Immanuel Wallerstein aponta que todos esses sintomas da nominada fase B são identificados desde a década de 1970 na economia-mundo capitalista. Uma vez que grande parte da produção global (carros, aço, eletrônicos, softwares...) tem sido transferida do tradicional centro capitalista – Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental - para outras regiões do globo, isto gerou um desemprego considerável nessas regiões centrais. Assim, os membros dessa Tríade buscam exportar o desemprego uns para os outros. Na década de 1970 e início dos anos 1980 os maiores prejudicados foram os Estados Unidos, posteriormente foi à vez da Europa (e ainda é), e a partir dos anos 1990 chegou a hora do Japão, que enfrenta uma estagnação econômica que já dura mais de duas décadas – Wallerstein chama a atenção para o fato de que a estagnação japonesa durante a última década do século passado é o que permitiu a elevação das taxas de emprego nos Estados

Unidos durante o mesmo período. Além disso, a partir do período de 1970 e ainda mais intensamente durante as décadas seguintes, o capital financeiro ganhou um homérico espaço em relação ao capital produtivo. A elevação dos preços do petróleo nos anos 1970 provocou acumulações globais que foram empregadas como empréstimos para os países da periferia da economia-mundo, o que culminou na chamada crise da dívida da década de 1980. Com o estabelecimento do Consenso de Washington e a desregulação dos mercados nacionais, impostas ao Terceiro Mundo a partir dos funestos governos Reagan e Thatcher, a financeirização do capital mundial se intensificou deslocando ainda mais o capital da esfera da produção para a esfera da especulação. Todavia, como a fase B de Kondratieff pode apresentar vantagens para alguns países ou uma região específica do Sistema Internacional, já que um de seus efeitos primordiais é a realocação da indústria dos países do centro capitalista para os países não centrais, durante esse período, nem todos perderam, salvando-se algumas exceções que acabaram se beneficiando desse efeito. Tendo em vista que o volume de realocações é limitado, há uma acirrada competição entre os países periféricos a fim de receberem os frutos dessa realocação. Sendo assim, durante a década de 1970, formulou-se o termo NICs (países de industrialização recente), dentre os quais se destacavam: Brasil, México, Coreia do Sul e Taiwan. Já na década seguinte, Brasil e México desapareceram da seleta lista, e, então, começaram a despontar os chamados “Quatro Dragões”. Além de Coreia do Sul e Taiwan, surgiram Hong Kong e Cingapura. Na década de 1990, ocorreram novas realocações, além dos Quatro Dragões, também para a Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Vietnã e China. A despeito das crises posteriores que acabaram atingindo alguns desses países, Wallerstein afirma que durante o período em questão, a região da “Ásia Oriental” foi a “grande beneficiária” da reestruturação da fase B de Kondratieff. Portanto, diante da análise dos aspectos que caracterizam a fase B de Kondratieff, Wallerstein conclui: “Não é difícil mostrar que tudo isso vem ocorrendo no período de 1967-73 até hoje” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 69).

Dessa forma, Wallerstein aponta que o início da estagnação econômica do sistema-mundo na década de 1970 teve duas consequências relevantes para hegemonia norte-americana. Em primeiro lugar, a estagnação econômica mundial resultou no colapso do *desenvolvimentismo* – “a ideia de que, de algum modo, adotando uma política estatal correta, qualquer país poderia atingir o alto padrão de

vida dos países mais ricos” (WALLERSTEIN, 2009, p. 61) –, que conforme o autor era a principal reivindicação da “Velha Esquerda”²¹ então no poder. Sucessivamente, esses regimes desenvolvimentistas encararam desordens internas, uma ampliação da dependência concernente às instituições financeiras internacionais, padrões de vida decrescentes e a corrosão da sua credibilidade. Destarte, Wallerstein afirma que “a década de 1970 se tornou a década da morte do desenvolvimento”²² como ideia e como política”. Por conseguinte, conforme o autor, o que sinalizara na década de 1960 como uma aparentemente exitosa condução da “descolonização” do Terceiro Mundo por parte dos Estados Unidos – “minimizando a perturbação e maximizando a transferência tranquila de poder para regimes que eram desenvolvimentistas, mas dificilmente se poderiam considerar revolucionários” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 28).– acabou cedendo lugar para uma ordem em desmantelamento, com alto grau de insatisfação e descontrole. De forma que nos momentos em que os Estados Unidos buscaram intervir, fracassaram. Em 1983, os norte-americanos enviaram tropas para o Líbano a fim de restaurar a ordem, e as tropas foram expulsas. Ronald Reagan tentou compensar a frustração estadunidense invadindo Granada, um país sem tropas. De forma análoga, George Bush invadiu outro país sem tropas, o Panamá. Porém, ao intervirem na Somália com o objetivo de restaurar a ordem, novamente os Estados Unidos foram forçados a sair vergonhosamente. Por conseguinte, uma contrarrevolução conservadora articulou-se em nível sistêmico. Os “verdadeiros conservadores”²³ começaram a assumir o controle dos principais Estados do Sistema Mundial e das instituições internacionais. A contraofensiva neoliberal foi arquitetada pelos regimes de Thatcher e Reagan, pela ascensão do Fundo Monetário Internacional (FMI) – “um clube para

²¹ Mais adiante discutiremos o que Wallerstein denominou de “Velha Esquerda”, e seus desdobramentos para a crise tanto da hegemonia americana, como do sistema-mundo capitalista.

²² Wallerstein aponta a busca pelo *desenvolvimento* como a ideologia político-econômica dominante em todo o sistema-mundo durante este período do pós-guerra aos anos de 1970, tanto nos países do centro capitalista quanto nos países periféricos. “Os Estados Unidos, a União Soviética, e os países do Terceiro Mundo tinham, sem dúvida, diferentes vocabulários sobre o desenvolvimento, mas as ideias básicas que todos eles alimentavam eram visivelmente semelhantes. A proposta subjacente era de que a combinação de urbanização, agricultura mais eficiente, industrialização, educação e protecionismo de curto prazo (substituição de importações) constituíam o caminho para a terra prometida do desenvolvimento” (WALLERSTEIN, 2009, p. 61).

²³ “Onde em tempos anteriores (durante mais de um século) as forças conservadoras tinham tentado retratar-se como liberais mais sensatos, agora os liberais centristas viam-se forçados a argumentar que eram conservadores mais eficazes” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 28).

ministros das finanças e banqueiros centrais” – como ator central no sistema-mundo capitalista, pelo Fórum Econômico Mundial de Davos – “um ponto de encontro para as elites e a comunicação social” –, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) – “para impor a livre circulação comercial através das fronteiras mundiais” – e pela cartilha apresentada pelo denominado Consenso de Washington – “uma nova definição do caminho para a terra prometida”. O programa conservador era bem claro e inverteu a maior parte dos dogmas do desenvolvimentismo. A industrialização por substituição de importações caiu em descrédito; a construção estatal passou a ser definida como um artifício de uma burocracia inchada e ineficiente; o auxílio financeiro dos países desenvolvidos, como um dinheiro mal investido e alocado; e as estruturas paraestatais, como obstáculos letais para uma atividade empresarial lucrativa. Os Estados foram impelidos a diminuir e adiar gastos na saúde e na educação. Entrou em curso um forte processo de privatização das empresas públicas, consideradas ineficientes e caras ao tesouro nacional. “O ‘mercado’, mais do que o bem-estar da população, agora se tornava a medida de toda atividade adequada do Estado” (WALLERSTEIN, 2009, p. 62). O papel do FMI foi crucial para a disseminação das práticas neoliberais, uma vez que este condicionava seus empréstimos a um “ajuste (macroeconômico) estrutural”, amarrado às prescrições da cartilha imposta pelo autoritário Consenso de Washington. Em síntese, as diretrizes conservadoras buscavam estabelecer políticas que reduzissem os custos da mão-de-obra, dirimir as restrições de caráter ambiental sobre os produtores e cortar ao máximo os benefícios provenientes da seguridade estatal. O resultado foi uma draconiana estagnação econômica em quase toda a economia-mundo, mas, sobretudo nos países periféricos.

Conforme Wallerstein, a política externa norte-americana sofreu uma *reorientação* a partir da década de 1970, – e que se manteve até setembro de 2001 – mais especificamente à partir do governo Nixon, com o escopo muito bem definido, “a política externa norte-americana tinha que mudar, e mudou”. Desde Nixon, e nos trinta anos subsequentes – passando por Reagan e Bush, e até Clinton – “todos os presidentes dos Estados Unidos se concentraram em um objetivo não revelado: diminuir a velocidade do declínio da hegemonia norte-americana” (WALLERSTEIN, 2009, p. 63). O programa matizado por eles continha três faces. A primeira tinha o propósito de manter o poder *político* dos Estados Unidos. Baseava-se em uma oferta de “parceria” com o Japão e a Europa Ocidental. Tal parceria foi

implementada com a formação de uma miríade de instituições multilaterais, tais como a Comissão Trilateral, o Fórum Econômico Mundial de Davos, e o G-7 (grupo constituído pelas sete nações mais ricas do planeta). O maior argumento norte-americano era a necessidade de manter uma frente unida contra a ameaça soviética. Conforme o crítico da hegemonia norte-americana por excelência, a parceria foi relativamente exitosa. A Alemanha, a despeito dos desejos estadunidenses, decidiu pela nominada *Ostpolitik*²⁴ (política oriental). Também, a contragosto dos norte-americanos, a Europa Ocidental (inclusive o governo de Margareth Thatcher) concordou em construir o gasoduto da União Soviética ao Ocidente. E, na década de 1990, também apesar das vontades contrárias manifestadas pelos norte-americanos, a Coreia do Sul lançou uma política de aproximação com a Coreia do Norte. Todavia, de modo geral os aliados dos Estados Unidos não se “desviaram” muito. Dessa forma, o sociólogo norte-americano conclui que o objetivo *político* dos Estados Unidos, visando aprazar o ritmo de seu declínio hegemônico, foi “apenas parcialmente bem-sucedido” (WALLERSTEIN, 2009, p. 64).

A segunda face do programa que visava à manutenção da hegemonia dos Estados Unidos, durante os trinta anos que vão de 1970 a 2001, tinha o escopo de lhe assegurar sua superioridade *militar*. Uma vez que o Vietnã expôs as fragilidades das forças terrestres norte-americanas, impunha-se a necessidade de manter sua vantagem nuclear. Em agosto de 1949, os Estados Unidos já haviam perdido o monopólio das armas nucleares, quando a União Soviética detonou sua primeira bomba atômica em testes. Contudo, os Estados Unidos decidiram que era crucial cessar a proliferação nuclear. O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

²⁴ Iniciada no decorrer dos anos 70 pelo chanceler alemão Willy Brandt, tendo como principal objetivo a melhoria das relações Leste-Oeste, nomeadamente entre as duas Alemanhas (RFA e RDA). Embora tivesse tentado imprimir uma nova orientação à política externa quando exercia, em 1966, o cargo de vice-chanceler e de ministro dos Negócios Estrangeiros, foi sobretudo a partir de 1969 que Brandt pôde pôr em prática as novas medidas para a política externa. As linhas diretrizes da *Ostpolitik* foram sintetizadas pelo próprio Brandt num dos seus primeiros discursos como chanceler, em que apontou a tarefa de salvaguardar a unidade da nação, preocupando-se em pôr fim ao estado de contração que caracterizava as relações entre as duas partes da Alemanha. Ofereceu aos responsáveis políticos da RDA a possibilidade de se efetuarem negociações bilaterais com vista à cooperação. A estratégia de Brandt conduziu à assinatura de uma série de tratados: com a URSS e a Polónia, em 1970, em que foram oficialmente reconhecidas a linha Oder-Neisse como fronteira germano-polaca e a divisão da Alemanha em dois Estados (foram definidas as respetivas fronteiras mas salvaguardou-se a eventualidade de uma unificação pacífica no futuro); e com a RDA, em 1972, um tratado fundamental, que estabelecia as relações diplomáticas entre as duas Alemanhas.

entrou em vigor em março de 1970, as cinco potências nucleares concordaram em estabelecer negociações no sentido do desarmamento nuclear e de permitir que outros Estados desenvolvessem energia nuclear com fins pacíficos, em troca de uma renúncia do resto do mundo em produzir armas nucleares. Três nações se recusaram a assinar o tratado e adquiriram armas nucleares, trata-se de Israel, Índia e Paquistão. Alguns outros Estados em que se imaginava ter iniciado programas para desenvolver esse tipo de armamento encerraram tais programas. Apesar de a lista não ser formal, provavelmente inclui no mínimo Alemanha, Suécia, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Brasil e Argentina. E, com o fim da União Soviética, três repúblicas atualmente independentes, a Ucrânia, o Cazaquistão e a Bielorrússia, renunciaram às armas que foram instaladas em seus territórios. A Líbia desmantelou seu programa nuclear em 2004, o Iraque foi invadido pelos Estados Unidos, em março de 2003, sob falsas acusações de possuírem um programa com esse fim. E ainda restam a Coreia do Norte e o Irã, em particular que incomodam especialmente os Estados Unidos com relação à questão nuclear. “Podemos dizer que esse segundo objetivo também foi parcialmente bem-sucedido, mas apenas parcialmente” (WALLERSTEIN, 2009, p. 65).

A terceira face dessa política externa dos Estados Unidos objetiva interromper o “pouso forçado da águia” era *econômica* e está relacionada com a já analisada substituição do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo. Apesar de ter provocado uma estagnação econômica em quase todo o sistema-mundo, para Wallerstein, esta foi, em diversas formas, o aspecto mais bem-sucedido da revisada política externa norte-americana. Isso porque com a desregulamentação dos mercados nacionais imposta por Washington aos países periféricos, o envolvimento econômico e, especialmente, financeiro dos Estados Unidos nos países do Terceiro Mundo se intensificou e se tornou muito mais lucrativo, compensando, assim, para alguns, o decaimento da lucratividade das antigas indústrias de ponta norte-americanas.

Portanto, a revisada política externa norte-americana, que se iniciou no governo Nixon, teve continuidade no governo Reagan e se estendeu até os governos de George Bush e Bill Clinton, visando primordialmente retardar o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, e que se pautou em três aspectos: político, militar e econômico, foi conforme a avaliação de Wallerstein, apenas parcialmente bem-sucedida.

O segundo signo apontado pelo crítico da hegemonia estadunidense como sinal do declínio hegemônico estadunidense são as revoluções de 1968. “Podemos chamar isso de uma revolução *mundial*, porque ocorreu virtualmente em todos os lugares do mundo e porque especificamente atravessou a divisão tripartite do sistema-mundo da época – o Ocidente, o Bloco Comunista e o Terceiro Mundo” (WALLERSTEIN, 2009, p. 59). Dessa forma, o autor declinista afirma que as proporções reais da revolução mundial de 1968 – a qual teve duração de aproximadamente 1966 a 1970 –, são enormes, de modo que uma verdadeira e abrangente história dos eventos ainda deve ser escrita e diversos observadores estão conscientes apenas dos acontecimentos mais evidentes, isto é, aqueles que foram cobertos pela mídia, contudo não possuem ciência da assombrosa quantidade de pequenas revoltas, especialmente as que ocorreram em regimes mais autoritários. Wallerstein aponta que a despeito dos problemas locais e das retóricas locais que foram abordados localmente, houve dois problemas globais que foram proclamados em praticamente todos os eventos, servindo como um cimento comum que unia todas as partes do movimento, conferindo a revolução de 1968 um caráter mundial. Trata-se das fortes contestações a denominada “Conferência de Yalta” e ao que Wallerstein chama de “Velha Esquerda”.

A Conferência que reuniu em Yalta, no ano de 1945, Roosevelt, Churchill e Stalin determinou, segundo o sociólogo norte-americano, as restrições geopolíticas na segunda metade do século XX. O autor afirma que os pactos formais estabelecidos na Conferência de Yalta tiveram menor importância do que os acordos informais e tácitos nela firmados, o que pode ser demonstrado a partir do comportamento dos Estados Unidos e da União Soviética nos anos seguintes. Essencialmente, o acordo entre as superpotências estabelecia que ambos os lados poderiam permanecer onde estavam e nenhum lado recorreria à força para expulsar o outro. Ao fim da grande guerra em 1945, as tropas soviéticas e as ocidentais (norte-americanas, inglesas e francesas) localizavam-se em pontos específicos e, a despeito de alguns pequenos ajustes, permaneceram nesses mesmos territórios. Trata-se basicamente de uma linha norte-sul no centro da Europa, mais especificamente no rio Elba, na Alemanha, e em uma projeção para o sul no Mediterrâneo, a denominada linha Oder-Neisse; e de forma análoga na Ásia Oriental, essa linha existia no rio Yalu, dividindo a Coreia em duas metades. O acordo consistia, desse modo, que cada uma das superpotências manteria o controle político e militar do seu lado dessa fronteira,

comprometendo-se reciprocamente a não utilizar a força militar, a fim de alterar o *status quo*. O que garantia o controle da União Soviética sob as áreas que haviam sido ocupadas pelo Exército Vermelho, e garantia aos Estados Unidos controle sobre o resto. “Politicamente, Yalta foi um acordo de *status quo*, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de 1\3 do mundo e os Estados Unidos o restante” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 23). Apesar de sofrer certos momentos de instabilidade, tais como na guerra da Coréia, no bloqueio de Berlim, no norte do Irã, na guerra civil grega e na crise dos mísseis em Cuba; deve-se observar que invariavelmente ambos os lados desistiram de utilizar armas nucleares, e cada um desses conflitos terminava com um retorno ao *status quo ante*. Nesse sentido, Wallerstein conclui que: “O fato é que a aceitação mútua das fronteiras geopolíticas do outro permaneceu durante todo o período da chamada Guerra Fria, apesar de todos os tipos de pressões internas em cada campo, no sentido de não respeitar os termos do acordo tácito” (WALLERSTEIN, 2009, p. 55-56).

Por conseguinte, os revolucionários de 1968, ao condenarem a Conferência de Yalta, não condenavam somente o “imperialismo” norte-americano, mas também o “conluio” entre União Soviética e Estados Unidos. Os manifestantes de 1968 utilizavam ou adaptavam a linguagem dos revolucionários maoístas que dividiam o planeta em dois campos: as duas superpotências e o resto do mundo. Apesar de fortemente contestados durante a revolução mundial de 1968, os acordos firmados em Yalta só vieram realmente a desfalecer em 1989 com a queda do muro de Berlim, o terceiro signo apontado pelo autor como sinal do declínio do poder americano. Não obstante, antes de o analisarmos, devemos ponderar sobre o segundo problema global denunciado pelos revolucionários de 1968, a denominada “Velha Esquerda”.

O autor de “Após o Liberalismo” define o que ele denominou de “Velha Esquerda” como a composição de três tipos clássicos de movimentos antissistêmicos: os partidos comunistas, no poder do bloco socialista; os partidos socialdemocratas, em alternância de poder na maior parte dos Estados ocidentais; e os movimentos de libertação nacional e populistas, no poder na maioria dos Estados do Terceiro Mundo. Conforme o autor, a acusação dos revolucionários de 1968 à Velha Esquerda pautava-se na proposta de dois passos oferecida por ela aos seus seguidores: primeiro conquistar o poder estatal e, posteriormente, transformar o mundo; e que uma vez conquistado o poder do Estado – de fato, no período de

1945 a 1968, a Velha Esquerda havia alcançado o poder estatal em uma grande parte do sistema-mundo –, esses movimentos oficialmente antissistêmicos não cumpriram suas promessas. “O mundo permaneceu hierárquico, não democrático e desigual (internacional e nacionalmente)” (WALLERSTEIN, 2009, p. 60). Ademais, segundo o movimento revolucionário de 1968, os partidos da Velha Esquerda no poder acabaram se tornando o maior obstáculo para alcançar a verdadeira transformação que haviam prometido quando estavam na sua fase de mobilização, uma vez que abandonaram a promessa de derrubar o sistema e construir um mundo verdadeiramente democrático e igualitário; antes, buscaram, dentro das estruturas já estabelecidas do sistema-mundo, no máximo, objetivos desenvolvimentistas reformistas, esvaindo-se assim de seu caráter revolucionário enquanto movimento antissistêmico. Consequentemente, conforme o autor, a revolução mundial de 1968 obrigou as forças populares a repensarem suas estratégias, em vista da desilusão disseminada por todo o Sistema Internacional, referente à ideia de que o objetivo primordial dos movimentos populares deveria ser conquistar o poder estatal, Estado por Estado. Destarte, Wallerstein conclui: “Essas duas visões – o conluio da União Soviética com o imperialismo dos Estados Unidos e o fracasso político da Velha Esquerda – traziam como consequência o fato de que o esforço político dos movimentos da Velha Esquerda fora totalmente liquidado” (WALLERSTEIN, 2009, p. 60).

Posteriormente, na esfera da política-internacional, em 1989, os Estados Unidos sofrem mais um duro golpe contra sua hegemonia mundial, a queda do muro de Berlim e o subsequente desmantelamento do bloco soviético, o terceiro signo apontado pelo autor de “O Declínio do Poder Americano” como sinal do colapso hegemônico dos Estados Unidos. Para Immanuel Wallerstein, o esgotamento da União Soviética se mostrou negativo, e não positivo, para a posição geopolítica dos Estados Unidos. “O colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 29). Em um período relativamente curto, os países da Europa Oriental e Central derrubaram seus regimes comunistas e encerraram suas ligações militares e econômicas com a União Soviética. Em seguida veio a dissolução do Partido Comunista soviético pelo desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nas suas

dezesseis repúblicas constituintes e pelo paralelo dismantelamento da República Federativa da Iugoslávia. Conforme o autor declinista, os Estados Unidos ficaram “aturdidos” e “perplexos” com o súbito colapso soviético, e “incertos” a respeito de como lidar com suas consequências, “inseguros” acerca de como manipular esse novo desenvolvimento.

O crítico tenaz da hegemonia norte-americana aponta duas consequências geopolíticas principais do colapso soviético. Primeiro, os norte-americanos perderam o último argumento relevante que possuíam diante da Europa Ocidental, a fim de que ela permanecesse politicamente ligada aos Estados Unidos, a saber, a necessidade de manter uma frente unida contra a ameaça soviética. Em segundo lugar, os norte-americanos perderam “a última coerção indireta que tinham sobre as políticas dos países do Terceiro Mundo”, isto é, o papel da União Soviética como o país que impunha as regras do acordo de Yalta nos países que eram hostis aos Estados Unidos. O que pôde ser observado, por exemplo, quando Saddam Hussein decidiu invadir o Kuwait, algo que seria impensável caso os acordos de Yalta ainda prevalecessem. Desse modo, Wallerstein relaciona o segundo e o terceiro signo do declínio do poder americano, uma vez que se os levantes de 1968 contestavam abertamente a Conferência estabelecida em Yalta, não obstante só em 1989 é que esta veio realmente a sucumbir com a queda do muro na Alemanha e o ulterior dismantelamento da União Soviética.

Saddam Hussein tinha uma miríade de motivos para invadir o Kuwait. Contando com o apoio dos Estados Unidos, já havia se envolvido em uma inconclusiva guerra contra o Irã. Havia contraído enormes dívidas com a Arábia Saudita e o Kuwait, conseqüentemente, dívidas que tinha dificuldades de sanar. Acreditava que o Kuwait estivesse utilizando poços diagonais para drenar petróleo dos campos iraquianos. Além disso, o Iraque tinha argumentado durante mais de setenta anos que o Kuwait fazia parte de seu território, e que somente tinha sido criado como um Estado separado pelos britânicos. Destarte, Saddam Hussein enxergava na invasão ao Kuwait, que não era militarmente preparado para enfrentar o exército do Iraque, a possibilidade de resolver todos os problemas com um único golpe. Contudo, isto somente foi possível com o dismantelamento soviético e a anulação definitiva dos acordos firmados em Yalta.

Após certa hesitação momentânea, a potência norte-americana decidiu reagir, mobilizando uma campanha militar, envolvendo quatro países como principal

financiador dos custos da operação estadunidense, trata-se da Alemanha, do Japão, da Arábia Saudita e do próprio Kuwait. Conforme Wallerstein, a campanha militar liderada pelos Estados Unidos teve como resultado final o *status quo ante*. Dessa forma, o crítico tenaz da hegemonia norte-americana questiona: “Mas poderá uma potência hegemônica ficar satisfeita com um empate numa guerra contra uma potência regional medíocre?” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 29). Ademais, conforme o autor, o fato de os Estados Unidos não ter conseguido derrubar o regime de Hussein “corroeu as entranhas da direita dos Estados Unidos”, o que contribuiu grandemente para que os falcões invadissem novamente o Iraque mais de uma década depois.

Ademais, Wallerstein aponta que entre a Guerra do Golfo e o 11 de setembro de 2001 as duas principais arenas de conflito no Sistema Internacional foram os Balcãs e o Oriente Médio. E em nenhuma delas a atuação da hegemonia dos Estados Unidos se mostrou eficiente. No caso dos Balcãs, a Iugoslávia, um país multinacional e economicamente bem-sucedido, acabou se desmembrando nas diversas partes que o compunham. Durante dez anos, a maior parte dos países que resultaram daí esteve envolvida em um processo de etnificação, sofrendo guerras, graves violações dos direitos humanos e uma violência brutal. Apesar de conseguir uma trégua nos conflitos e encerrar quase toda a violência mais explícita, a intervenção internacional encabeçada pelos Estados Unidos não fez nada no sentido de reverter a etnificação, “que agora está consolidada e mais ou menos legitimada pelas intervenções externas” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 25). Com relação ao Oriente Médio, o autor de “O Declínio do Poder Americano” aponta que o envolvimento de Washington tem sido ainda mais intenso e seus fracassos ainda maiores. Destarte ele conclui: “Tanto nos Balcãs como no Oriente Médio, os Estados Unidos não conseguiram exercer eficazmente a sua proteção hegemônica, não por falta de vontade ou esforço, mas por falta de verdadeiro poder” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 30). Evidenciando, dessa forma, a fragilidade da atual hegemonia, que se mostra cada vez mais desgastada e que, após os atentados de 11 de setembro, acelerou seu processo de crise terminal.

Finalmente chegamos ao quarto e último símbolo do outono hegemônico de Washington, os atentados terroristas de 11 de Setembro. Conforme sentencia Wallerstein, “os Estados Unidos estão em decadência como potência hegemônica desde a década de 1970 e, justo por causa das respostas dos Estados Unidos ao

11 de setembro, agora acredito que a velocidade desse declínio esteja aumentando” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 9). Anteriormente aos atentados de setembro de 2001, os falcões republicanos que assumiram o poder no governo Bush filho – como veremos a seguir, grande parte deles formou o aparelho administrativo do governo de Bush pai – já dispunham de um plano para garantir o domínio global dos Estados Unidos sobre o Sistema Internacional e prevenir a ascensão de novas grandes potências até o final do século XXI, trata-se do chamado “Projeto para o Novo Século Americano”.²⁵ O PNAC (Projeto para o Novo Século Americano) foi formulado pelos neoconservadores republicanos (os falcões) durante a década de 1990. Longe do poder nessa época e críticos ferrenhos da administração Clinton, tal projeto tinha o objetivo de garantir que o século XXI seria mais um século de primazia norte-americana em todos os aspectos do poder: político, econômico, ideológico e principalmente militar. Conforme a própria definição da organização:

O Projeto para o Novo Século Americano é uma organização educacional dedicada a algumas proposições fundamentais: que a liderança americana é boa tanto para a América e para o mundo e que essa liderança exige força militar, diplomacia enérgica e o compromisso de princípio moral.²⁶

Posteriormente, já em 2000, John Bolton, Paul Wolfowitz e outros falcões que retornaram ao poder redigiram juntos a “Reconstrução das Defesas Norte Americanas” (*Rebuilding America’s Defenses*), um relatório de estudos do PNAC, no qual:

Insistiam no abandono do tratado contra mísseis balísticos, no desenvolvimento de ogivas nucleares para atacar bunkers subterrâneos, no preparo de armas contra o Irã, o Iraque e a Coreia do Norte e num aumento de 24% dos gastos militares. Acrescentaram que o mundo precisava da liderança norte-americana, não da ONU. Tudo isso agora aconteceu (MANN, 2006, p.12).

²⁵ O Projeto para o Novo Século Americano não era secreto e, se tornou público em 3 de junho de 1997. O PNAC foi assinado pelos neoconservadores Elliott Abrams, Gary Bauer, William J. Bennett, Jeb Bush (irmão de George W. Bush), Dick Cheney, Eliot A. Cohen, Midge Decter, Paula Dobriansky, Steve Forbes, Aaron Friedberg, Francis Fukuyama, Frank Gaffney, Fred C. Ikle, Donald Kagan, Zalmay Khalilzad, I. Lewis Libby, Norman Podhoretz, Dan Quayle, Peter W. Rodman, Stephen P. Rosen, Henry S. Rowen, Donald Rumsfeld, Vin Weber, George Weigel e Paul Wolfowitz.

²⁶ [Tradução Nossa]. Cf. STATEMENT OF PRINCIPLES – PNAC The Project for the New American Century. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>. Acessado em 27 de dezembro de 2011. No original: “The Project for the New American Century is a non-profit educational organization dedicated to a few fundamental propositions: that American leadership is good both for America and for the world; and that such leadership requires military strength, diplomatic energy and commitment to moral principle.”

Portanto, faz-se relevante explicitar que o projeto de expansão do poder americano por todo o Sistema Internacional já existia antes do 11 de setembro, que ele marca uma reorientação da política externa norte-americana e que tal reorientação funcionou paradoxalmente, como veremos, como um catalisador da erosão hegemônica dos Estados Unidos. Ao se realizar uma breve análise do quadro administrativo do governo Bush, fica evidente como a maioria deles tem uma longa ficha de neoconservadorismo belicoso, e como o projeto de supremacia global já estava presente mesmo antes da posse de George W. Bush.

Após oito anos na oposição, os falcões republicanos voltaram ao poder com a contestada eleição de George W. Bush. Ao assumir o governo da maior potência do século XX, o ex-presidente norte-americano escalou para os principais cargos do Estado, mais de vinte neoconservadores que fizeram parte do governo de seu pai, doze anos antes. Dentre os mais célebres falcões que retornaram à Casa Branca no derradeiro governo republicano, destacam-se: o vice-presidente Dick Cheney, que ocupava o cargo de Secretário de Defesa em 1989, cargo, esse, ocupado na última administração republicana pelo não menos conservador Donald Rumsfeld; Paul Wolfowitz, na última administração Bush, ocupou o cargo de vice-secretário de Defesa de Rumsfeld e, posteriormente, foi o presidente do Banco Mundial.²⁷ Douglas Feith, subsecretário de Defesa para a Política, Richard Perle,²⁸ presidente do Conselho de Política de Defesa e J. D. Crouch, secretário-assistente de Defesa para a Segurança Internacional. Esses são alguns dos falcões que retornaram ao poder em 2001 e que no governo Jorge Bush (pai) defenderam medidas apoiadas em um rigoroso neoconservadorismo belicoso, tais como: impedir a ratificação da Convenção sobre Armas Químicas; insistir que Netanyahu, o primeiro-ministro israelense, rompesse totalmente com os Acordos de Paz de Oslo e reafirmasse as pretensões israelitas à força; e ainda que os Estados Unidos executassem um primeiro ataque às instalações de mísseis nucleares da Coreia do Norte. Há ainda,

²⁷ Desde o pós-guerra, europeus e norte-americanos possuem um acordo que se mostra invariável. Os primeiros têm o direito de indicar os presidentes do Fundo Monetário Internacional, e os segundos, podem escolher os presidentes do Banco Mundial.

²⁸ “Dirigentes como Richard Perle e Paul Wolfowitz falam como Rambo, tanto em público quanto em privado. A única coisa que importa é o poder avassalador dos Estados Unidos. Em termos reais, eles querem dizer que os Estados Unidos podem invadir qualquer país suficientemente pequeno para conquistar vitórias rápidas. Isso não é uma política. Nem vai funcionar. As consequências dessa situação para os Estados Unidos serão muito perigosas.” (HOBBSAWM, 2008, p. 160).

um nome de suma importância no governo George W. Bush, que expressa claramente o teor unilateralista dos falcões, trata-se de John Bolton, o qual na última administração republicana ocupou o cargo de subsecretário para Controle de Armamentos e Assuntos Internacionais e posteriormente foi embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas e, que declarou que: “isso de Nações Unidas não existe, e que se os últimos 16 andares do prédio da ONU desmoronassem, o mundo não ficaria pior” (MANN, 2006, p.12). No âmago dessa composição neoconservadora unilateral e belicista, destacava-se uma voz dissonante, o então secretário de Estado, Colin Powell, que insistia para Bush que o país deveria assumir uma postura multilateral e atrair aliados para a manutenção de sua hegemonia. Contudo, o desarmônico Powell foi forçado a deixar o ninho dos falcões e, em seu lugar, assumiu a secretaria de Estado, a austera Condoleezza Rice – que, na ocasião em que a maioria do Sistema Internacional se opôs à invasão norte-americana ao Iraque, respondeu tolerantemente que os Estados Unidos deveriam perdoar a China, ignorar a Rússia e punir a França.

Os falcões não eram críticos ferozes apenas da política externa do governo Clinton, entretanto eles contestavam toda a política externa de 1970 a 2000, ou seja, a política externa de Nixon a Clinton – Wallerstein destaca que eles não isentaram nem o governo Reagan dessa crítica, “embora não dissessem isso em voz alta”. A qual, como já discutido anteriormente, tinha o propósito de reduzir o declínio da hegemonia norte-americana. Conforme o sociólogo estadunidense ressalta, os *neocons* “acreditavam que o declínio era muito real” (WALLERSTEIN, 2009, p. 69-70), porém, não o enxergavam como efeito estrutural do sistema-mundo, – como por exemplo, a alternância da fase A para a fase B do ciclo econômico de Kondratieff -, e sim como um resultado da ineficiência política e da ausência de decisão consistente desses sucessivos governos. Embora diversos desses neoconservadores já tivessem ocupado altos cargos na política externa dos Estados Unidos tanto no governo Ronald Reagan como no George H. W. Bush, eles nunca conseguiram que tais governos assumissem seu programa. E mesmo nos primeiros oito meses do governo George W. Bush, os falcões republicanos permaneceram frustrados.

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 o cenário mudou. Os *neocons* encontraram a oportunidade para colocar seu nefasto projeto de mais um século americano em prática. O governo Bush mudou de rumo rompendo com a

política externa que reinara nas últimas três décadas.²⁹ “Os falcões, há muito frustrados mesmo com as administrações mais conservadoras, conseguiram finalmente dominar a política externa norte-americana” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 31). Conforme o crítico porfiado da hegemonia americana, a posição dos neoconservadores é muito clara: os Estados Unidos possuem um incontestável poder bélico, e apesar de diversos líderes estrangeiros considerarem inadequado da parte norte-americana demonstrar essa força, esses mesmos líderes nada podem fazer caso Washington tão somente impuser sua vontade aos demais. Com efeito, os falcões republicanos acreditam que os Estados Unidos devem se portar como uma “potência imperial” por dois motivos básicos: primeiro simplesmente porque podem fazê-lo; e, segundo, porque caso não o façam, serão cada vez mais marginalizados. Todavia, as interpretações dos falcões estavam equivocadas e só contribuíram para o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, “transformando uma decida gradual em uma queda muito mais rápida e turbulenta” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 32).

A resposta dos Estados Unidos aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 inaugurou um novo cenário geopolítico no Sistema Internacional. O presidente Bush declarou guerra ao “Terrorismo”, classificando-o como a principal ameaça à segurança mundial – George W. Bush proclamou em tom heroico: “Nós defendemos a paz lutando contra terroristas e tiranos” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 788). A política externa norte-americana definiu a nova estratégia de segurança nacional, a chamada “Doutrina Bush”. Nela, os Estados Unidos resumiram as Relações Internacionais entre *forças do bem* (sociedades livres) e *forças do mal* (organizações ou Estados envolvidos com o terrorismo). Dessa forma, Washington estabeleceu uma lista de seus inimigos públicos, denominados sugestivamente como o “Eixo do Mal”³⁰ – Nas palavras do então presidente Bush: “Estados como

²⁹ Eric Hobsbawm compartilha categoricamente da mesma opinião de Immanuel Wallerstein. Ao discorrer sobre as implicações do 11 de setembro e a consequente reorientação da política externa do governo Bush, o historiador sentencia: “Francamente, não consigo entender como o que ocorreu a partir do Onze de Setembro nos Estados Unidos pôde permitir a um grupo de alucinados políticos pôr em execução planos há muito acalentados de uma atuação unilateral em busca da supremacia mundial.” Em seguida, ele acrescenta de forma pontual os desdobramentos da política externa praticada pelos falcões: “Como já ficou evidente, ela destila instabilidade, imprevisibilidade e agressão e terá consequências não desejadas e quase certamente desastrosas.” (HOBSBAWM, 2008, p. 52).

esses e os seus aliados terroristas constituem um *eixo do mal* que se arma para ameaçar a paz do mundo” (BUSH, In: MANN, 2006, p. 15).

A Doutrina Bush se assentou em dois pilares básicos: o *unilateralismo*, isto é, a possibilidade de os Estados Unidos agirem no mundo de modo unilateral, sem a preocupação de consulta aos organismos multilaterais, tais como a OTAN ou a ONU;³¹ e o conceito de *ataques preventivos*, o uso da força de forma preventiva (antes de um possível ataque inimigo) a qualquer Estado que Washington considerasse ameaçador à sua segurança – em dois de junho de 2002, na academia militar de West Point, o presidente dos Estados Unidos anunciou: “A guerra contra o terror não se ganha na defensiva. Dissuasão e promessa de retaliação maciça nada significam contra esquivas redes terroristas... É preciso levar a batalha ao inimigo e confrontar as piores ameaças antes que elas venham à tona” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 767).

Ademais, a Doutrina Bush pautava-se na intolerância à neutralidade dos atores, conforme os falcões, quem não se posiciona a favor das políticas norte-americanas é consequentemente inimigo dos Estados Unidos – nove dias após os ataques terroristas, o presidente Bush pronunciou no Congresso norte-americano: “Todas as nações em todas as regiões agora têm uma decisão a tomar: ou estão conosco ou estão com os terroristas” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 767). Com base nessa perniciosa doutrina, os Estados Unidos reforçaram a presença de suas tropas em todos os continentes e ampliaram significativamente seu orçamento militar, já muito maior o do que o de qualquer outro país – no dia 20 de setembro de 2002, em um documento destinado ao Congresso dos Estados Unidos, Bush reafirmou: “Nossas forças deverão ser firmes o bastante para dissuadir adversários potenciais de buscar uma escala militar na esperança de se equiparar ou

³⁰ Também chamados de *Estados Párias* ou de *Estados Bandidos*, este conceito foi criado pelos falcões republicanos para denominar os inimigos dos Estados Unidos, e consequentemente da paz, da democracia, das liberdades individuais..., enfim, de toda a humanidade, cujos principais representantes atualmente são: Irã e Coreia do Norte.

³¹ Faz-se interessante apontar como Noam Chomsky apresenta as relações entre a potência hegemônica e as Nações Unidas, de forma que esta é *instrumentalizada* pela primeira. Conforme Chomsky: “Os Estados Unidos estavam tentando arruinar a ONU. Essa é a razão por que eles não pagam suas dívidas, porque agora não é mais um instrumento útil de poder. Quando puder ser usada, será. Assim, quando a operação Somália virou uma catástrofe, aí então estava tudo bem. A ONU – a incompetência da ONU – podia levar a culpa. E talvez às vezes, se houver algo que os Estados Unidos não queiram fazer e a ONU puder servir de disfarce, então eles a usarão”. (CHOMSKY, 2003, p. 74-75).

ultrapassar o poderio dos Estados Unidos” (BUSH In: ARRUDA, 2004, p. 767). Vale ressaltar como Michael Mann dimensiona com precisão a nova doutrina da política externa do presidente Bush.

Bush, frente a ‘ações hostis’, disse que os Estados Unidos agiriam militarmente, de forma preventiva ou por conta própria. Os aliados, insinuou ele, são apenas ocasionais e temporários. As Nações Unidas só são mencionadas no mesmo fôlego que a OMC e a OTAN. Essa é uma visão unilateral e militarista de como superar a desOrdem Mundial. Este é o novo imperialismo. O mundo deveria saber que o atual governo dos Estados Unidos adota o novo imperialismo. E não achar que a política norte-americana quanto a Kyoto, minas terrestres, Guerras nas Estrelas, Iraque, Irã e o sul das Filipinas são ocasionais ou isoladas. Todas fazem parte da grande estratégia para um Império Americano global... (MANN, 2006, p. 10).

Diante dessa reorientação da política externa dirigida pelos neoconservadores, Wallerstein discorre que essa nova abordagem dos falcões falhou por razões militares, econômicas e ideológicas, potencializando, dessa forma, o colapso hegemônico.

Analisemos primeiro o aspecto militar. Um mês após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão para derrubar o regime do Taliban, destruir as bases da Al Qaeda e capturar Osama Bin Laden. Em alguns meses, o regime do Taliban foi destituído e um novo governo de transição, apoiado pelos Estados Unidos, assumiu o poder. Contudo, a dificuldade de reconstruir o país, ou de estabelecer o mínimo de ordem mesmo na região em torno de Cabul, permitiu que os próprios talibãs retomassem o controle de quase todo o país e provocou um enorme desgaste da imagem dos Estados Unidos em todo o Sistema Internacional, inclusive internamente. Já Bin Laden escapou de uma intensa perseguição. Acredita-se que ele tenha cruzado a fronteira e se estabelecido no noroeste do Paquistão (Waziristão). Ele passou a viver sob a proteção de líderes tribais pashtuns, até, supostamente, fixar residência no casarão em Abbottabad, onde foi assassinado em 2011. De qualquer forma, a reconstrução do Afeganistão conduzida pelos Estados Unidos tem sido desastrosa. Em seguida os falcões traçaram o novo alvo de guerra ao terror, o Iraque de Saddam Hussein. “Sua impressão (dos falcões) era de que Saddam tinha humilhado os Estados Unidos permanecendo no poder do Iraque. E censuraram implicitamente o primeiro presidente Bush por não ter marchado sobre Bagdá em 1991” (WALLERSTEIN, 2009, p. 70). Em março de 2003, os norte-americanos invadiram o Iraque sem a

aprovação da ONU e com o auxílio da Inglaterra. Ao contrário do ataque ao Afeganistão, a guerra no Iraque provocou enorme polêmica e foi reprovada pela maior parte do Sistema Internacional. Washington alegava que o regime de Hussein desenvolvia armas de destruição em massa e tinha envolvimento com a Al Qaeda. Entretanto, após a contestada invasão, ficou comprovado que as acusações americanas eram falsas.

George W. Bush é acusado de ter ocupado o Iraque por outros propósitos: garantir o acesso às reservas de petróleo do país e abrir caminho para que as empresas multinacionais estadunidenses investissem na sua reconstrução, obtendo, desta forma, lucros significativos. A intervenção no Iraque tomou um rumo adverso. Depois da queda de Saddam Hussein, o país foi retalhado por uma infundável guerra civil entre sunitas, xiitas e curdos, e os norte-americanos realizam uma longa intervenção militar. Para agravar ainda mais a já complexa situação, o Iraque de Saddam estava aparentemente livre de grupos terroristas, o país ocupado, no entanto, viu-os se multiplicar, sobretudo após a criação da Al Qaeda local, em 2004, um ano após a invasão norte-americana. Nos anos subsequentes, o grupo terrorista promoveu uma violenta campanha de atentados contra alvos ocidentais e xiitas. Nesse sentido, em consonância com a análise wallerstaniana, as previsões de Michael Mann são taxativas: “Veremos que o novo imperialismo cria mais e não menos terroristas, que cria mais ‘Estados párias’ resolutos e que enfraquece a liderança norte-americana no mundo.” E posteriormente o autor de *O Império da Incoerência* conclui em tom tônico e irônico: “Mas os inimigos dos EUA estão errados ao vê-los como o Grande Satã ou Império do Mal. Ele não é assim tão bem organizado. Este é um Império incoerente cujo militarismo superconfiante e hiperativo logo o destruirá” (MANN, 2006, p. 29).

O saldo geopolítico da “Guerra ao Terror” foi em diversos aspectos o contrário do imaginado pelo governo norte-americano. Uma década após o início da guerra, o antiamericanismo no mundo se difundiu consideravelmente. O resultado foi o fortalecimento do Hamas, do Hezbollah, dos aiatolás do Irã e de outras forças fundamentalistas. Desde então, partidos políticos constituídos por islamistas radicais cresceram em detrimento dos partidos laicos nos Estados que têm eleições livres, incluindo a Palestina, o Líbano e o próprio Iraque ocupado. Em nações que não existiam, tornaram-se arautos da oposição a governos laicos autoritários e

atualmente emergem como força importante nos protestos da “Primavera Árabe”, nos novos regimes da Líbia e Egito.

Ao arregimentar a mídia anglo-saxônica e integrá-la ao seu esforço de guerra, o Pentágono deu oportunidade à Al-Jazira de se firmar como uma voz independente e respeitada. A Turquia, outrora importante aliada e aspirante a membro da União Europeia, negou seu espaço aéreo à invasão norte-americana, viu consolidada a liderança do partido islâmico de Recep Tayyip Erdogan, passou a se aproximar do Irã e do Hamas e ainda rompeu relações com Israel. O Paquistão, outro país com relevância geopolítica na região (pois possui armas nucleares), também se afasta dos Estados Unidos, teve sua soberania violada na captura de Osama Bin Laden – que se refugiava perto de um quartel militar paquistanês –, e periodicamente recusa autorização à passagem de comboios das tropas de coalizão destinadas ao Afeganistão.

Governos denominados pelos Estados Unidos como o *Eixo do Mal* reagiram contra o risco de outra invasão exacerbando seu próprio nacionalismo e adotando medidas repressivas ou militaristas. Mianmar mudou sua capital para um local mais defensável, e, no Irã, o governo moderado e reformista de Mohammad Khatami viu desmoralizada sua política de reaproximação com o Ocidente, abrindo caminho para a radicalização e a eleição de Mahmoud Ahmadinejad, em 2005. Os radicais iranianos ampliaram sua influência sobre os correligionários xiitas no país vizinho ocupado, enquanto a resistência da minoria sunita era seduzida pela Al-Qaeda. Wallerstein aponta que com relação à intimidação da proliferação de armas nucleares, o resultado também foi oposto ao esperado pelos *neocons*. A Coreia do Norte e o Irã concluíram, a partir da invasão norte-americana no Iraque, que os Estados Unidos realizou o feito não porque o Iraque possuísse armas nucleares, porém exatamente porque não possuíam armas nucleares. Pareceu claro aos líderes desses dois países que a defesa mais segura dos seus regimes era acelerar o seu processo de adquirir armamento nuclear. Por razões estratégicas o Irã negou isso, contudo a Coreia do Norte não. Washington afirmou que ambos os Estados estavam efetivamente dando continuidade a esses programas, todavia os Estados Unidos estavam fragilizados tanto *militarmente* – “Do ponto de vista militar, ficou claro que eles não estariam em condições de executar uma invasão por terra bem-sucedida” – quanto *politicamente*, pela invasão do Iraque – “Dever-se-iam, é claro, previamente, usar armas nucleares aéreas, mas, politicamente, as consequências

negativas para os Estados Unidos eram desanimadoras”. Destarte, o autor declinista conclui assertivamente: “Os Estados Unidos estavam, por conseguinte, em piores condições para impedir a proliferação nuclear depois da invasão do Iraque, exatamente o contrário do que os neoconservadores esperavam que acontecesse” (WALLERSTEIN, 2009, p. 72).

O único “Estado renegado” a buscar a reaproximação com o Ocidente foi a Líbia de Muammar Kaddafi. Em troca de concessões políticas e petrolíferas, norte-americanos e europeus reabilitaram o regime por oito anos e o ajudaram contra seus dissidentes. Não obstante, decidiram trocá-lo por parceiros que lhe pareceram mais colaborativos, e hoje o exército rebelde líbio é liderado por Abdelhakim Belhadj, que em 2004 foi capturado pela CIA e M16 como militante da Al-Qaeda e entregue a Kaddafi para ser preso e torturado.

Em síntese, do ponto de vista dos objetivos apresentados pelos norte-americanos, suas intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; os bombardeios aéreos não foram suficientes, sem a conquista territorial; e a conquista territorial não conseguiu dar conta da reconstrução nacional dos países invadidos. Por conseguinte, o saldo da “Guerra ao Terror” foi evidentemente negativo ao exercício da hegemonia dos Estados Unidos. Hobsbawm atesta que os Estados Unidos não venceram nem a “Guerra do Afeganistão” e muito menos a “Guerra do Iraque”.

Nenhuma das duas guerras levou à vitória, nem mesmo ao alcance dos objetivos anunciados inicialmente – o estabelecimento de regimes democráticos consentâneos com os valores ocidentais e um forte sinal para outras sociedades ainda não democratizadas da região. Ambas, mas, sobretudo a catastrófica Guerra do Iraque, acabaram sendo longas, sangrentas, profundamente destrutivas e ainda prosseguem, sem perspectivas de conclusão... No pior dos casos – o Iraque –, nenhuma pessoa séria pode negar que a situação do povo, cuja libertação foi a desculpa oficial para a guerra, está pior que antes. A história recente das intervenções armadas nos assuntos de outros países, mesmo as das superpotências, não é uma história de êxito (HOBSBAWM, 2008, p. 17 e 18).

Diante desse quadro, Wallerstein chama atenção para o fato de que certamente as forças armadas continuam a ser o trunfo mais forte dos Estados Unidos no Sistema Internacional; “na verdade, o seu único trunfo.” Não obstante, apesar de sua infinita superioridade militar com relação ao Afeganistão e ao Iraque, esse fato não foi suficiente para garantir a expansão ou mesmo manutenção da preeminência estadunidense nestas respectivas regiões; entretanto, como vimos

após as guerras do Afeganistão e do Iraque, os Estados Unidos, ao contrário do que esperavam, sofreram um considerável desgaste geopolítico nessa região. O sociólogo estadunidense ainda questiona que mesmo antes dessas duas desastrosas guerras, a superioridade bélica norte-americana já não se mostrava suficiente. “Não esqueçamos que, das três guerras sérias que as forças armadas dos Estados Unidos travaram desde 1945 (Vietnã, Coréia e Guerra do Golfo), uma terminou em derrota e duas em empate – o que não é exatamente uma folha de serviços gloriosa” (WALLERSTEIN, 2004a, p. 33). Além disso, Wallerstein aponta que mesmo possuindo o aparato militar mais exorbitante do planeta, isso não foi suficiente para impedir um ataque brutal em seu próprio território – em seu coração financeiro e na base de suas forças armadas.

Independentemente daquilo que os historiadores possam vir a decidir, os ataques de 11 de setembro de 2001 colocaram um grande desafio ao poder dos Estados Unidos. As pessoas responsáveis pelo ataque não representavam uma potência militar. Eram membros de uma força não estatal, com elevado grau de determinação, algum dinheiro, um bando de seguidores dedicados e uma base forte num Estado fraco. Em suma, militarmente, não eram nada. Contudo, conseguiram levar a cabo um ousado ataque em solo norte-americano (WALLERSTEIN, 2004a, p. 31).

Portanto, seria somente a superioridade militar capaz de assegurar a hegemonia dos Estados Unidos? Partamos para a análise do declínio econômico. Conforme Wallerstein, a reorientação política realizada pelos falcões no sentido de não mais diminuir o ritmo do declínio da hegemonia norte-americana, mas de recuperá-la e expandi-la por todo o globo, paradoxalmente acelerou ainda mais o colapso do poder americano também no *front* econômico. Já discutimos como desde os anos 1970 os Estados Unidos não dispõem mais de uma superioridade econômica isolada, com a retomada econômica da Europa Ocidental – particularmente da Alemanha – e do Leste Asiático – sobretudo do Japão e da China. Na primeira década do século XXI, a vantagem econômica que os Estados Unidos possuíam outrora foi reduzida significativamente também com relação a outras regiões e Estados do sistema-mundo. “O Consenso de Washington não parecia mais obrigatório para os países do Sul, exatamente por causa da enfraquecida posição geopolítica dos Estados Unidos como resultado de sua política no Iraque” (WALLERSTEIN, 2009, p. 73). As negociações na Organização Mundial do Comércio, que o governo estadunidense intentou ressuscitar, assim como a tentativa por parte da Casa Branca de implementação da Área de Livre

Comércio das Américas, não frutificaram, antes resultaram em impasses internacionais, nos quais determinados governos do Sul, como, por exemplo, o Brasil, assumiram a liderança.

Nas reuniões da OMC em 2003, em Cancun, o Brasil conjuntamente com a África do Sul, a Índia e China construíram o bloco de países do G-20, com o propósito de negociar em grupo com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental. A posição básica do G-20 pautava-se no fato de que, se o Norte os pressionava para abrir amplamente as suas fronteiras aos fluxos comerciais e financeiros do Norte e proteger os direitos intelectuais das empresas do Norte, em contrapartida, o Norte deveria abrir mais suas fronteiras aos fluxos de comércio do Sul, em áreas como produtos têxteis e agrícolas. Os Estados Unidos e a Europa Ocidental avaliaram (em vista de suas respectivas políticas internas) que era politicamente inviável atender às demandas do Sul em um grau significativo. O G-20 por sua vez respondeu que, sendo assim, eles também não poderiam atender as demandas do Norte. “O resultado disso foi um beco sem saída, que efetivamente liquidou a capacidade da Organização Mundial do Comércio de pressionar em qualquer nível para implementar seus objetivos neoliberais” (WALLERSTEIN, 2009, p. 73).

Analogamente ocorreu com a ALCA, o Brasil e a Argentina (juntamente com Uruguai e Paraguai), já ligados no MERCOSUL, pressionaram os demais países sul-americanos no sentido de estreitarem suas relações com o Mercado Comum do Sul, em vez de se alinharem com os Estados Unidos na ALCA. Eles contaram com forte apoio da Venezuela. Consequentemente, o projeto da ALCA desfaleceu, e os Estados Unidos, por sua vez, se refugiaram na tentativa de estabelecer acordos comerciais bilaterais com pequenos países, uma estratégia que efetivamente reduz mais o livre-comércio mundial do que o faz ampliar. Tal margem de manobra geopolítica do Sul, especialmente da América Latina, era simplesmente impensável há algumas décadas atrás, o que evidencia o atual desgaste hegemônico estadunidense em todo o sistema-mundo, inclusive sem sua região periférica.

Os Estados Unidos estão evidentemente mais fragilizados economicamente ao fim da primeira década deste século do que em seu início, no ano de 2000. A economia cresce lentamente, o desemprego se mantém elevado e o déficit público é

cavalar. Significativos dados³² econômicos e sociais atuais espelham o declínio do poder americano durante a última década. A começar pela participação da economia estadunidense na economia internacional, entre os anos de 2000 a 2010, a participação da economia norte-americana no produto mundial caiu de 30,8% para 23,5%, o que demonstra a redução da participação da economia estadunidense no mundo. Ou seja, a economia dos Estados Unidos que a pouco mais de dez anos representava cerca de um terço da economia do mundo, hoje representa menos de um quarto, e muito em breve deverá representar menos de um quinto.

No mesmo período, seu endividamento bruto cresceu de 57,6% para 96,8%, e o endividamento líquido aumentou de 34,7% para 69%. O déficit fiscal dos Estados Unidos foi de aproximadamente 9% do Produto Interno Bruto no ano passado, o que significa 1,3 trilhões de dólares. A dívida pública chegou a mais de nove trilhões de dólares, ou 62% do PIB. É a maior dívida desde 1792, quando o número começou a ser contabilizado. Praticamente metade da dívida do Tesouro está no controle de estrangeiros. Os Estados Unidos deixaram de ser o maior credor do mundo no pós-guerra para se tornar o seu maior devedor.

Internamente esses gargalos se refletem em indicadores sociais, como o desemprego, a distribuição de renda e a mobilidade social. A taxa de desemprego aumentou de 3,9%, em 2000, para 9,1%, em 2011. E a renda real média dos norte-americanos, caiu 6,4% em 2010 em relação à renda de 2007. A desigualdade social está aumentando. Em quatro décadas, o coeficiente de Gini, que mede o nível da concentração de renda, subiu de 0,39 para 0,47. Com isso, os 10% mais ricos concentram praticamente metade da renda nacional, fato inédito desde as vésperas da queda da Bolsa de Nova York, em 1929. A mobilidade social – defendida por muito tempo como uma marca da sociedade norte-americana – estagnou. As perspectivas atuais são de imobilidade social para 40% dos que nascem na base da pirâmide.

Em 2010, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza³³ voltou a aumentar nos Estados Unidos para 15,1%, seu nível mais alto desde 1993.

³² Os dados mencionados foram consultados no site Nipaweb (<http://www.bea.gov/bea/dn/nipaweb/index.asp>).

³³ Nos Estados Unidos, se entende por pobreza uma renda anual de até 22.314 dólares para uma família de quatro membros, ou de até 11.139 dólares para uma só pessoa.

Isso significa, em termos absolutos, que 46,2 milhões de pessoas vivendo nessa faixa, a cifra mais alta em 52 anos. Esse aumento anual, o quarto consecutivo, mostra que o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza cresceu 14,3% em relação a 2009. Além disso, o número de pessoas sem cobertura médica alcançou 49,9 milhões em 2010, ou seja, 16,3% da população.

Entre 2000 e 2011, a cotação média nas ações das bolsas dos Estados Unidos foi 39% inferior à do seu pico em 2000, descontada a inflação. O preço do barril do petróleo triplicou na última década. Pela primeira vez, os títulos da dívida estadunidense perderam sua ostentosa classificação AAA.

O declínio do poder norte-americano é sentido internamente por sua sociedade, 41% dos estadunidenses consideram que seu país é, atualmente, menos importante do que dez anos atrás. Desde o fim da década de 1970, a massa de descrentes não era tão expressiva.

A *Chrysler*, força da indústria automobilística, deixou de ser americana. A *Columbia Pictures*, prodígio do cinema, virou japonesa. A cerveja *Budweiser*, outro ícone, atualmente é uma multinacional brasileira. O serviço norte-americano de correios, um tradicional símbolo de excelência, está a ponto de falir. A NASA, após cinquenta anos como referência da liderança tecnológica dos Estados Unidos, encerrou o seu programa de voos tripulados e passou a depender da agência russa para enviar astronautas ao espaço.

Indubitavelmente, os Estados Unidos hoje não são mais a potência hegemônica econômica de outrora. São expressivamente mais fracos em relação à economia nos dias atuais, em comparação à situação no início do declínio de sua hegemonia, na década de 1970, quando ainda eram a maior potência econômica do mundo de forma isolada. Mas, estão também evidentemente mais fragilizados hoje do que há dez anos, quando se iniciou o novo século, que, segundo Wallerstein, certamente não será americano.

Por fim, nos resta analisar o declínio do poder americano no aspecto ideológico. Nesse sentido, semelhantemente aos aspectos militares e econômicos, Wallerstein destaca que a reorientação da política externa norte-americana promovida após o 11 de setembro, com o escopo de expandir sua hegemonia por todo o século XXI, na verdade, acelerou e intensificou sua corrosão hegemônica, especialmente nessa esfera ideológica. O autor aponta que a *arrogância* e a *pressão* foram as marcas dessa reorientada política externa. O já discutido

unilateralismo assumido nas questões internacionais e o conceito de *guerra preventiva*; o estabelecimento de um “Eixo do Mal” e a intolerância à neutralidade dos atores; o desrespeito a Instituições Multilaterais, como a ONU, por exemplo, na invasão do Iraque sob o falacioso argumento de que este país possuía armas de destruição em massa; a recusa a assumir compromissos internacionais cruciais, como por exemplo, o Protocolo de Kyoto; a desconsideração à opinião pública internacional, a qual repudia cada vez mais o unilateralismo estadunidense, o que se reflete no paulatino aumento de sentimento antiamericano em todo o mundo são todos sinais desta postura arrogante assumida por essa nova política externa norte-americana. Com efeito, Wallerstein pondera:

A arrogância tem seus próprios aspectos negativos. Usar os trunfos significa deixar menos trunfos para a próxima vez, e uma aquiescência de má vontade gera o ressentimento crescente. Ao longo de duzentos anos, os Estados Unidos adquiriram uma quantidade considerável de crédito ideológico. Hoje estão gastando esse crédito mais depressa do que gastaram as reservas de ouro na década de 1960 (WALLERSTEIN, 2004a, p. 35).

O poder de influência dos Estados Unidos no Sistema Internacional foi nitidamente reduzido desde o início de seu colapso hegemônico – apontado tanto por Wallerstein quanto por Arrighi – há cerca de quatro décadas. Contudo, esse processo foi sobremaneira acelerado nos últimos dez anos.³⁴ Em vez de ceder às pressões dos Estados Unidos, a Europa Ocidental, especialmente a Alemanha e a França, vem demonstrando um alto grau de autonomia política. O autor declinista exemplifica que, em 2003, os Estados Unidos privaram-se de usar da resolução do Conselho de Segurança da ONU para endossar a invasão estadunidense ao Iraque, ao perceberem que estava claro que a resolução receberia apenas quatro dos 15 votos do Conselho, uma margem de perda de sustentação que os norte-americanos nunca sofreram anteriormente desde a fundação das Nações Unidas. Distante de fazer retornar o *status* da Europa Ocidental de “parceiros” para o de “satélites”, a reorientada política externa de caráter unilateralista inviabilizou que a Europa aceitasse novamente o *status* de “parceiros”, no lugar do de atores “autônomos” no

³⁴ Semelhantemente, o autor de *O Paradoxo do Poder Americano*, Joseph Nye, concorda com o vertiginoso declínio do poder americano na esfera ideológica nos últimos anos e, alerta: “A potência americana não há de ser eterna. Se dissiparmos o poder brando (“soft power”) de que dispomos com uma combinação de arrogância e indiferença, aumentaremos a nossa vulnerabilidade, aviltaremos nossos valores e aceleraremos a erosão da nossa hegemonia” (NYE, 2002, p. 21).

Sistema Internacional, os quais deviam ou não se aliar aos Estados Unidos em questões particulares.

Diante desse quadro de crise terminal da hegemonia norte-americana, Michael Mann, na linha wallersteiniana, matiza uma intrigante metáfora acerca do futuro dos Estados Unidos. Segundo o autor de *O Império da Incoerência*:

Posso ilustrar o meu argumento com uma metáfora bem assustadora. O império americano vai se transformar num gigante militar, num palpiteiro econômico, num esquizofrênico político e num fantasma ideológico. O resultado é um monstro perturbado e deformado que cambaleia desajeitado pelo mundo. Tem boas intenções. Pretende espalhar a ordem e a benevolência, mas acaba criando mais desordem e violência (MANN, 2006, 26).

Portanto, conforme a análise desenvolvida por Wallerstein, os Estados Unidos já não são mais líderes isolados no sistema-mundo economicamente e, se tornam cada vez mais frágeis nessa esfera do poder. Ideologicamente, não possuem nem a sombra da influência que dispunham outrora, no pós-guerra. A arrogância e o unilateralismo arruinaram sua liderança política internacional. E a despeito de ainda possuírem o maior poder militar do mundo, este não tem se demonstrado eficiente sequer para lhes garantir vitórias em suas guerras – cada vez mais comuns e infundadas –, contribuindo indubitavelmente mais para o declínio do que para o aumento do seu poder no Sistema Internacional. Quatro processos históricos foram cruciais para a derrocada da hegemonia americana: a Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim em 1989 e, finalmente, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A crise da hegemonia norte-americana pode ser dividida em duas partes. A fase que se estende de aproximadamente 1970 até o final do século XX é o período em que a hegemonia dos Estados Unidos começa a entrar em crise, entretanto, essa crise hegemônica foi de certa forma amenizada pela política externa estadunidense adotada nesse período (desde Nixon até Clinton), no sentido de postergar seu iminente declínio. Já a segunda fase do colapso hegemônico dos Estados Unidos, de 2001 a 2025, se caracteriza por ser a fase terminal de sua hegemonia no Sistema Internacional. E, por ser o período em que o declínio de seu poder foi precipitado pela reorientação de sua política externa durante o governo Bush, “o resultado líquido” do conjunto dessa política consistiu em “acelerar o declínio da hegemonia norte-americana, mais do que invertê-lo, como se pretendia” (WALLERSTEIN, 2009, p. 74). Uma vez que o governo Obama – que, com sua política externa capitaneada por Hilary Clinton,

manteve as linhas gerais da administração anterior – essencialmente não pode fazer (e não fez) muito para impedir o colapso inexorável da hegemonia dos Estados Unidos no Sistema Internacional, o crítico da hegemonia norte-americana por excelência conclui terminantemente:

(...) restam apenas poucas dúvidas de que os Estados Unidos continuarão o seu declínio como força decisiva nas questões mundiais. A verdadeira questão não é se a hegemonia dos Estados Unidos está em declínio, mas sim se os Estados Unidos conseguirão encontrar uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios (WALLERSTEIN, 2004a, p. 36).

2.2 O Fim do Mundo como o Concebemos

E há, finalmente, uma temporalidade estrutural. A economia capitalista mundial tem existido como sistema histórico desde o prolongado século XVI. Todo sistema histórico tem três momentos: o momento da gênese, o momento da vida ou do desenvolvimento normal e, o momento da crise estrutural. Cada qual deve ser analisado separadamente. Há muitas razões para acreditar que o sistema-mundo moderno, em que todos nós vivemos, entrou na sua crise estrutural [...]. Nenhum sistema é imortal, e certamente não o é o que gerou a maior polarização econômica e social da história da humanidade (WALLERSTEIN, 2002a, p.90).

Conforme vimos, Immanuel Wallerstein teoriza que o atual colapso hegemônico dos Estados Unidos não significa “simplesmente” mais uma transição hegemônica do sistema-mundo moderno, a exemplo das anteriores, a hegemonia holandesa para a inglesa e, posteriormente, a hegemonia inglesa para estadunidense. Entretanto, a transformação que vivenciamos atualmente é *sistêmica*, ou seja, chegamos ao fim do próprio sistema-mundo capitalista, o qual está fadado, inevitavelmente, a ser substituído por outro sistema histórico, assim como ele próprio já o fez, por volta de quinhentos anos atrás.

A teoria de Immanuel Wallerstein sob a falência do sistema capitalista está pautada essencialmente no esgotamento das suas duas bases de sustentação: a *acumulação de capital* (sua sustentação econômica) e o *Estado Nacional* (sua sustentação política). Conforme Wallerstein, a sustentação política do capitalismo é a legitimação do Estado. E a legitimação do Estado passa pela promessa dos movimentos antissistêmicos de que o Estado seria uma ferramenta para transformar o mundo. Como vimos, com a revolução de 1968, os movimentos antissistêmicos, a chamada Velha Esquerda, fracassou e, “seu esforço político fora totalmente liquidado”. Destarte, as populações “se voltaram contra o Estado”, o qual “foi o instrumento por excelência do reformismo incrementalista”, uma vez que os movimentos antissistêmicos – que estiveram no poder de grande parte do Sistema Internacional, sobretudo durante a segunda metade do século XX –, não cumpriram suas promessas de transformar o mundo em um mundo mais justo e igualitário, antes, perpetuaram as características hierárquicas e desiguais do mundo capitalista; “Nós vivemos hoje o primeiro período significativo de declínio de poder de Estado nos vários Estados que surgiram desde a criação do sistema-mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 78).

Com relação às bases econômicas do sistema capitalista, o sistema existe para a acumulação incessante de capital. Wallerstein argumenta que essa acumulação incessante de capital tem sido prejudicada essencialmente por três razões: primeiro, o nível mundial dos salários vem subindo e deve continuar aumentando devido à “desruralização” do mundo; segundo, o preço da matéria prima vem aumentando por causa do fim da possibilidade de externalização barata dos custos, trata-se da crise ecológica; e, terceiro, há uma ampliação mundial no preço da arrecadação de impostos, à medida que a população pressiona o Estado para que este lhe proporcione saúde, educação, bem-estar social. Por conseguinte, há três fatores, em escala mundial, que estão encolhendo as margens de lucro dos capitalistas, e tendem a fazê-lo cada vez mais.

Em síntese, uma economia-mundo capitalista necessita de uma estrutura composta por um conjunto de Estados Nacionais ligados num sistema interestatal. Esses Estados desempenham um papel crucial na defesa dos interesses da classe capitalista. Dentre os principais estão assumir uma parte dos custos de produção; garantir “quase monopólios” a fim de se aumentar as taxas de lucro; e tanto o de restringir a capacidade das classes trabalhadoras de defender seus interesses, como o de mitigar o descontentamento por meio de redistribuições parciais da mais-valia. Todavia, a desruralização, a crise ecológica e o aumento mundial dos preços dos impostos reduzem a capacidade de acumulação do capital. Além disso, tem o fato de que, pela primeira vez em cinco séculos, os Estados estão perdendo sua força devido à crise de legitimidade imputada por suas populações, as quais estão cada vez mais descrentes nas perspectivas de melhorias reais. “O que podemos saber com certeza é que o sistema muito peculiar em que vivemos, no qual os estados desempenharam um papel crucial de suporte aos processos de acumulação de capital, não tem mais condições de continuar funcionando” (WALLERSTEIN, 2002a, p. 109).

Portanto, voltamos à pergunta que abre o respectivo capítulo: “Mas o que se prognostica para o futuro?” Diante do intrincado quadro de declínio do poder americano e do fim do mundo como o concebemos, Wallerstein, a partir dos conceitos discutidos na presente dissertação, traça um cenário prospectivo até 2050 nada alentador.

Segundo Immanuel Wallerstein (2002a, p. 80 e 81), não se pode ter certeza se a atual fase B de Kondratieff vai acabar por uma explosão ou por um “solução”, ou

seja, se vai ou não haver um colapso deflacionário; de qualquer modo, mais cedo ou mais tarde, devemos entrar numa era deflacionária. Já, reiniciar uma fase A de Kondratieff exige uma expansão real e efetiva da demanda, isso implica que alguma região do Sistema Internacional tenha que auferir um poder de compra superior ao que possui no presente, essa região deve ser a Ásia Oriental. De qualquer forma, uma tendência de alta exigirá um investimento produtivo significativo, certamente este será alocado desproporcionalmente no Norte na medida em que a parcela investida nas zonas periféricas e semiperiféricas em busca de mão de obra barata diminuir consideravelmente. Uma vez que a desruralização do mundo prejudicou o mecanismo compensatório tradicional de abrir novas zonas de produção primária, o custo mundial da mão de obra irá aumentar em detrimento da acumulação de capital. Para agravar ainda mais o já conturbado cenário, os dilemas ecológicos vão criar fortes pressões sobre os governos, seja no sentido de tirar de outras despesas os recursos para manejar os custos de restaurar um nível suficiente do equilíbrio biótico e evitar ainda mais deterioração, seja naquele de impor às empresas produtivas a internalização desses custos. Esta alternativa produzirá grandes restrições para a acumulação de capital. E a primeira alternativa irá requerer o aumento da taxa das empresas com resultado análogo para a acumulação de capital ou impostos mais altos com serviços mais baixos para a massa da população, com consequências políticas muito negativas, dada a já discutida desilusão concernente ao Estado. Não obstante, o nível de demanda popular de serviços estatais, especialmente em educação, saúde e pisos salariais, não irá diminuir, apesar da virada antiestado – esse é o preço da “democratização”. O sul excluído, (mas não apenas o Sul) por sua vez, se tornará muito mais turbulento politicamente do que no presente, e o nível de desordem global vai aumentar de maneira notável. E, por fim, o colapso da Velha Esquerda terá eliminado as forças de moderação mais efetivas dessas forças desintegradoras. Diante disso:

À medida que o sistema entra em colapso, a ordem social também rui, nacional e internacionalmente. Eu prevejo uma série de guerras sangrentas e inconcludentes, mas também tumultos sociais internos. E, particularmente, eu quero enfatizar que esses tumultos – normalmente associados a países de Terceiro Mundo, da Periferia – agora vão acontecer no norte. Especialmente nos Estados Unidos, mas também na Europa Ocidental, Japão etc. Será um mundo desagradável para viver, intelectualmente estimulante, politicamente muito interessante e pessoalmente muito difícil (WALLERSTEIN, 1999, p. 9).

CAPÍTULO 3

José Luís Fiori – O Mito do Colapso do Poder Americano e do Sistema Mundial Moderno

Muitas vezes, leituras conjunturais aparentemente próximas, que reconhecem as dificuldades americanas atuais, dependendo do ponto de partida teórico, podem apontar para direções completamente distintas, como é o caso da nossa divergência com os autores que defendem a tese de que os Estados Unidos estariam vivendo, neste momento, a “crise terminal” do seu poder, ou de sua hegemonia mundial (FIORI, 2008, p. 12).

Em 2003, Immanuel Wallerstein publicou *O Declínio do Poder Americano*. Em 2008, José Luís Fiori publicou *O Mito do Colapso do Poder Americano*. O debate entre os dois é de longa data. Desde a década de 1970, como vimos, o primeiro tem profetizado o colapso da hegemonia norte-americana, e, desde a década posterior, o outro tem se dedicado a defender a ideia de retomada do poder americano. O debate prosseguiu durante a década de 1990. E, a partir de 2001, o debate se acalorou ainda mais.

Fiori estabelece um diálogo ainda mais elaborado com o outro grande expoente da escola neomarxista de Relações Internacionais, Giovanni Arrighi. O autor neodesenvolvimentista apresenta um modelo “alternativo” de interpretação da atual conjuntura internacional. Neste, Fiori apresenta de modo mais elaborado sua crítica à teoria dos “ciclos hegemônicos” e à tese da “crise terminal” do poder americano citada pelos dois autores declinistas. Ele também se opõe à tese wallersteiniana do esgotamento do Sistema Mundial Moderno. Trata-se da teoria do “universo em expansão” e da tese da “explosão expansiva”, matizadas pelo autor brasileiro. Além disso, José Luís Fiori tece críticas candentes aos argumentos destes dois teóricos do sistema-mundo moderno.

3.1 A Teoria do “Universo em Expansão” e a Tese da “Explosão Expansiva”

Mas esta (nossa) visão alternativa dos acontecimentos contemporâneos parte de uma teoria diferente, que olha para o Sistema Mundial como um “universo” em expansão contínua, onde todos os Estados que lutam pelo “poder global” – em particular, as grandes potências – estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra, sem perder a preeminência hierárquica dentro do sistema (FIORI, 2008, p. 22).

José Luís Fiori critica a teoria citada por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein sobre os “ciclos hegemônicos”, assim como a tese da “crise terminal” do poder americano e (no caso particular de Wallerstein) do sistema-mundo moderno. Fiori apresenta tanto uma teoria como uma tese antiética às mencionadas nos capítulos anteriores concernentes ao funcionamento do Sistema Mundial Moderno e à conjuntura internacional contemporânea. O autor neodesenvolvimentista recorre à teoria do “universo em expansão” a fim de se compreender o processo de desenvolvimento do Sistema Internacional do “longo século XIII”³⁵ até o atual século XXI e a tese da “explosão expansiva” para desvendar a conjuntura das Relações Internacionais desde a década de 1970 até meados do presente século.

Conforme o autor de *O Mito do Colapso do Poder Americano*, a fraqueza da teoria dos “ciclos hegemônicos” consiste em não compreender a distinção entre tempos históricos. Fiori parte da distinção de Fernand Braudel de tempo breve, correspondente à vida política imediata (episódios); do tempo cíclico referente à esfera econômica (ciclos); e, da “longa duração” das grandes estruturas históricas.³⁶ A partir da análise desses três “tempos” distintos, o autor pondera que no “tempo breve” das relações políticas imediatas, os Estados Unidos realmente estão diante de uma crise de liderança mundial, mas isso não representa, necessariamente, um arrefecimento do seu “poder estrutural”. Semelhantemente, no “tempo cíclico da economia”, desde 1987, os Estados Unidos se deparam sucessivamente com “bolhas especulativas”, porém nenhuma delas ainda foi capaz de provocar uma

³⁵ Fiori adota a expressão cunhada por Peter Spufford em *Money and its Use in Medieval Europe*. O “longo século XIII” refere-se ao período histórico da Europa entre 1150 e 1350, uma nítida analogia ao “longo século XVI” de Fernand Braudel. Já Giovanni Arrighi fez o mesmo que Spufford na obra *O longo século XX*.

³⁶ Ver BRAUDEL, Fernand. *História e Ciência Sociais*. Lisboa: Presença, 1972, p. 14.

recessão mais prolongada e profunda da economia norte-americana. Por último, no plano das “longas durações” históricas, no qual os processos ocorrem de forma mais lenta, as derrotas militares dos Estados Unidos e a expansão econômica do Leste Asiático não representam, necessariamente, o colapso do poder americano.

Desta forma, sem distinguir entre esses planos e os distintos tempos, pode-se confundir o desfecho de um ciclo normal da economia capitalista com uma crise estrutural ou definitiva do próprio capitalismo. Ou ainda, confundir a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e seu impasse militar no Iraque com o fim de sua hegemonia no Sistema Mundial. “Por isto, finalmente, essas teorias chamam de ‘crise’ qualquer ‘disfunção sistêmica’ e anunciam ‘crises terminais’ e ‘rupturas históricas’ a cada nova turbulência da vida política e econômica do Sistema Mundial” (FIORI, 2008, p. 21).

O autor de *O Poder Global* afirma que é sempre possível afirmar o “declínio relativo” de algum Estado que tenha concentrado uma quantidade extraordinária de poder depois de uma guerra vitoriosa, como foi o caso dos Estados Unidos após 1945 e após 1991. Uma vez que, a partir desse momento vitorioso, é inevitável que o país vencedor tenha perdas relativas de poder e de riqueza dentro do sistema, na medida em que avança a reconstrução das potências que foram atingidas pela guerra. Nesses períodos de reconstrução, a velocidade da recuperação e do crescimento econômico dos derrotados tende a ser maior do que a da potência líder. O que, segundo Fiori, os teóricos dos “ciclos hegemônicos” não percebem é que a reconstrução e a aceleração do crescimento do poder político e econômico dos demais Estados que perderam a guerra são, simultaneamente, dependentes e imprescindíveis para a acumulação do poder e da riqueza da própria potência hegemônica que está – “supostamente” – em declínio. “Por isso, pode-se falar de um ‘declínio relativo’ do poder americano com relação à China, como já se falou do declínio do poder americano com relação ao Japão e à Alemanha na década de 1970.” E, em seguida, Fiori arremata: “Mas esse declínio relativo dos Estados Unidos não significa – necessariamente – um “colapso” do seu poder econômico e da sua supremacia mundial” (FIORI, 2008, p. 21).

O autor neodesenvolvimentista também critica a teoria dos “ciclos hegemônicos” por esta focalizar – sempre segundo Fiori – uma dimensão quase exclusiva, os aspectos “positivos” concernentes ao “poder hegemônico”, para a fruição do sistema. E, por isso, ela não é capaz de compreender, por exemplo,

porque o hegemonia é quem mais contribui para a contínua desestruturação do próprio sistema. Também é incapaz de entender porque o Estado hegemônico continua competindo e buscando incessantemente suprimir as outras potências do sistema, mesmo nos períodos de “tranquilidade hegemônica”. As potências que lutam pelo “poder global”, inclusive, e, sobretudo, a potência hegemônica estão constantemente criando ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Destarte, desordem, crise e guerra não se constituem, necessariamente, em um sinal do colapso definitivo de um Estado hegemônico e muito menos do sistema. “Em todos esses planos, reencontra-se o viés funcionalista da teoria dos ‘ciclos hegemônicos’ e sua dificuldade de ler e entender as ‘contradições’ do Sistema Mundial” (FIORI, 2008, p. 20).

A definição wallersteiniana periodiza o desenvolvimento do sistema-mundo moderno entre os séculos XVI e XXI e, o caracteriza em três fases distintas: hegemonia holandesa, britânica e norte-americana. Fiori, por sua vez, conceitua o atual Sistema Mundial como um “universo em expansão” contínua desde o “longo século XIII”, no qual ocorreram quatro “explosões expansivas” dentro do próprio sistema. Nesses “momentos históricos”, ocorreu, em primeiro lugar, um aumento da “pressão competitiva” dentro do “universo”, provocado por políticas expansionistas de uma ou mais potências do “núcleo central” do sistema, e envolveu ainda uma ampliação do número e da intensidade dos conflitos, entre outras unidades políticas do sistema. E posteriormente, houve uma grande “explosão expansiva” ou alargamento das suas fronteiras, a qual projetou o poder dessas unidades mais competitivas para fora de si mesmas, expandindo as fronteiras do próprio “universo”.

O primeiro “momento histórico” em que ocorreu uma “explosão expansiva” foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. A ampliação da “pressão competitiva”, dentro da Europa, foi provocada pelas Cruzadas, pelas invasões mongóis e pela intensificação das guerras “internas”, na península ibérica, na Itália e no norte da França. Segundo Fiori, a “explosão expansiva” que se seguiu a essa “pressão competitiva”, transformou-se numa espécie de *Big Bang* desse “universo”. Trata-se do momento da gênese do primeiro sistema europeu de “guerras e trocas”, com suas unidades soberanas e competitivas, com suas respectivas moedas e tributos. O segundo momento em que isto se deu foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. A ampliação da “pressão competitiva” ocorreu devido ao expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo e pelas guerras dos Países Baixos e a

Inglaterra e da França com a Espanha. Trata-se do “momento histórico” em que se originam os primeiros Estados europeus, com uma capacidade bélica bastante superior à das unidades soberanas do período anterior e com suas economias nacionais. Assim, foi a “explosão expansiva” desse ainda embrionário sistema interestatal europeu para além da Europa, que originou o “Sistema Mundial moderno”, liderado, primeiro, pelas potências ibéricas e, posteriormente, pela Holanda, França e Inglaterra. O terceiro “momento histórico” decisivo ocorreu no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914. A ampliação da “pressão competitiva” foi causada pelo expansionismo da França e da Inglaterra, dentro e fora da Europa, pelo nascimento dos Estados americanos, e pelo surgimento, após 1860, de três potências que se desenvolveram extremamente rápido e que revolucionaram a economia capitalista e o “núcleo central” das grandes potências, a saber: Estados Unidos, Alemanha e Japão. Em seguida, se deu uma nova “explosão expansiva”, assumindo a forma de uma corrida imperialista entre as principais potências, e que trouxe a Ásia e a África para o interior das fronteiras coloniais do “Sistema Mundial moderno”. Por fim, a tese de Fiori é que, desde a década de 1970, está se desenvolvendo uma quarta “explosão expansiva” nesse “universo em expansão”. A estratégia “expansionista” da política externa adotada pelos Estados Unidos, a multiplicação dos Estados nacionais no sistema – já são quase duzentos – e, o crescimento homérico do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, especialmente da China, vêm provocando um aumento da “pressão competitiva” dentro do Sistema Mundial. Portanto, pautado em sua teoria do “universo em expansão”, José Luís Fiori desenvolve a tese de que atualmente vivenciamos um “momento histórico” de “explosão expansiva”, conforme o autor: “O tamanho dessa ‘pressão competitiva’ neste início de século XXI permite prever uma nova ‘corrida imperialista’ entre as grandes potências e uma gigantesca expansão das fronteiras desse ‘universo mundial’” (FIORI, 2008, p. 24).

Segundo o sociólogo brasileiro, ao contrário do que pensa Immanuel Wallerstein - que na origem do Sistema Mundial Moderno já existia uma “economia-mundo” que se organizava por uma divisão original do trabalho integrada dentro do continente europeu, anteriormente à formação de seus Estados e economias nacionais –, o Sistema Mundial Moderno não existia antes da constituição dos Estados Nacionais e não foi um resultado natural e evolutivo da “economia de mercado” ou do “modo de produção capitalista”. As guerras tiveram um papel

fundamental no processo de centralização do poder que levou à formação dos primeiros Estados nacionais europeus, os quais iniciaram a conquista do Moderno Sistema Mundial. Foi o expansionismo praticado por esses primeiros Estados territoriais que definiu suas fronteiras no mesmo momento em que se expandiram para além do território europeu. Sendo assim, pode-se afirmar que a “vontade imperial” constituiu uma dimensão essencial dos primeiros Estados nacionais da Europa – os “minotauros”, meio Estado e meio Império. Destarte, desde o princípio o novo sistema interestatal europeu esteve sob o controle *compartido* e *competitivo* de um pequeno grupo de “Estados-impérios”, os quais se impuseram dentro do continente europeu, conquistando, anexando ou subordinando outras formas menos poderosas de poder local que os novos Estados. Desta forma, é que se originaram as primeiras potências, um restrito grupo de “Estados-impérios” que se impuseram na sua região e se transformaram no “núcleo central” do sistema interestatal europeu. Uma vez que esses Estados possuíam uma “vocação imperial” e estabeleciam, entre si, relações simultaneamente *complementares* e *competitivas*, esse “núcleo central” das grandes potências nunca foi homog neo, coeso ou pacífico e vivenciou um estado de guerra quase permanente. Até o desfecho do século XVIII, o “Sistema Mundial Moderno” limitava-se aos Estados europeus e suas col nias na América, e foi somente após sua grande “explosão expansiva”, no século XIX, que ele incluiu a África e a Ásia dentro de suas fronteiras coloniais. N  obstante, foi apenas na segunda metade do século XX que o Sistema Internacional se “globalizou” definitivamente, após a criação dos Estados nacionais independentes, na Ásia e na África.

Há duas características primordiais que distinguem a originalidade e explicam a força desses Estados Nacionais que se originaram na Europa durante o “longo século XVI”. Primeiro, eles surgiram dentro de um sistema competitivo e obrigados a se expandir para sobreviver. E segundo, a forma como se articularam com suas economias nacionais, transformando-as no seu principal instrumento de poder e num fator crucial de sua expansão imperial.

Com relação   primeira característica – competitividade e expansão – no novo sistema de Estados, permaneceram os traços primordiais do sistema político anterior, constituído pelas cidades e pelas “unidades imperiais” menores que os Estados. Semelhantemente ele nasceu armado e se expandiu devido às suas disputas por território e as suas guerras de conquista. Tanto para o sistema

interestatal europeu do “longo século XVI” quanto para o sistema anterior, a mera preservação da existência exigia uma expansão contínua do poder, uma vez que, “na livre competição, quem não sobe cai” (FIORI, 2008, p. 30). Isto é, no competitivo sistema interestatal, as grandes potências são impelidas a expandir seu poder continuamente, ainda que em um período de paz, e, se possível, até o limite último do “monopólio absoluto e global”.³⁷ A questão é que este limite último é na verdade uma impossibilidade dentro do próprio sistema, uma vez que, caso ele viesse a se realizar, o sistema se desintegraria. Ou seja, se de alguma forma um determinado Estado Nacional for capaz de concentrar tanto o poder ao ponto de monopolizá-lo até o limite do desaparecimento de seus rivais, o sistema interestatal transformar-se-ia em um “Império Mundial”. “Seria ilógico, do ponto de vista teórico, porque destruiria o mecanismo central de acumulação de poder que mantém o Sistema Mundial em estado de expansão desordenada, desequilibrada, mas contínua” (FIORI, 2008, p. 30). É por isso que nem a preparação para a guerra e nem as próprias guerras podem impedir a convivência, a complementaridade ou mesmo as alianças entre os Estados nacionais envolvidos nos conflitos. De forma que, em alguns momentos, prevalece o conflito e, em outros, a complementaridade. Entretanto, é exatamente essa “dialética” que permite períodos mais ou menos duradouros de paz no Sistema Internacional sem que se interrompa a competição e o conflito latente entre suas principais potências. Mesmo a potência hegemônica precisa continuar expandindo seu poder continuamente para que possa manter sua posição relativa dentro do sistema. E sua ampliação do poder, assim como a de todos os Estados, também depende da competição e da preparação para a guerra contra adversários que vão sendo criados pelas contradições do próprio sistema.³⁸ A partir disso, Fiori tece outra crítica direta à teoria dos “ciclos hegemônicos”:

³⁷ Retomando Thomas Hobbes: “E contra esta desconfiança de uns em relação aos outros, nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação; isto é, pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas de todos os homens que puder durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. E isto não é mais do que sua própria conservação exige, conforme é geralmente admitido” (HOBBS, 1983, p. 74).

³⁸ Conforme Maquiavel orienta o príncipe: “Os príncipes adquirem grandeza quando conseguem superar oposição e dificuldades que enfrentam – por isso, quando a sorte quer favorecer um novo príncipe, opõe-lhe inimigos e o força a enfrentá-los, dando-lhes a oportunidade de superá-los graças à ocasião oferecida pelos próprios inimigos. Muitos acreditam, portanto, que o príncipe sábio deve fomentar astuciosamente alguma inimizade, se houver ocasião para tal, de modo a incrementar sua grandeza superando esse obstáculo” (MAQUIAVEL, 2004, p. 126). Napoleão ao comentar a afirmação de Maquiavel sentenciou: “Quantas escadas me foram oferecidas, tantas eu aproveitei.”

Se esta competição desaparecesse, as ‘potência líderes’ ou ‘hegemônicas’ também perderiam a força, como todos os demais Estados, e todo o Sistema Mundial se desorganizaria, entrando em estado de homogeneização entrópica. Assim se consegue entender melhor, porque é logicamente impossível que algum *hegemon* possa ou consiga estabilizar o Sistema Mundial, como pensa a teoria dos “ciclos hegemônicos” (FIORI, 2008, p. 31).

Neste sentido, conforme o autor neodesenvolvimentista, o próprio hegemonia – o qual conforme a teoria dos “ciclos hegemônicos” deveria ser o principal estabilizador do sistema – necessita da competição e da guerra, a fim de seguir acumulando poder. E, para se expandir, muitas vezes, ele acaba por destruir as regras e instituições reguladoras que ele mesmo construíra no passado, geralmente após uma expressiva vitória. Por essa razão, ao contrário da teoria a qual Fiori ironiza denomina “utopia hegemônica”, na sua teoria do “universo em expansão” nunca houve e nem haverá hegemonia estável. Trata-se de um “universo em expansão” contínua que necessita das guerras e das crises para poder se ordenar e se “estabilizar” – sempre de forma efêmera – e manter suas estruturas hierarquizadas. O autor compara a lógica de funcionamento desse “universo em expansão” contínua com a dinâmica de funcionamento do mercado capitalista. Conforme o autor:

Por isso, historicamente, os “estados-imperiais” ou “grandes potências” sempre recriam seus concorrentes e adversários, logo depois de submeter ou destruir o concorrente anterior. Exatamente como na concorrência capitalista, onde o próprio capital recria sem cessar as suas novas formas de competição, porque perderia capacidade de acumulação se ocorresse uma monopolização completa dos mercados (FIORI, 2004, p. 103).

A segunda característica que explica a originalidade e força dos primeiros Estados europeus é a relação simbiótica que eles estabeleceram com suas economias nacionais, as quais se constituíram como seu principal instrumento de poder depois do século XVII. Desde o princípio do Moderno Sistema Mundial, o expansionismo de seus Estados líderes teve um papel crucial no desenvolvimento das suas economias nacionais, e vice-versa. O impulso expansionista desses Estados não permitiu que seus mercados locais se fechassem sobre si mesmos e alargou suas fronteiras, com a inclusão de outras economias no seu “território econômico supranacional”, possibilitando oportunidades monopólicas para a

Posteriormente, Napoleão conclui modestamente: “Maquiavel deve estar satisfeito com os benefícios que extraí de tal conselho” (comentários de NAPOLEÃO In: MAQUIAVEL, 2004, p. 126).

realização de lucros extraordinários. Constituiu-se, deste modo, uma relação virtuosa entre os processos de concentração e centralização do poder e da riqueza dentro dos Estados e das economias nacionais, e dentro da economia mundial como um todo. Segundo Fiori, desde a formação do Sistema Mundial até os dias atuais, a expansão competitiva dos seus “Estados-economias Nacionais” originou impérios e mundializou a economia capitalista, mas nem os impérios e nem o capital mundial suprimiram os Estados ou as economias nacionais. E ainda nos Estados que lideraram a internacionalização capitalista, os seus capitais continuaram sendo “designados” e “realizados” nas suas próprias moedas nacionais. A ideia de uma “moeda internacional”, considerada como um “bem público”, encobre o fato de que todas as moedas são nacionais e um instrumento de poder na disputa pela liderança econômica mundial. Deste modo, o autor afirma que não existe capital nem capitalismo sem a mediação do poder nacional, da moeda e do território, isto é, não existe “capital em geral”; o que existe são capitais nacionais que se internacionalizam sem perder, contudo, seu vínculo e sua referência com alguma moeda nacional. Assim, durante a história do capitalismo, todas as “moedas internacionais” foram invariavelmente as moedas nacionais dos Estados “vencedores”. Com efeito, há uma hierarquia de moedas na economia internacional correspondente à hierarquia de poder de seus Estados emissores. “Como também se pode dizer que os sistemas monetários internacionais são um retrato bastante fiel da correlação de forças existente, num determinado momento, entre as grandes potências” (FIORI, 2008, p. 33). O autor exemplifica que, apesar de não haver evidência de que o florim holandês tenha sido uma moeda de circulação mundial durante o século XVI, não há dúvida de que a integração financeira entre Holanda e Inglaterra foi essencial para a mundialização da libra durante os séculos XVIII e XIX, antes de sua “quase fusão” com o dólar, já no século XX. Construiu-se dessa forma uma espécie de continuidade e supremacia monetária financeira global anglo-holandesa-americana no decorrer dos últimos quatro séculos da história do Sistema Mundial Moderno. E, a força expansiva dessas grandes potências líderes provocou, em certos casos, uma reação econômica defensiva por parte de outros Estados nacionais, os quais se protegeram desenvolvendo suas próprias economias nacionais. E, de forma geral, quando esses mesmos Estados decidiram conquistar, em um segundo momento, seu próprio “território econômico supranacional”, eles provocaram um forte aumento da “pressão competitiva” dentro do Sistema

Internacional, como, segundo Fiori, vem acontecendo nas últimas décadas, desde a “crise da década de 1970”.

Em síntese, as premissas teóricas desenvolvidas por José Luís Fiori apontam para uma conjuntura mundial frontalmente oposta àquela imaginada pelos neomarxistas Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, concernentes ao colapso hegemônico e mesmo sistêmico. Conforme o teórico neodesenvolvimentista (FIORI, 2007, p. 37 e 38), pela própria lógica de funcionamento do sistema, os Estados almejam constantemente maximizar seu poder e sua riqueza. Nesse sentido, ainda que de forma atenuada, todos são expansivos, mesmo quando não aspiram mais conquistar novos territórios. O mundo não está diante do fim dos Estados ou das economias nacionais, mesmo com o avanço do “poder global” e da mundialização do capital. No “universo em expansão” dos “Estados-economias Nacionais”, não existe possibilidade lógica de uma “paz perpétua” entre as nações, nem tampouco de mercados equilibrados e estáveis. Também não há possibilidade de as grandes potências passarem a praticar, de forma constante, uma política exclusivamente voltada para a manutenção do *status quo*, ou seja, serão sempre expansionistas, mesmo estando no topo da hierarquia de poder do Sistema Internacional. Semelhantemente, não há a possibilidade de a liderança da expansão econômica do capitalismo passar das mãos dos “Estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores e de seus “grandes predadores” – os quais passam por cima das regras e instituições do mercado a fim de obter seus lucros extraordinários e conquistar suas posições monopolísticas – para as mãos do empreendedor típico-ideal, dos modelos de economia de mercado, “dos manuais de economia”. E por último, dentro do Sistema Mundial Moderno, a ascensão rápida de uma nova “potência emergente” será invariavelmente um fator de desestabilização do “núcleo central” das principais potências. Contudo, o maior desestabilizador de qualquer situação hegemônica e do próprio sistema será sempre o “núcleo central” das grandes potências e, especialmente, o Estado hegemônico, porque ele não pode parar de se expandir para manter sua posição relativa na luta permanente pelo poder.

Portanto, para Fiori, o Sistema Mundial é um “universo em expansão” contínua, no qual todos os Estados que competem pelo “poder global” – sobretudo o Estado hegemônico – estão constantemente criando simultânea ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Com efeito, crises econômicas e guerras não são

necessariamente um sinal do colapso dos Estados e das economias envolvidas, ao contrário, podem ser uma parte fundamental e imprescindível da acumulação do poder e da riqueza desses Estados nacionais e do próprio Sistema Internacional. Destarte, o autor de *O Poder Global* conclui com seu prognóstico conjuntural:

E nesta conjuntura, em particular, as crises e guerras que estão em curso fazem parte – do nosso ponto de vista – de uma transformação estrutural de longo prazo, que começou na década de 1970 e que aponta, neste momento, para um aumento da “pressão competitiva” mundial – geopolítica e econômica – e para o início de uma nova corrida imperialista entre as grandes potências, que já faz parte de mais uma “explosão expansiva” do Sistema Mundial, que se prolongará pelas próximas décadas e contará com uma participação decisiva do poder americano (FIORI, 2008, p. 34).

3.2 Conjuntura Internacional

As dificuldades políticas e econômicas dos Estados Unidos, no final da primeira década do século XXI, poderão se prolongar e aprofundar, mas, do nosso ponto de vista, com certeza não se trata do fim do poder americano, muito menos da economia capitalista (FIORI, 2008, p. 19).

A partir de sua teoria do “universo em expansão”, José Luís Fiori recorre à análise da conjuntura internacional para defender sua tese da atual “explosão expansiva” no Sistema Mundial. Como vimos, sua tese é de que desde a década de 1970 vivenciamos uma transformação estrutural de longo prazo, com mais uma “explosão expansiva” dentro desse “universo em expansão”, provocada pelo aumento da “pressão competitiva” das grandes potências perenemente insatisfeitas com o *status quo* do sistema. Provocada principalmente pela potência hegemônica, no caso, os Estados Unidos, que, na busca incessante do “poder global”, ativa e potencializa as contradições do Sistema Internacional, desfaz instituições e regras, provoca guerras e paradoxalmente acaba fortalecendo os Estados que competem com ela pelas supremacias regionais ao redor do mundo. Entretanto, concomitantemente, essa competição e as guerras, em todas as regiões geopolíticas e econômicas do Sistema Mundial, cumprem um papel crucial na reprodução e na acumulação do poder dos próprios Estados Unidos, que necessitam dessa concorrência, dessas crises e dessas guerras para continuarem reproduzindo sua liderança no hierárquico Sistema Internacional.

Portanto, a partir de uma análise conjuntural, Fiori defende que a política externa adotada pelos Estados Unidos desde a década de 1970, cada vez mais expansionista e unilateral, vem ao contrário do seu propósito, fortalecendo a “pressão competitiva” dentro do Sistema Mundial. Assim, visando promover a expansão do capital americano e manter a sua autonomia atinente à política econômica interna, no início dos anos 1970, o governo dos Estados Unidos desvalorizou o dólar e suprimiu seu sistema de controle de capitais. Com efeito, paradoxalmente, os Estados Unidos, que lideraram a construção do sistema financeiro de Bretton Woods, acabaram se transformando em seus próprios algozes, ao paulatinamente desenvolverem políticas econômicas internacionais essencialmente contraditórias ao regime monetário anteriormente constituído.

Consequentemente, a partir de então, inicia-se um período de contestação hegemônica. Conforme sentença Fiori:

Em 1973, os Estados Unidos abandonaram o sistema monetário internacional pactuado em Bretton Woods e, naquele momento, começou uma nova conjuntura ‘não hegemônica’, em que o conflito se sobrepôs à cooperação dentro do núcleo das grandes potências, numa progressão que culminou com o fim da Guerra Fria (FIORI, 2004, p. 55).

Fica nítido, nesse exemplo, como o principal condutor de um regime que ele próprio construiu é o mesmo que passa por cima de suas regras e instituições, a fim de expandir seu poder, mas que, ao contrário, acaba por dirimir sua legitimidade enquanto líder “benevolente” do sistema e suscitar a “pressão competitiva” com as outras grandes potências. E a partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a derrocada soviética, o autor afirma que essa política de expansão global, a qual em um primeiro momento se mostrou exitosa, acabou, entretanto, por acelerar e intensificar o processo de “explosão expansiva” dentro do “universo”.

Conforme o autor de *O Poder Global*, há duas especificidades na transição da ordem estabelecida na Guerra Fria para a atual Ordem Mundial que contribuíram substancialmente para a expansão do poder americano no fim do século XX. Em primeiro lugar, pela primeira vez na história do Sistema Internacional houve a transição de uma Ordem Internacional para outra sem que ocorresse uma guerra envolvendo as principais potências do sistema. A Guerra Fria terminou sem a necessidade de uma nova guerra mundial. Em segundo lugar, após o desfecho da Guerra Fria, não houve nenhum encontro entre as grandes potências a fim de se “definir” uma nova Ordem Mundial, como, por exemplo, em Westfália, em 1648, em Viena, em 1815, em Versailles, em 1918, ou mesmo em Yalta, Potsdam e São Francisco, em 1945. Não houve, portanto, um concerto multilateral entre as principais potências no sentido de estabelecerem entre si algum tipo de acordo normativo sobre a paz e sobre a guerra, ou sobre a criação e legitimidade de novas leis internacionais, ou ainda sobre formulação de um novo sistema financeiro mundial. Destarte, o caminho ficou aberto para os Estados Unidos exercerem seu poder de forma unilateral no mundo.

Diante da construção de uma nova Ordem Internacional sob os auspícios norte-americanos, voltou ao centro de decisões de Washington, o antigo debate sobre a política externa estadunidense, entre “isolacionistas” – aqueles que pregavam que os Estados Unidos deveriam “voltar para casa” e se preocupar com

os assuntos domésticos – e os “internacionalistas” – os quais acreditavam na vocação messiânica norte-americana, e que através do “destino manifesto”,³⁹ eles deveriam disseminar e, por que não, em alguns casos, impor seus valores, a fim de promover um mundo melhor. Paralelamente, ressurgiu dentro da corrente “internacionalista”, outro debate, também antigo, opondo de um lado o “realismo político” de Roosevelt e de outro o “idealismo messiânico” de Wilson.⁴⁰

Nesse saliente embate, os “internacionalistas” prevaleceram, assim como os que defendiam uma política externa de corte realista. Por conseguinte, a política externa norte-americana do pós-Guerra Fria torna-se acentuadamente intervencionista e beligerante a despeito do discurso das forças pacíficas da economia de livre mercado, da globalização e dos valores democráticos universais, que emanariam do império “benevolente”. O que pode se refletir nas diversas intervenções militares dos Estados Unidos no mundo durante a década de 1990, como, por exemplo: os ataques à Somália (1992-1994), o bombardeio da Bósnia-Herzegovina (1993-1995), a intervenção no Haiti (1994), o bombardeio do Sudão (1998) e a guerra do Kosovo (1999). E, nesse sentido, a Guerra do Golfo foi o signo do início do posicionamento expansionista imediato ao desfecho da Guerra Fria: “O bombardeio do Iraque cumpriu, em 1991, um papel equivalente ao de Hiroshima e Nagasaki, em 1945: estabeleceu, através do poder das armas, quem seria o novo ‘poder soberano’ no campo internacional” (FIORI, 2004, p. 95).

Desde o término da Guerra do Golfo, pode-se notar a formação de um consenso entre democratas e republicanos referente à política externa dos Estados Unidos, que se mostrou invariavelmente direcionada para a manutenção e expansão contínua de seu poder por todo o Sistema Mundial. E, ainda nesse sentido, independente de qual partido ocupasse o poder durante a década de 1990, é possível perceber uma nítida distância entre o discurso e a *práxis*. A retórica, tanto de republicanos como de democratas, é sempre permeada pelo discurso ideológico do idealismo de Wilson. A prática, no entanto, é visivelmente pautada na *Realpolitik*.

³⁹ A primeira vez na história dos Estados Unidos em que se falou de um “destino manifesto” foi quando o então Secretário de Estado John Quincy Adams propôs ao terceiro presidente da história dos Estados Unidos e um dos *Founding Fathers*, Thomas Jefferson, a anexação dos territórios de Cuba e da Flórida, isto logo após o *Boundary Treaty*, assinado em 20 de outubro de 1818 com a Inglaterra, e do *Transcontinental Treaty*, assinado em 22 de fevereiro com a Espanha (FIORI, 2004, p. 72).

⁴⁰ Ver KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

Tomemos como exemplo dois discursos dos presidentes dos Estados Unidos durante a década de 1990, primeiro o do republicano George Bush e posteriormente o do democrata Bill Clinton, ambos dirigindo-se à Assembleia Geral das Nações Unidas. No primeiro, em 1990, logo após a queda do Muro de Berlim, Bush declarou em tom messiânico:

Nós temos um projeto de uma nova parceria entre as nações que transcende as divisões da Guerra Fria. Uma parceria baseada numa consulta mútua, na cooperação e na ação coletiva, especialmente através das organizações internacionais e regionais. Uma parceria baseada no princípio da lei e suportada por uma repartição justa dos custos e das responsabilidades. Uma parceria cujos objetivos sejam aumentar a democracia, a prosperidade e a paz e reduzir as armas (*cit. in* KISSINGER, 1994, p. 805).

Semelhantemente, em setembro de 1993, o recém-empossado presidente Clinton, na mesma tribuna, pronunciou quase o mesmo discurso do presidente republicano:

Numa nova era de perigos e oportunidades, nosso propósito é expandir e fortalecer a comunidade mundial e as democracias baseadas no mercado. Agora nós queremos alargar o círculo das nações que vivem sob instituições livres, porque nosso sonho é um dia em que as opiniões e energias de cada pessoa no mundo tenham plena expressão dentro de democracias prósperas que cooperam entre si e vivem em paz (*cit. in* KISSINGER, 1994, p. 805).

Entretanto, no reino da *práxis*, ambos os governos assumiram uma postura frontal à do discurso, exercendo uma política externa unilateral e militarista. A administração Bush delineou sua política externa a partir de uma força-tarefa comandada pelo neoconservador Dick Cheney e composta por outros falcões republicanos, encarregada de construir a estratégia global dos Estados Unidos após a Guerra Fria. A doutrina empregada pelos republicanos tinha como escopo uma política externa de contenção ativa que impossibilitasse a ascendência de qualquer potência regional ou global que pudesse concorrer com os Estados Unidos (KISSINGIR, 2001). Com relação à “era Clinton”, apesar de ter tido êxito na construção da imagem de um período em que o governo americano exerceu sua hegemonia “benevolente”, através da propagação de uma globalização “natural” que levaria ao interesse comum das nações com a liberalização financeira dos mercados nacionais e uma proposta cosmopolita de paz. Na prática, no entanto, a política externa do governo Clinton deu continuidade à política externa de seu antecessor, baseada na mesma ideia de que o século XXI seria um “século

americano” e de que o “mundo necessitava dos Estados Unidos”⁴¹, como repetia frequentemente Magdeleine Albright, Secretária de Estado do governo Clinton. Desse modo, apesar da retórica universalista de uma convivência pacífica pelo mercado, a administração Clinton exerceu um militarismo sem precedentes. Durante o seu governo, aponta Bacevich: “os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria, período em que ocorreram 16 intervenções militares” (BACEVICH apud FIORI, p. 97). De forma complementar Fiori sentencia:

Apesar da retórica globalista e pacifista do governo Clinton, na década de 1990 os Estados Unidos consolidaram uma infraestrutura de poder global, com cerca de 750 bases militares, 350 mil soldados e acordos de ajuda militar com cerca de 130 países, o que permitiu aos Estados Unidos um controle quase monopólico dos oceanos e do espaço aéreo e sideral (FIORI, 2008, p. 38 e 39).

Portanto, tal qual durante a década de 1920, em que se havia construído a impressão generalizada de que a política econômica internacional, através da integração dos mercados nacionais ocupava paulatinamente o lugar da política da força e do poder, mas que, como a história nos ensinou, desembocou na crise de 1929 e em uma nova corrida armamentista que culminou com a II Guerra Mundial; a década de 1990, semelhantemente, foi marcada pela retórica liberal de uma paz cosmopolita através da globalização dos mercados, que também acarretou além da ofensiva militarista já apontada, em uma década de crises financeiras generalizadas, na qual, com as relativas exceções de Estados Unidos, China e Índia, praticamente todos os demais Estados do mundo atravessaram agudas crises econômicas.

A doutrina norte-americana, buscando maximizar continuamente seu poder em todo o globo, se mostra, por conseguinte, cristalina após o desfecho da Guerra Fria, assim como o consenso entre republicanos e democratas em torno desse objetivo. Desde então, os Estados Unidos têm buscado sistematicamente uma concentração e centralização militar e econômica do poder sem precedentes na história das Relações Internacionais. Mas que, como veremos mais adiante, acabou por fortalecer as disputas no núcleo das grandes potências pelas supremacias

⁴¹ Neste sentido Michael Mann denuncia: “surgiu no governo Clinton: a noção de usar o poder militar norte-americano com ‘razões puramente humanitárias’ para salvar o povo de países atrasados dos seus próprios governantes ou de si mesmo. Essas missões podiam ser consideradas ‘civilizadoras’, características da visão de mundo de algumas potências imperiais passadas”. (MANN, 2006, p. 18).

geopolíticas e econômicas regionais, ampliando assim a “pressão competitiva” ao redor do mundo, exatamente ao contrário do que os Estados Unidos planejavam ao exercerem sua política expansionista visando o controle do “poder global”.

José Luís Fiori destaca que o projeto de “poder global” dos Estados Unidos ficou ainda mais evidente depois de 2001, quando o governo de George W. Bush mudou a retórica dominante até então na política externa norte-americana e decidiu assim aproximar o discurso da *práxis*. O autor aponta que desde 2001 “a estratégia imperial americana ficou mais visível, porque assumiu uma postura explícita, bélica e unilateral”, e posteriormente acrescenta que foi após os “revezes sucessivos dessa política externa no Oriente Médio que ficou mais aparente a nova ‘geopolítica mundial’, que permanecera à sombra do ‘império americano’ durante os anos 1990” (FIORI, 2008, p. 37). Apesar de continuar o discurso do liberalismo econômico e a defesa inexorável da desregulamentação de todos os mercados do Sistema Mundial, o governo Bush (filho) incorporou a retórica bélica, estabeleceu inimigos internos e externos e passou a defender claramente o direito unilateral dos Estados Unidos de intervirem militarmente e até preventivamente em qualquer lugar do planeta. A desconsideração assumida com relação às instituições multilaterais, bem como à opinião pública internacional, foram traços permanentes de sua administração. Segundo exemplifica Michael Mann:

O ‘Exame Quadrienal de Defesa’, publicado duas semanas depois de 11 de setembro, não fez menção às missões norte-americanas para manter a paz, promover ações humanitárias e impor obediência às sanções. Bush disse que o orçamento militar tinha que crescer 15% entre 2002 e 2003, com um aumento de mais 8% previsto até 2007. Os gastos seriam aumentados em quase todos os programas, da Guerra nas Estrelas ao contraterrorismo, passando por uma mescla de programas de força bruta tradicional. O exame declarou que todas as guerras seriam travadas até “a derrota decisiva dos adversários”, a “mudança de regime” e a “ocupação de território estrangeiro até o cumprimento dos objetivos estratégicos norte-americanos” (MANN, 2006, p. 16).

O governo Obama por sua vez é eleito com a promessa de uma política externa de cunho mais multilateral e menos bélica. No entanto, assim como ocorreu na década de 1990, o discurso e a prática da política externa norte-americana se desencontram novamente. Uma vez que se pode perceber uma continuidade com relação à política externa de seu antecessor, embora a retórica assumida pelo atual governo dos democratas seja claramente oposta à exercida na administração Bush. Consequentemente, a despeito das distintas retóricas, desde a vitória da Guerra do

Golfo, pode-se notar a concepção de um grande consenso, entre democratas e republicanos, concernente aos objetivos de longo prazo dos Estados Unidos, na direção de se expandir o poder americano sistematicamente por todo o Sistema Internacional.

Portanto, conforme a análise de José Luís Fiori, os Estados Unidos intentam claramente – a partir da década de 1970, e com ainda mais intensidade após a vitória da Guerra Fria, no início dos anos 1990 –, como nunca ocorrera desde a gênese deste “universo”, através da expansão contínua de sua força militar e econômica e de uma austera estratégia de “contenção” ao surgimento de qualquer Estado ou coalizão de Estados que possa vir a disputar com os Estados Unidos tanto o poder regional como o poder global do Sistema Mundial, a construção de um “Império Mundial” sem precedentes:

O que a princípio parecia uma visão conspiratória, agora já parece um fato normal e consolidado: ganhou força no fim do século XX, um novo projeto de organização imperial do poder mundial (...) a possibilidade de fazer guerras à distância e sem perdas humanas e o controle de uma moeda internacional sem padrão de referência que não seja o próprio poder do emissor mudaram radicalmente a forma de exercício do poder americano sobre o mundo. Com a eliminação do poder de contestação soviético e com a ampliação do espaço desregulado da economia mundial de mercado, criou-se um novo tipo de território submetido à senhoriação do dólar e à velocidade de intervenção das suas forças militares (FIORI, 2004, p. 94).

Todavia, paradoxalmente ao esperado pelos norte-americanos, essa política expansionista sistemática aumentou a “pressão competitiva” no núcleo das grandes potências e acabou desencadeando um processo de “explosão expansiva” dentro desse “universo em expansão”, o que pode ser evidenciado a partir da análise da conjuntura mundial. Nesse sentido, Fiori aponta que: “O Oriente Médio transformou-se no epicentro dos principais conflitos dessa conjuntura internacional, e na região onde os Estados Unidos acumularam os maiores revezes políticos e militares neste início de século XXI” (FIORI, 2008, p. 40). O fiasco da intervenção militar norte-americana no Iraque, principalmente depois de 2004, desabonou o projeto da segunda administração Bush que alardeava o propósito de estabelecer democracias e mercados livres nos territórios localizados entre o Paquistão e o Marrocos. A contestada invasão estadunidense dividiu a população iraquiana e fragmentou seu território, deixando como saldo uma atroz guerra civil sem qualquer perspectiva de encerramento, no curto prazo, tanto para as tropas norte-americanas como para o

próprio Iraque. Da perspectiva geopolítica do Oriente Médio, a intervenção dos Estados Unidos provocou uma reviravolta imponderável na correlação de forças regional, com consequências diretas ou indiretas no norte da África e na Ásia Central. Ao depor o governo sunita de Saddam Hussein e conceder o governo do Iraque aos xiitas, os norte-americanos fortaleceram indiretamente seu principal desafeto no Oriente Médio, o Irã de Mahmoud Ahmadinejad, classificado pela própria Casa Branca como um “Estado Pária”. Além de fortalecerem a aliança sírio-iraniana no próprio Iraque, mas também na Palestina e no Líbano, através das relações da Síria com o Hamas e Hezbollah. É pouco plausível que o Hamas conquiste o poder na Palestina, porém não é improvável que o Hezbollah tome o poder no Líbano, e, neste caso, o fortalecimento imediato do Irã intensificará a competição regional com Arábia Saudita, Jordânia, Egito e Israel, o que tende a provocar uma corrida atômica na região.

Para acalorar ainda mais esse complexo quadro geopolítico da região, em dezembro de 2010, protestos populares na Tunísia acabaram por desencadear uma onda revolucionária por todo o Oriente Médio e o norte da África, se transformando naquilo que foi denominado como “Primavera Árabe”. Os fortes protestos que se iniciaram na Tunísia, em 18 de dezembro de 2010, levaram o presidente Zine el-Abdine Ben Ali – que estava no poder desde novembro de 1987 –, a fugir para a Arábia Saudita, apenas dez dias depois. O segundo país a entrar na onda revolucionária que tomou o Oriente Médio foi o Egito, do então presidente Hosni Mubarak. Inspirados no êxito dos protestos na Tunísia, os egípcios foram às ruas. A saída do presidente Mubarak, que estava no poder havia 30 anos, tardou um pouco mais. Enfraquecido, ele renunciou dezoito dias depois do início das manifestações populares, concentradas na Praça Tahrir (ou Praça da Libertação, em árabe), no Cairo. Mais tarde, Mubarak foi internado e, mesmo em uma cama hospitalar, foi levado a julgamento. A Tunísia e o Egito foram às urnas já no primeiro ano da “Primavera Árabe”. Nos dois países, partidos islâmicos saíram na frente. A Tunísia elegeu, em eleições muito disputadas, o “Ennahda”. No Egito, o partido “Liberdade e Justiça” (PLJ), braço político do movimento “Irmandade Muçulmana”, venceu as eleições parlamentares. Na Líbia, Muamar Kadafi demorou bem mais até ser deposto (agosto de 2011). O último ditador alijado foi Ali Abdullah Saleh, presidente do Iêmen. Atualmente há grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Jordânia e Omã e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita,

Sudão e Saara Ocidental. Entretanto, no atual cenário internacional, a situação mais crítica é a da Síria. Segundo as Nações Unidas, aproximadamente 30 mil pessoas fugiram do país e mais de 8 mil pessoas morreram desde o início de revoltas contra o presidente Bashar al-Assad, que está no poder há 11 anos e protagoniza uma violenta repressão contra opositores ao regime entre os países da chamada "Primavera Árabe".

Nessa complexa conjuntura regional, Fiori avalia que os Estados Unidos continuarão tendo influência no Oriente Médio, contudo “perderam sua posição arbitral”. Além disso, serão obrigados a conviver com a ampliação da “pressão competitiva” regional, por causa da presença cada vez maior da China, da Rússia e de outros Estados com interesses no Oriente Médio, além do desafio hegemônico direto por parte do Irã. Destarte, a hipótese de um ataque preventivo a este país continua nos cálculos dos Estados Unidos, sobretudo, diante da pressão oriunda de Israel. E esse ambiente de preparação para a guerra⁴² acentua o problema palestino, aprofunda a divisão interna do Líbano e amplia as fronteiras da disputa pela hegemonia até o Afeganistão, incluindo, indiretamente, a divisão interna e a luta política em torno do poder atômico do Paquistão e a disputa entre as forças islâmicas e o secularismo militar na Turquia. A relação tensa com Israel já assumiu o caráter de um conflito crônico, que baliza as relações geoestratégicas de toda a região, todavia, essa expansão do poder iraniano pode implicar em uma reorientação drástica da hierarquia de poder regional, que foi consolidada depois da década de 1970 entre os governos árabes, os judeus e os iranianos. Nesse sentido, segundo Fiori,

a conclusão é inevitável: a sobreposição dos conflitos religiosos, com as divergências territoriais e a abundância de recursos energéticos, manterá o Oriente Médio no epicentro das tensões internacionais e deve transformar seu território no espaço preferencial de experimentação de alianças e de todo tipo de armamento “assimétrico” e convencional produzido pelas velhas e novas grandes potências (FIORI, 2008, p. 42).

⁴² “Pois a guerra não consiste apenas na batalha ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar a batalha é suficientemente conhecida. Portanto, a noção de *tempo* deve ser levada em conta quanto à natureza da guerra, do mesmo modo que quanto à natureza do clima. Porque tal como a natureza do mal tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário” (HOBBS, 1983, p. 76).

Com relação à atual conjuntura do continente europeu, a União Europeia não se mostra capaz de definir um poder central unificado para impor objetivos e prioridades aos seus membros, mantendo-se sob a influência política e militar dos Estados Unidos. Essa impotência imobiliza a Europa desde o desfecho da Segunda Guerra Mundial e se tornou ainda mais potente após a ampliação da União Europeia, pressionada pelos Estados Unidos para incluir os Estados nacionais que estavam sob a influência soviética até 1991. Diante disso, Fiori avalia que “a Europa se transformou numa sociedade economicamente rica, politicamente pacífica e intelectualmente pasmada neste início do século XXI” (FIORI, 2008, p. 43). Um inusitado paradoxo, destaca o autor, uma vez que foi o “Velho Continente” quem inventou os Estados Nacionais, o capitalismo, o Sistema Mundial e a utilização sistemática da competição e da guerra como meios de acumulação de poder e de riqueza. E que “agora está se propondo transformar num território político e econômico sem fronteiras e sem competição e guerras internas no continente, mas, ao mesmo tempo, um ‘ente político-econômico’ incapaz de ter um estratagema competitivo global” (FIORI, 2008, p. 43). A Europa se mostra cada vez mais dividida entre os projetos estratégicos de seus três principais Estados Nacionais, a França, a Inglaterra e a Alemanha, com suas respectivas alianças cruzadas com Washington. Uma divergência que reproduz a rivalidade tradicional presente desde a formação do continente europeu e que esteve adormecida durante a Guerra Fria, mas que se despertou com a reunificação da Alemanha e o ressurgimento da Rússia. É notório o temor atual tanto da Inglaterra quanto da França perante o fortalecimento da Alemanha, no centro da Europa.⁴³ E certamente a reunificação alemã e sua aproximação da Rússia atingiram o processo da unificação europeia. Com a reunificação, a Alemanha fortaleceu sua posição como maior potência demográfica e econômica do continente. Além disso, a Alemanha continuou aprofundando sua *Ostpolitik* da década de 1960 e, conseqüentemente, vem estreitando suas relações econômicas e financeiras com a Europa Central e a Rússia. Uma estratégia que

⁴³ Nesse sentido, Fiori lembra o que François Mitterrand disse para a sra. Thatcher na reunião do Conselho da Europa em Estrasburgo, no dia 8 de outubro de 1989, quando foi decidido o apoio da comunidade europeia à unificação alemã: “nos tempos de grandes perigos, sra. Thatcher, a França e a Grã-Bretanha sempre se reaproximam” (*Le Monde*, 13/05/2005). Já no momento da reunificação alemã, em 1991, foi a vez da primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher, se dirigir ao presidente francês numa reunião de cúpula da União Europeia, a “dama de ferro” disse a Mitterrand que ‘a situação agora havia ficado mais perigosa, porque a Alemanha já estava a caminho de reconstruir seu império’ (*Le Monde*, 13/05/2005)” (FIORI, 2008, p. 44).

recoloca a Alemanha no centro da Europa e da luta pela hegemonia na União Europeia, eclipsando a posição da França e ameaçando o “americanismo” da Inglaterra.

Diante desse quadro, Fiori vislumbra dois cenários distintos. No médio prazo, pode ocorrer um maior estreitamento da aliança entre Alemanha e Rússia, que é maior fornecedora de energia da Alemanha e de toda a Europa, além de ser a segunda potência atômica do Sistema Internacional. Essa aliança atingiria invariavelmente o futuro da União Europeia e certamente afetaria a relação entre a Alemanha e os Estados Unidos. Colocando em xeque, até mesmo, o caminho já andado com a retomada da competição e da fragmentação tradicional do “Velho Continente”. O outro cenário provável é que a intensificação da “pressão competitiva” mundial sobre a Europa seja tão forte que facilite a aceitação da hegemonia alemã no continente. Nesse caso, a Alemanha assumiria além do comando da política macroeconômica da União Europeia, o comando de sua política externa.

Nessa atual conjuntura internacional, a Rússia tem um papel crucial. Com sua forte indústria militar e suas grandes empresas energéticas, a Rússia vem disputando espaço econômico e influência geopolítica na Europa e na Ásia, e ainda no Oriente Médio e na África. Pela sua própria extensão territorial, este mesmo país também compete com os Estados Unidos pela liderança na Ásia Central e no sul da Ásia, junto à Índia, sua antiga aliada durante a Guerra Fria. O dantesco Império Russo, formado no século XVIII por Pedro, o Grande, e Catarina II, já no ano de 1890, possuía 22.400.000 quilômetros quadrados e 130 milhões de habitantes, era o segundo maior império contíguo da história. No século XX, durante o período da União Soviética, a extensão territorial russa se manteve a mesma, sua população atingiu 300 milhões de habitantes, e a Rússia chegou a ser a segunda maior potência econômica e militar do Sistema Mundial. Todavia, atualmente a Rússia possui 17.075.200 quilômetros quadrados de extensão territorial e somente 152 milhões de habitantes, isto é, em apenas uma década (1990), a antiga superpotência perdeu cerca de 140 milhões de habitantes e aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados. Após o desmantelamento da União Soviética, os Estados Unidos e a União Europeia priorizaram em sua agenda geopolítica a “administração” da desmontagem do “império russo”, devido às suas consequências econômicas ao antigo desafio geopolítico da Europa Central. Para Washington, o

escopo primordial era evitar o surgimento de uma “terra de ninguém” no leste europeu e, por causa disso, os norte-americanos apressaram a expansão da OTAN – a despeito do voto contrário dos europeus – e assumiram rapidamente, por conta própria, as posições militares deixadas pelo exército soviético na Europa Central.

Assim, com o desfecho da Guerra Fria, em 1991, não houve um acordo de paz que definisse as perdas da União Soviética e que estabelecesse as regras da nova Ordem Internacional, imposta pelo lado vitorioso, como aconteceu no fim da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais. Efetivamente, a União Soviética não foi atacada, seu exército não foi suprimido e seus governantes não foram punidos. Entretanto, os Estados Unidos e a União Europeia apoiaram explicitamente a autonomia dos Estados da antiga “zona de influência” soviética e promoveram ativamente o desmembramento do território russo. A começar pela Letônia, pela Estônia e pela Lituânia, e seguindo pela Ucrânia, Bielo-Rússia, pelos Bálcãs, Cáucaso e países da Ásia Central. E, mais recentemente, os Estados Unidos e a União Europeia apoiaram a independência do Kosovo, apressaram a implantação de seu “escudo antimísseis” na Europa Central e estão armando e treinando os exércitos da Ucrânia, da Geórgia e dos países da Ásia Central, desconsiderando que a maior parte desses países pertenceu ao território russo, durante os últimos três séculos. José Luís Fiori parte dessa conjuntura e da teoria realista de Hans Morgenthau⁴⁴ para defender a tese de que “A Rússia foi a grande perdedora da década de 1990 e, ao contrário do que diz o senso comum, será a grande questionadora da nova Ordem Mundial, qualquer que ela seja, até que recupere seu velho território conquistado por Pedro, o Grande, e Catarina II” (FIORI, 2008, p. 49 e 50). Fiori parte da clássica teoria apresentada por Hans Morgenthau, precursor do “realismo” norte-americano, em sua obra *Política entre as Nações*,

a permanência do status de subordinação dos derrotados pode facilmente produzir a vontade de desfazer a derrota e jogar por terra o novo *status quo* internacional criado pelos vitoriosos, retomando seu lugar na hierarquia do poder mundial. Em outras palavras, a política imperialista perseguida pelos vitoriosos tende a provocar uma política igual e contrária da parte dos derrotados. E se o derrotado não tiver sido arruinado para sempre, ele desejará retomar os territórios que perdeu e, se possível, ganhar ainda mais do que perdeu na última guerra (MORGENTHAU apud FIORI, 2008, p. 45 e 46).

⁴⁴ MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Boston: McGraw Hill, 1993.

Durante o século XX, a principal questionadora do *status quo* foi a Alemanha e, no século XXI, Fiori aposta que será a Rússia, exatamente por ter sido a grande derrotada do final do século passado. Por conseguinte, o autor de *O Poder Global* aponta que a reação russa se iniciou com o governo de Vladimir Putin, em 2000 e sua orientação por uma estratégia militar agressiva a partir de 2001. Eleito em 2000, Putin se reelegeu em 2004, e posteriormente elegeu seu sucessor, Dmitri Medvedev, que permaneceu na presidência entre 2008 e 2012. Durante esse período, Putin ocupou o cargo de primeiro-ministro do país. Recentemente, em março de 2012, sob fortes acusações de fraude eleitoral, o ex-membro da KGB se elegeu novamente como chefe de Estado russo. Segundo os resultados oficiais, Putin obteve 63,6% dos votos no pleito. Agora com um mandato de seis anos e, claro, com direito a mais uma reeleição, o que lhe possibilita mais doze anos como presidente.

Durante a “era Putin”, a Rússia manteve a economia de mercado. O presidente russo recentralizou o poder, reconstituiu o Estado e a economia russa, reerguendo seu complexo militar-industrial e nacionalizando seus vastos recursos energéticos. Detentor do segundo maior arsenal nuclear do planeta, o novo governo russo alertou os Estados Unidos, ainda no ano de 2000, para a possibilidade de uma nova corrida nuclear, caso continuassem com seu projeto de desenvolvimento de um “escudo antibalístico” na Europa Central. Após 2001, a economia russa se recompôs e acelerou seu crescimento, liderada pelas grandes empresas estatais do setor energético e de produção de armamentos. Dessa forma, no início de 2007 o país já havia atingido seu nível de atividade econômica anterior à sua grande crise de 1998. Com efeito, neste início do século XXI, a Rússia já voltou ao “grande jogo geopolítico”, intensificando sua pressão competitiva sobre a Europa e sua presença nas disputas da Ásia Central e do Oriente Médio. Além disso, o Estado russo retomou sua posição como grande fornecedor de armas e tecnologia militar para China, Índia, Irã e diversos outros Estados em todo o Sistema Internacional, incluindo recentemente a Venezuela e a Argentina. Ou seja, apenas quinze anos após o fim da União Soviética, o governo russo retomou o comando estratégico de sua economia e de sua projeção internacional. Fiori argumenta que os grandes vencedores de 1991 não foram somente os Estados Unidos, mas também a Alemanha e a China, e que houve apenas um grande derrotado, a União Soviética, cujo desmantelamento trouxe de volta ao Sistema Mundial uma Rússia “mutilada e

ressentida” (FIORI, 2008, p. 49). A Alemanha e a China ainda hoje estão “digerindo” os novos territórios e zonas de influência que conquistaram nas últimas décadas na Europa Central e no Sudeste Asiático. Ao passo que o fim da União Soviética condicionou a Rússia à posição de potência derrotada, que perdeu metade de sua população e um quarto de seu território, mas que ainda mantém seu armamento nuclear e seu potencial militar e econômico, com uma decisão cada vez mais explícita de retornar ao *status quo ante*. Nesse sentido, se Morgenthau estiver certo, o conflito da Geórgia, em 2008, deverá ser apenas o primeiro de uma série de outros que se sucederá em toda “zona de influência” russa. Destarte, Fiori conclui:

De qualquer maneira, neste início do século XXI, a Rússia já recuperou sua importância no Sistema Mundial como maior Estado territorial e maior reserva energética do mundo, como segundo arsenal atômico e único país com capacidade de intervenção estratégica e de disputa hegemônica em todo o continente eurasiático (FIORI, 2008, p. 50).

No atual cenário internacional, o continente asiático se transformou no subsistema interestatal onde se localiza um dos pólos essenciais da acumulação de capital e do desenvolvimento da economia internacional. Conforme José Luís Fiori, a Ásia e especialmente o Leste Asiático ocupam um papel central na transformação estrutural de longo prazo que está em curso no Moderno Sistema Mundial. Em poucos anos, a participação da Ásia no PIB mundial cresceu a uma taxa constante e elevada, ao passo que a relação entre a economia chinesa e a estadunidense se transformou, nas palavras do autor, no “coração” e no “pulmão” da economia internacional. Ao mesmo tempo, é no continente asiático que se encontra a disputa mais explícita pela hegemonia regional, envolvendo suas antigas potências imperiais, o Japão, a China e a Coreia, além da Rússia, mas também os Estados Unidos e a Índia. Segundo o sociólogo neodesenvolvimentista:

Na própria região, a competição entre seus Estados e economias nacionais lembra o velho modelo europeu de Estados competitivos, que está na origem do Sistema Mundial. E, ao mesmo tempo, o Leste Asiático é a região de onde vem a maior parte da “pressão competitiva” e “expansiva” que se faz sentir em todos os cantos do mundo neste início do século XXI (FIORI, 2008, p. 50).

Atualmente, há uma intensificação da competição econômica e geopolítica dentro e fora da região. De um lado, vem ocorrendo um estreitamento das relações

estratégicas entre a China e a Rússia,⁴⁵ as quais têm participado de manobras militares conjuntas e fundaram, em 2001, a “Organização de Cooperação de Shanghai”, que possui como membros permanentes, além das duas potências supracitadas, o Uzbequistão, o Tadjiquistão e o Quirguistão, e, como observadores, a Índia, o Paquistão, a Mongólia e o Irã. Trata-se de uma organização de cooperação política e militar que intenta, explicitamente, ser um contrapeso aos Estados Unidos e à OTAN na região. Por outro lado, os Estados Unidos mantêm seu apoio militar permanente ao Japão, à Coreia do Sul e Taiwan, e têm desenvolvido operações navais conjuntas com Austrália e Cingapura. Washington vem estimulando discretamente o fortalecimento militar japonês e não é mais descartada a possibilidade de que o Japão venha possuir, em breve, seu próprio arsenal nuclear. Existe também na região, o conflito latente entre China e Estados Unidos envolvendo Taiwan.

Essa competição geopolítica do Leste Asiático se torna ainda mais complexa ao envolver a Índia na sua disputa regional, após seu acordo nuclear com os Estados Unidos e a recente revolta do Tibete, o triunfo das forças “maoístas” no Nepal e a presença guerrilheira destas últimas em diversas províncias do norte da própria Índia.

Há também a tensa relação entre Índia e Paquistão – ambos potências nucleares – pela região da Caxemira. Os dois países já se envolveram em três guerras, duas em disputa por essa região, em 1947 e 1965. Para acalorar ainda mais a disputa pela Caxemira, em 1962, a China se apoderou de parte desse território e também possui interesse geoestratégico na região. Atualmente, dois terços do território estão sob domínio indiano e o restante sob controle do Paquistão e da China. Além de ser, atualmente, a segunda economia que mais cresce no mundo, a Índia desenvolve e controla tecnologia militar de ponta, como, por exemplo, seu sofisticado sistema balístico e seu próprio arsenal nuclear, e possui um dos exércitos mais bem treinados do mundo. Foi somente após sua derrota militar para a China, em 1962, e a primeira explosão nuclear chinesa, em 1964, pouco antes da guerra com o Paquistão em 1965, que a Índia abandonou a política

⁴⁵ Para um aprofundamento da questão da aproximação entre China e Rússia, ver o artigo de Carlos Medeiros (2008), *Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China*.

externa de Neruh, pautada no “idealismo prático”, e assumiu a *Realpolitik* do primeiro-ministro Bahadur Shastri, a qual deu início ao programa nuclear indiano. A nova estratégia atômica de defesa nacional da Índia se consolidou com as explosões nucleares de 1998 e com o êxito do míssil balístico indiano Agni II, em 1999. Foi o momento em que a Índia assumiu a condição de potência nuclear e definiu sua nova estratégia de inserção regional e internacional baseada na afirmação concomitante de seu poder econômico e militar.

Ademais, atualmente está posto o problema da competição cada vez mais acentuada entre China e Índia por recursos energéticos e alimentares. Ambos os países detêm juntos um terço da população do planeta e vêm crescendo, nas duas últimas décadas, a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano, as maiores do mundo. Fiori aponta que, caso sejam mantidas as atuais taxas de crescimento de ambas as economias nacionais, a Índia deverá aumentar em 100% seu consumo energético e a China 150% até 2020. A China, que já foi exportadora de petróleo, atualmente é a segunda maior importadora do mundo. E essas importações suprem somente um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, o problema é ainda mais grave, desde o início da década de 1990, essa dependência aumentou de 70% para 85% de seu consumo interno. Para complicar ainda mais esse intrincado quadro da competição econômica e geopolítica na Ásia, tanto o Japão como a Coreia também são dependentes da importação de petróleo e gás para suprir suas economias internas. Destarte, a recente aproximação de todos esses países junto ao Irã, mesmo a contragosto da potência norte-americana.

Essa situação de carência coletiva e competição intensa explica também a ofensiva da China e da Índia na Ásia Central, na África e na América Latina, assim como na Rússia e no Vietnã, além da participação conjunta da China e da Índia na disputa com a Rússia e com os Estados Unidos pelo petróleo do mar Cáspio e pelos seus oleodutos alternativos de escoamento. Por serem os Estados Nacionais mais populosos do mundo, por possuírem civilizações milenares em comum e, sobretudo, por dividirem entre si 3.200 quilômetros de fronteira – fora as fronteiras que ambos têm com Paquistão, Butão, Mianmar e Nepal –, as relações entre China e Índia são decisivas nesse cenário. Os dois Estados têm territórios em disputa, guerrearam entre si nas últimas décadas e são potências atômicas. No “tabuleiro” geopolítico asiático, a Índia considera que a aproximação da China com o Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh constituem uma estratégia chinesa de “cerco” da Índia e de expansão

da China para o Sul da Ásia, a “zona de influência” imediata da Índia. Por outro lado, a China considera que a aproximação recente entre os Estados Unidos e a Índia – inclusive, através da já mencionada parceria nuclear – constituem uma estratégia de “cerco” da China. “Tudo isso são fatos, expectativas e desdobramentos que caracterizam uma competição territorial e bélica latente em torno da supremacia no sul e no leste da Ásia, envolvendo Estados Unidos, China e Índia” (FIORI, 2008, p. 61). Entretanto, de acordo com o autor, “a grande incógnita a respeito das relações da Ásia com o ‘resto do mundo’ segue sendo a expansão do poder político e econômico da China” (FIORI, 2008, p. 52).

Além de ser a economia que mais cresce no mundo desde as últimas décadas, alcançando o posto de segunda economia do mundo, e, portanto, deixando para trás países poderosos sob esse aspecto, como a Alemanha e o Japão, a China tem investido fortemente na modernização de suas forças armadas e de seus arsenais. Como, por exemplo, no caso de sua frota submarina, movida a diesel e à energia atômica, o que demonstra uma evidente preocupação com o controle marítimo do Pacífico Sul. Recentemente, o país desenvolveu um sistema de ataque e destruição de satélites, uma tecnologia que era controlada apenas por Estados Unidos e Rússia.

No entanto, é notório que a China ocupa um lugar central no planejamento estratégico dos Estados Unidos⁴⁶ e, “do ponto de vista econômico, o que se deve esperar é uma fusão financeira cada vez maior entre a China e os Estados Unidos” (FIORI, 2008, p. 68). O primeiro passo do “milagre econômico” chinês, após o acordo geopolítico com os Estados Unidos, na década de 1970, foi a “inclusão” chinesa no mercado e no capital financeiro estadunidense. Ela aumentou exponencialmente o poder do dólar e dos títulos da dívida pública do governo americano e a capacidade de multiplicação do seu capital financeiro. Contudo, essa “incorporação econômica” contou com uma intermediação ativa e defensiva do Estado chinês, que se utilizou da força da própria expansão americana. Essa posição defensiva começou a mudar a partir de década de 1990, quando a China articulou sua estratégia de crescimento econômico com a de expansão do poder

⁴⁶ Para um aprofundamento da questão da aproximação entre China e Estados Unidos, ver a tese de Cesar Augusto Lambert de Azevedo (2008), *A política externa norte-americana para a República Popular da China: cooperação ou competição?*

nacional. Segundo o autor, a China tem se restringido à disputa pela hegemonia no Leste da Ásia e na sua região próxima do Pacífico, não se estendendo para fora de sua “zona de influência”. Entrementes, não é provável que o país mantenha por muito tempo essa posição estratégica, uma vez que sua economia está cada vez mais vinculada ao projeto expansivo do poder nacional chinês e que a China possui “todas as características das grandes potências que existiram no Sistema Mundial, desde suas origens europeias, no século XVI” (FIORI, 2008, p. 62). Sendo que na África já se pode identificar os primeiros sinais de conflito entre o expansionismo chinês e as demais potências que – segundo Fiori – “já disputam o continente africano”, particularmente os Estados Unidos.

Neste sentido, não cabe dúvida de que é esta nova relação de complementariedade e competição entre Estados Unidos e China que está por trás da grande transformação estrutural em curso no Sistema Mundial e, do aumento gigantesco da “pressão competitiva” que extravasa por todos os lados nesta conjuntura internacional do início do século XXI (FIORI, 2008, p. 52).

Já na América do Sul nunca houve uma disputa hegemônica entre os seus próprios Estados Nacionais. Primeiro foram colônias, e após suas independências estiveram sob a tutela sucessiva de Inglaterra e Estados Unidos. Fiori pondera que, durante estes dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais no continente sul-americano nunca tiveram a intensidade e nem os mesmos efeitos que na Europa. Também não se formou no continente um sistema simultaneamente complementar e competitivo de Estados e economias nacionais, como ocorreu com a Ásia após sua descolonização. Consequentemente, os Estados latino-americanos nunca participaram do “núcleo das principais potências” do Sistema Mundial e estiveram submetidos no decorrer do século XIX à imposição de um “imperialismo de livre-comércio”. Durante a Guerra Fria, os países sul-americanos alinharam-se com os Estados Unidos – exceto Cuba, a partir de 1959. E após o fim da Guerra Fria, na década de 1990, a maioria dos governos do continente se rendeu às messiânicas reformas neoliberais oriundas de Washington.

O autor neodesenvolvimentista afirma que, a partir de 2001, entrementes, o quadro político da região se alterou, com a vitória - em praticamente todos os países

- das forças políticas “nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas”.⁴⁷ A América do Sul apresentou um novo ciclo de crescimento econômico nesta primeira década do século XXI, interrompendo a draconiana estagnação econômica da década passada. A forte demanda asiática, sobretudo da China, por minérios, energia e grãos, tem alavancado as exportações do continente sul-americano. Ao passo que o aumento dos preços internacionais das *commodities* fortaleceu a capacidade fiscal dos países da América do Sul e está financiando políticas de integração da infraestrutura energética e de transportes da região. Ainda possibilitaram a formação de reservas em moedas fortes, amainando a fragilidade externa das economias do continente e ampliando a capacidade de resistência e negociação internacional de seus países. O continente sul-americano possui recursos energéticos renováveis e não renováveis, abundantes reservas minerais, grandiosos mananciais de água, vasto potencial de produção de alimentos e uma rica biodiversidade. Tem aproximadamente 370 milhões de habitantes e um PIB de cerca de 1,5 bilhões de dólares. O Brasil, em particular, será ainda nesta década o maior produtor mundial de alimentos, um dos grandes produtores e exportadores mundiais de petróleo, além de possuir a maior parte do território da Amazônia. “De todos os pontos de vista, portanto, a América do Sul é hoje uma região essencial para o funcionamento e a expansão do Sistema Mundial, e por isto deve sofrer uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro do próprio continente” (FIORI, 2008, p. 58).

Com efeito, Fiori acredita que a China deverá aumentar sua presença econômica na região, porém não é provável que ela se envolva diretamente na geopolítica do continente. O mais plausível é que essa intensificação da “pressão competitiva” gerada pela nova geopolítica, associada ao ciclo de expansão e crise da economia mundial, produza aumentos dos conflitos entre os próprios Estados nacionais da região, e deles com os Estados Unidos. O autor exemplifica que já apontam nessa direção o estreitamento crescente das relações militares entre Estados Unidos e Colômbia, com o projeto de alteração da base de Manta do Equador para a Colômbia e a reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos para atuar no

⁴⁷ O autor se refere às eleições de uma série de forças políticas tidas como de esquerda, na América do Sul, desde o início do século XXI, tais como: Hugo Chávez na Venezuela, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Michele Bachelet no Chile, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez e José Mujica no Uruguai, Rafael Correa e Fernando Lugo no Equador.

Atlântico Sul, além do aumento dos conflitos fronteiriços entre Venezuela, Colômbia e Equador. E, numa direção oposta, a formação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o projeto de criação do Conselho de Defesa da América do Sul, sem a participação dos Estados Unidos, do México e da América Central. Tais iniciativas políticas e econômicas implicam uma revolução das relações continentais e se deparam com a oposição, no interior do próprio continente, dos países e forças políticas favoráveis à manutenção da América do Sul no “território econômico supranacional” dos Estados Unidos. Portanto, Fiori conclui:

Já não há mais possibilidade de escapar da “pressão competitiva” mundial, e isto acelera a formação objetiva e incontornável de um subsistema estatal no continente sul-americano, potencializando o poder interno e externo dos seus Estados... De qualquer maneira, a longa ‘adolescência assistida’ da América do Sul acabou (FIORI, 2008, p. 59).

Por fim, a África é uma região complexa e heterogênea, com cerca de 800 milhões de habitantes, dividida em cinco grandes regiões e 53 estados. Trata-se de um mosaico imenso e fragmentado de territórios, onde inexiste um efetivo sistema estatal competitivo, tampouco uma economia regional integrada. O atual sistema interestatal africano segue as linhas delineadas pelas potências coloniais europeias e as consequências nefastas da Guerra Fria, que atingiu a África Setentrional após a crise do Canal de Suez em 1956; a África Central, na década de 1960, após o início da luta de independência do Congo; e posteriormente, a África Austral, em 1975, após a independência de Angola e Moçambique e no início de sua guerra com a África do Sul. O desfecho da Guerra Fria foi crucial para a supressão do *apartheid* na África do Sul e para a independência da Namíbia.

Durante a década de 1990, após a Guerra Fria, e na plenitude da globalização financeira, o continente africano ficou à margem dos fluxos de comércio e de investimento direto estrangeiro. A partir de 2001, no entanto, o panorama econômico da África se reverteu, especialmente na África Negra. O crescimento econômico médio praticamente dobrou na década de 2000 quando comparado à década anterior, de 1990, conferindo modernização e desenvolvimento ao continente, que chegou inclusive a ser anfitrião da “Copa do Mundo” de 2010. Fiori afirma que por trás dessa transformação africana está a nova pressão econômica de China e Índia, através do comércio e de investimentos diretos. O autor exemplifica que, atualmente, existem mais de 800 companhias, com 900 projetos de investimento e 80 mil trabalhadores chineses, no continente

africano. Um expressivo “desembarque econômico”, capitaneado por empresas estatais com uma estratégia nacional evidente e intrépida, seguidas, ainda que em menor escala, pelo governo e pelos capitais privados indianos que estão realizando um movimento análogo de investimento maciço e de intensificação das suas relações com o estratégico continente. Nesse sentido, Fiori argumenta que:

Todos os sinais econômicos estão apontando na mesma direção: a África Subsaariana está se transformando na área de “acumulação primitiva” do capitalismo asiático e na principal fronteira de expansão econômica e política da China e da Índia nas primeiras décadas do século XXI (FIORI, 2008, p. 52).

Dessa forma, como já discutimos ao tratar do continente asiático, devido à questão da “segurança energética”, está se intensificando a competição geopolítica entre China, Índia e as demais potências já instaladas, ou que chegam ao continente africano neste início de século.

E evidentemente, os Estados Unidos estão entre essas potências com interesse direto na região. Após o fracasso da “intervenção humanitária” na Somália, em 1993, o presidente Clinton visitou o continente e estabeleceu uma estratégia de “baixo teor” para a África Negra, baseada, no plano discursivo, em: democracia e crescimento econômico por meio da globalização dos seus mercados nacionais. Todavia, após 2001, em nome do combate ao terrorismo e de seus interesses energéticos, os norte-americanos alteraram sua política para a África, expandindo sua presença militar na região, especialmente no “Chifre Asiático” e no Golfo da Guiné. Essa ampliação da presença militar dos Estados Unidos na África está sendo acompanhada pela União Europeia e pela Rússia, que firmou recentemente diversos acordos econômicos e militares com países africanos.

Por conseguinte, em poucos anos a conjuntura da África mudou e intensificou a competição das grandes potências, principalmente na África Negra. Com efeito, o autor defende que o atual cenário africano evidencia a transformação estrutural que está em curso no Sistema Mundial Moderno. Como ocorreu com a primeira “explosão expansiva” e colonialista do poder europeu, que se iniciou em 1415, com a conquista de Ceuta, no norte da África, e continuou pela costa ocidental do continente africano, com a transformação da sua população negra na principal “commodity” da economia mundial. E posteriormente, com a segunda grande “explosão expansiva” da “era dos impérios”, no desfecho do século XIX, sobretudo, depois da “Conferência de Berlim”, em 1885, quando as potências europeias

invadiram e submeteram toda a África, com exceção da Etiópia. Desse modo, Fiori conclui categoricamente: “não há como se enganar: todos os sinais indicam que a África será – pela terceira vez – o território privilegiado da nova ‘corrida imperialista’ que está começando” (FIORI, 2008, p. 55).

Portanto, a partir dessa análise da conjuntura internacional, José Luís Fiori objetiva demonstrar o aumento da “pressão competitiva” ao redor do mundo, a fim de exemplificar sua tese de que está em curso, tanto no plano geopolítico como no geoeconômico, uma transformação estrutural de longo prazo que se iniciou na década de 1970. E em ambos os planos, a expansão dos Estados Unidos teve e ainda tem um papel crucial, mesmo no fortalecimento de seus principais concorrentes políticos e econômicos.

Com efeito, estamos vivenciando o “momento histórico” da quarta “explosão expansiva” desse “universo em expansão” contínua desde o “longo século XIII”. Esta, por sua vez, é um efeito do expansionismo norte-americano, da multiplicação do número de Estados Nacionais no Sistema Mundial, que já são cerca de duzentos, e, ainda, do vertiginoso crescimento do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, especialmente da China. A combinação desses fatores é que está provocando o aumento da “pressão competitiva” no sistema e que vem alargando as fronteiras desse “universo em expansão”. Em síntese, foi a política expansionista desenvolvida pelos norte-americanos a partir dos anos 1970 que possibilitou o ressurgimento da Rússia e da Alemanha, e a ascensão da Índia e, principalmente, da China no Sistema Internacional, assim como o de todos os principais concorrentes dos Estados Unidos neste início de século XXI. Ao mesmo tempo, a crise de liderança dos Estados Unidos, após 2003, permitiu que essas novas e antigas potências regionais pudessem buscar mais assertivamente seus interesses nacionais e expandir suas “zonas de influência”. Por conseguinte, a política expansiva dos Estados Unidos avivou e aprofundou as contradições do sistema, e acabou fortalecendo seus próprios competidores. Contudo, esse aumento da tensão e da “pressão competitiva” no mundo cumpre um papel central na reprodução e na acumulação do poder e do capital dos próprios Estados Unidos, que necessitam dessa concorrência para seguirem reproduzindo sua posição hierárquica no Sistema Mundial Moderno. Segundo o autor:

Nossa análise da conjuntura internacional deste início do século XXI confirma nossa hipótese de que não estamos vivendo a “crise terminal” do

poder americano, nem assistindo ao nascimento de um sistema pós-estatal. Pelo contrário, os Estados Unidos se mantêm como potência decisiva no Sistema Mundial, e aumenta a cada dia a “pressão competitiva” entre os Estados e as economias nacionais ao redor do mundo (FIORI, 2008, p. 66).

3.3 Críticas a Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi

Em síntese, existem fortes inconsistências teóricas e históricas nas teorias de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi (FIORI, 2004, p. 18).

O debate que José Luís Fiori trava com Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein é de longa data. Como discutimos, a partir da derrota dos Estados Unidos no Vietnã e do fim do regime de Bretton Woods, na década de 1970, Arrighi e Wallerstein começaram a profetizar o “colapso da hegemonia norte-americana”. E desde a década de 1980, a escola neodesenvolvimentista das Relações Internacionais vem criticando sistematicamente essas teses declinistas. Nos anos 1990, com o desfecho da Guerra Fria e o desmantelamento soviético, o autor brasileiro afirmou que os Estados Unidos nunca concentram tanta força, e que estávamos diante de um verdadeiro “poder global”. No entanto, depois dos ataques terroristas de 2001 e da Guerra do Iraque em 2003, a discussão se acentuou ainda mais. Como vimos acima, por meio da teoria do “universo em expansão” e da tese da “explosão expansiva”, Fiori apresenta um modelo “alternativo” de interpretação da atual conjuntura internacional; contrapondo-o à teoria dos dois autores declinistas acerca dos “ciclos hegemônicos” e suas teses de “crise terminal” do poder americano, e, no caso de Wallerstein, também do sistema-mundo moderno. O autor neodesenvolvimentista ainda tece críticas cadentes aos argumentos desses dois autores neomarxistas.

Começemos nossa análise pela contraposição de Fiori a Wallerstein, especialmente pela sua hipótese do fim do mundo como o concebemos. “Wallerstein não tem uma teoria que sustente sua tese do fim do ‘Sistema Mundial Moderno’, e as evidências que apresenta são dispersas, heterogêneas e extremamente impressionistas, passando pela demografia, pela ecologia e pelo mundo da cultura” (FIORI, 2004, p. 16).

Retomemos sucintamente o argumento de Immanuel Wallerstein sobre o colapso do Sistema Capitalista Interestatal. O autor de *O Fim do Mundo Como o Concebemos* argumenta que duas crises irreversíveis serão as responsáveis por essa transformação sistêmica. Primeiro, a crise de legitimidade do “Estado Nacional”, a qual se tornou evidente com a revolução de 1968 e se consolidou com

a queda do muro de Berlim em 1989. Resultando também na falência ideológica da “Velha Esquerda” e do próprio liberalismo, que desfaleceu com a derrocada comunista. Em segundo lugar, Wallerstein aponta a crise da “acumulação de capital” – o outro pilar de sustentação desse sistema – devido a três causas fundamentais: a “desruralização” do mundo, que provocaria um encarecimento da remuneração da mão de obra; a “crise ecológica” que seria responsável pelo aumento dos preços da matéria prima; e por último o aumento da taxa de impostos, oriundo da pressão popular sobre o Estado, por condições de vida mais dignas. Com relação à crise de natureza econômica, Fiori argumenta ser difícil aceitar a tese de um *profit squeeze* em escala planetária, visto que vivenciamos um momento de redução do “trabalho necessário”, de aumento da exclusão dos trabalhadores e de arrefecimento da participação dos salários na renda nacional de praticamente todos os Estados do mundo. Além disso, o crítico de Wallerstein afirma que não fica claro, na obra deste, como se originam, se identificam e se distinguem as crises hegemônicas dos demais períodos de tensão e retrocesso no interior do Sistema Internacional. Destarte, Fiori questiona como se pode diferenciar uma “crise hegemônica”, de tipo clássico, de uma “crise terminal” do próprio sistema-mundo moderno. “Talvez por isto, a visão de Wallerstein parece, às vezes, dividida entre grandes panoramas históricos onde quase não há lugar para mudanças e análises de conjunturas, onde tudo está sempre em estado de ‘crise final’” (FIORI, 2004, p. 16). Por fim, Fiori critica o argumento de natureza política apresentado pelo autor neomarxista concernente ao esgotamento do atual Sistema Mundial Moderno, a falência do Estado Nacional. O autor de *O Poder Global* pondera que a despeito da tendência polarizante do desenvolvimento mundial do capitalismo ocorreram casos de desenvolvimento nacional exitosos, após a Segunda Guerra Mundial, e que se faz primordial discernir claramente a natureza seletiva dos desenvolvimentos nacionais de uma defesa da inexistência ou da impossibilidade do próprio desenvolvimento capitalista fora do núcleo central do sistema. Semelhantemente deve-se distinguir o que foi a insatisfação dos manifestantes de 1968 de “uma avaliação realista do sucesso do Estado de bem-estar social na construção dos sistemas de proteção social universal dos países desenvolvidos” (FIORI, 2007, p. 64). Desta forma, se Wallerstein peremptoriamente desvalida qualquer tipo de movimento antissistêmico que objetive tomar o poder estatal – foi o que a “Velha Esquerda” fez no século passado, e fracassou – Fiori acredita que a saída possível passa necessariamente

pelo Estado Nacional. E argumenta que, embora as redes de dominação imperial e das altas finanças tenham se internacionalizado nas últimas décadas, os espaços de lutas dos trabalhadores pobres e excluídos, no entanto, continuam delimitados pelas fronteiras dos Estados Nacionais. Destarte o expoente da escola neodesenvolvimentista das Relações Internacionais sentencia: “As ‘causas’ são internacionalistas, mas as lutas e conquistas fundamentais se dão território por território, Estado por Estado...” (FIORI, 2007, p. 64).

Com relação à tese apresentada por Giovanni Arrighi, Fiori tece críticas ainda mais densas. “A tese de Arrighi é provocadora, mas as evidências apresentadas ainda são fracas” (FIORI, 2007, p. 59). A fim de se compreender a crítica de Fiori à ideia de Arrighi acerca da “crise terminal” da hegemonia americana, faz-se mister retomar brevemente a teoria arrighiana sobre os “ciclos hegemônicos”. Conforme o autor neomarxista, os períodos de “crise hegemônica” podem ser identificados por quatro sintomas fundamentais que teriam ocorrido em todas as grandes crises e transições hegemônicas. Primeiro, as “grandes expansões financeiras sistêmicas”, que seriam o resultado combinado de uma crise de sobreprodução com a ampliação da disputa estatal pelos capitais circulantes no Sistema Mundial. Segundo, a intensificação da competição estatal e capitalista no mundo. Terceiro, a escalada global dos conflitos sociais e coloniais ou civilizatórios. E por último, o surgimento de novas configurações de poder capazes de desafiar e vencer o Estado hegemônico.

José Luís Fiori tenta desmontar o argumento arrighiano passo a passo. Primeiramente, com relação às “grandes expansões financeiras”, o autor neodesenvolvimentista argumenta que não é evidente, na história econômica, a relação entre as grandes expansões financeiras e as crises cíclicas do sistema capitalista; e que é menos claro ainda a relação dessas grandes expansões do capital financeiro com as crises hegemônicas do Sistema Internacional. Fiori exemplifica que, no caso da hegemonia inglesa, a expansão financeira que se deu no começo do século XIX foi crucial para a sua consolidação hegemônica, e não para sua crise, contribuindo para financiar a passagem da indústria algodoeira para a indústria metalúrgica das estradas de ferro. Em seguida, na segunda metade do século XIX, aconteceu outra grande expansão financeira, que foi contemporânea da crise econômica inglesa que ocorreu entre 1873 e 1893. Todavia, segundo Fiori, analogamente nesse caso, a referida expansão financeira não originou somente movimentos de especulação, tendo sido um fator crucial no êxito das exportações

inglesas e na expansão do território econômico controlado pelo seu capital financeiro, além de ter cooperado para injetar recursos na construção do “Império Britânico”. Já no fim do século XX, a expansão financeira que teve início na década de 1970 foi, principalmente, um efeito da abundância de petrodólares no mercado europeu; e na década de 1980 foi um fenômeno que se restringiu quase que exclusivamente aos mercados desregulados anglo-saxões, tendo ocorrido simultaneamente à retomada do crescimento econômico dos Estados Unidos que se estendeu por toda a década seguinte. E, dessa forma, nos anos 90, pode-se afirmar, indubitavelmente, a ocorrência de uma “expansão financeira sistêmica”, não obstante, esta foi resultado da desregulação generalizada dos mercados de capitais por todo o mundo, além de ter ocorrido em um dos períodos de mais intenso e continuado crescimento da economia estadunidense. Por último, Fiori pondera que, nestas derradeiras décadas, a despeito da migração de capitais para o Leste Asiático, os Estados Unidos continuaram sendo o principal território econômico de aplicação e investimentos dos capitais de todo o Sistema Mundial.

Com relação ao argumento desenvolvido por Giovanni Arrighi de intensificação da competição estatal e capitalista durante os períodos de crise hegemônica terminal; Fiori replica que não há evidências suficientes de que o acirramento da concorrência interestatal e interempresarial tenha ocorrido somente nos momentos de grandes transições, entre diferentes ciclos de acumulação. Conforme o crítico da teoria arrighiana: “Não parecem ser causa, nem são um indicador suficiente de uma crise de hegemonia” (FIORI, 2004, p. 17).

Concernente ao aumento mundial dos conflitos sociais e coloniais ou civilizatórios como um símbolo do outono hegemônico, o sociólogo brasileiro afirma que apesar de parecer comum prever a ampliação da “conflitividade social” em períodos de corrosão dos poderes dominantes, é muito mais difícil demonstrar que as lutas revolucionárias e os movimentos sociais tenham aumentado durante os períodos de transições hegemônicas. Fiori argumenta que, ao contrário da tese defendida por Arrighi, a “era das revoluções” de Hobsbawm coincidiu com o período de consolidação, e não de crise, da hegemonia inglesa, ao passo que a crise mundial do último quartel do século XX, ao contrário do previsto pelo modelo arrighiano, foi uma conjuntura de desaceleração dos conflitos e de derrota dos movimentos trabalhistas em praticamente todo o mundo. Ademais, o autor neodesenvolvimentista sublinha que as grandes ondas de descolonização e

independência dos novos Estados, que ocorreram no início do século XIX e durante o século XX, coincidiram com a ascensão, e não com a crise das hegemonias inglesa e estadunidense.

Por fim, o argumento construído por Arrighi de que nas fases terminais das hegemonias ocorre a emergência de novas configurações de poder em condições de vencer o antigo Estado hegemônico. Para o autor declinista, os Estados Unidos se enfraqueceram desde a Guerra do Vietnã ao se endividarem excessivamente, deixando de serem os maiores *credores* do mundo para se tornarem os maiores *devedores*; e ao possibilitarem a transferência do “cofre do sistema” para o Leste Asiático, provocando uma “bifurcação” do poder mundial. Com efeito, apesar de ainda serem a maior potência militar do mundo, os Estados perderam sua primazia econômica. No que diz respeito ao endividamento norte-americano, Fiori afiança que Arrighi “confunde” o funcionamento do atual sistema monetário internacional, o “dólar flutuante”,⁴⁸ com os sistemas monetários internacionais passados, pautados nos padrões ouro-libra e ouro-dólar. Nestes, o “padrão ouro” e o “padrão dólar”, os Estados Nacionais que emitiam a moeda-chave precisavam se preocupar com seus desequilíbrios externos para impedir que se alterasse, em ouro, o preço oficial de sua moeda. Contudo, no atual sistema monetário internacional – o qual se consolidou justamente nas décadas de 1970 e 1980 –, os Estados Unidos não sofrem essa restrição pelo fato de não existir qualquer tipo de paridade e, por conseguinte, podem financiar qualquer déficit com ativos denominados em sua própria moeda. Além disso, a inexistência da necessidade de conversibilidade em ouro confere tanto ao dólar quanto aos Estados Unidos, a liberdade para poderem variar sua paridade em relação às demais moedas dos outros países conforme sua conveniência, através do simples manejo de suas taxas de juros. Consequentemente, a ausência da paridade metálica elimina o problema da restrição externa para os Estados Unidos. “Assim, ao contrário do que pensa Arrighi, a crise dos anos 70, a ‘expansão financeira’ posterior e o fim da Guerra Fria transferiram aos Estados Unidos uma centralidade militar, monetária e financeira sem precedentes na história da economia-mundo capitalista” (FIORI, 2004, p. 18).

⁴⁸ Para uma apurada discussão a respeito do sistema monetário internacional baseado no “dólar flexível”, ver o artigo de Franklin Serrano (2008): *A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial dos anos 2000*.

Portanto, Fiori, afirma que não há evidências suficientes na atual conjuntura internacional que sustente a tese de Arrighi de que houve uma “bifurcação” entre o poder militar e o poder financeiro mundiais nas derradeiras décadas do século XX. E, diante disso, se torna difícil pensar que possa emergir uma “nova configuração de poder” com capacidade hegemônica global, em territórios incomparavelmente mais fracos militarmente e cujo dinamismo econômico depende essencialmente da economia dos próprios Estados Unidos.

Concluindo, não há dúvida de que o Sistema Mundial está em transe e é bem provável que os Estados Unidos enfrentem dificuldades crescentes, nas próximas décadas, para manter o seu controle global. Mas não há evidências de que essas transformações sejam parte de uma crise terminal da hegemonia americana, e muito menos ainda, da *Modern World System* (FIORI, 2004, p. 18).

Considerações Finais

Como vimos, desde a década de 1970, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein defendem a tese do crepúsculo do poder americano. E, desde a década seguinte, José Luís Fiori – ao lado de outros autores desenvolvimentistas, como Maria da Conceição Tavares – afiança a retomada da hegemonia dos Estados Unidos no Sistema Mundial. Na década de 2000, o debate se intensifica. Já na primeira metade dessa década, Fiori publica *O Poder Americano*. E, Wallerstein, *O Declínio do Poder Americano*. Em 2008, Fiori (ao lado de Serrano e Medeiros) lança *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Nosso tema centra-se neste debate: *Colapso ou Mito do Colapso?*

Na Introdução, buscamos discutir alguns aspectos *teóricos* e *históricos* das Relações Internacionais acerca da crise dos Estados Unidos, desde os anos 1970 até as primeiras décadas do século XXI. Realizamos algumas considerações iniciais sobre o debate teórico nos Estados Unidos entre *declinistas* – crentes no outono hegemônicos – e *renovacionistas*, que enxergam um horizonte de expansão “perene” do poder americano, como é o caso de Krauthammer, Bobbit e Ferguson. Dentre os declinistas, discernimos dois grupos. Um mais “moderado”, formado por autores como Mann, Bacevich e Johnson. E outro mais corrosivo, composto pelos marxistas Silver, Arrighi e Wallerstein.

Consideramos importante apresentar uma visão “alternativa” à discussão realizada no “centro” e optamos pela análise de formulações sobre a crise hegemônica oriundas da “periferia” do sistema. Escolhemos uma abordagem neodesenvolvimentista. Ainda nessas primeiras considerações, fizemos um breve mapeamento do cenário internacional desde o desfecho da década de 1960 até os dias presentes, procurando sempre amarrar a discussão entre *teoria* e *história*.

No primeiro capítulo, “Giovanni Arrighi – Os Ciclos Hegemônicos e o Caos e a Governabilidade no Sistema Mundial Moderno”, analisamos o conceito de *sistema-mundo moderno*, do qual partem Arrighi e Wallerstein. Trata-se de um sistema finito, que teve sua gênese no século XVI e que, segundo o autor de *O Fim do Mundo Como o Concebemos*, está em estado “terminal” e deverá sobreviver somente até por volta da metade do século XXI, quando será substituído por outro

sistema ainda desconhecido. Diante de uma *bifurcação*, atravessaremos um período *caótico* de transição até que nasça outro “sistema histórico”.

Investigamos ainda as semelhanças e diferenças entre os dois teóricos do sistema-mundo. Tanto para Arrighi como para Wallerstein, a competição entre os Estados Nacionais no interior do sistema-mundo moderno só não findou em caos político e econômico ou na formação de um “império-mundo” devido aos “ciclos hegemônicos”. Três potências hegemônicas em distintos períodos desde sua formação atuaram como reguladoras do funcionamento hierárquico do Sistema Internacional. As Províncias Unidas durante o século XVII, a Inglaterra no século XIX e os Estados Unidos no século XX.

Apesar de ambos partirem da teoria dos “ciclos hegemônicos” e defenderem a tese de “colapso” do poder americano, há relevantes distinções entre seus argumentos. Ressaltamos as diferenças tanto em suas teorias quanto em suas teses. Neste aspecto, ao passo que Arrighi prevê mais uma alteração hegemônica, Wallerstein acredita em uma transformação bem mais profunda – sistêmica. Isto é, para Arrighi, a “crise terminal” da hegemonia americana resultará no surgimento de uma nova hegemonia que “estabilizará” o sistema por mais um período (ciclo), provavelmente oriunda do Leste Asiático. Já para Wallerstein, a crise norte-americana resultará no fim do próprio Sistema Mundial Moderno. Portanto, enquanto a tese de Arrighi aponta para uma *mudança no sistema*, a tese wallersteiniana marca uma *mudança do sistema*.

Apontamos as distinções teóricas concernentes aos “ciclos hegemônicos” e como transcorre a dinâmica de funcionamento destes para cada um dos autores. Vimos que a principal diferença é que, para Wallerstein, a fonte última da mudança sistêmica é *exógena*, enquanto para Arrighi, esta é *endógena*. Na concepção wallersteiniana, a conquista da posição hegemônica é um processo de longa duração que implica competir, em longo prazo, com outras unidades políticas. O resultado dessa exasperada competição interestatal é a constituição de longos períodos de “expansão competitiva”, a qual permite a concentração de poder econômico, militar e político em um único Estado nacional, que acaba se tornando a potência hegemônica. No processo de tais expansões competitivas, o Estado hegemônico emergente, no decorrer do processo, investe menos em recursos militares do que a potência hegemônica decadente, o que lhe proporciona maior liberdade para investir em tecnologia produtiva. Consequentemente, a hegemonia

ascendente, com o passar do tempo, conquista uma posição de superioridade sobre todas as outras potências do Sistema Internacional. Tal superioridade econômica deste Estado particular ocorre primeiramente na esfera da produção, posteriormente no comércio e finalmente nas finanças. A consolidação hegemônica ocorre após uma “guerra de trinta anos”, com o acordo do pós-guerra, o qual consiste em uma forma de “liberalismo global”. Este, por sua vez, tem uma dupla finalidade: respaldar a dominação baseada na vantagem competitiva da potência hegemônica e deslegitimar os esforços das demais potências estatais no sentido de agir contra a superioridade econômica do hegemon.

Entretanto, é esse mesmo liberalismo global que acaba gerando o declínio da nação hegemônica. Primeiro, porque dificulta que a potência hegemônica postergue a “disseminação da capacidade tecnológica” entre as potências rivais; segundo, porque manter uma alta produção em uma época de máxima produção global implica necessariamente o aumento da renda das camadas trabalhadoras e dos dirigentes estabelecidos na nação hegemônica. Com o passar do tempo, essas duas tendências minam a vantagem competitiva das empresas da nação hegemônica nas esferas da produção, do comércio e das finanças. Consequentemente, o sistema reinicia novamente um longo período de expansões competitivas, até que outro Estado Nacional impetire outra vez conquistar a tríplice vantagem competitiva - na produção, na produção, no comércio e na finança – e, assim, assumirá a nova hegemonia. Em síntese, vimos que, para Wallerstein, as potências hegemônicas invariavelmente entram em declínio, uma vez que, para mantê-la, faz-se cogente concentrar cada vez mais investimentos na esfera militar, o que deteriora sua competitividade econômica, legitimidade ideológica e liderança política.

A teoria arrighiana, diferentemente da desenvolvida por Wallerstein, argumenta que a ascensão das potências hegemônicas no Sistema Internacional não foi somente efeito de propriedades de nível sistêmico. Conforme Arrighi, as expansões sistêmicas são fruto da interação de dois tipos de liderança que definem conjuntamente as situações hegemônicas. Da reorganização sistêmica pelo Estado hegemônico, que promove a expansão ao dotar o sistema de uma divisão internacional do trabalho e uma especialização de funções mais amplas ou mais profundas; e da imitação, que fornece às unidades políticas separadas o impulso necessário para mobilizar recursos rumo à expansão. Há uma tensão constante

entre essas duas tendências, uma vez que a primeira está intrinsicamente associada a uma *cooperação* entre as unidades do sistema, ao passo que a imitação é inerente à *competição* mútua e a fomenta. Em um primeiro momento, a imitação funciona em um contexto predominantemente cooperativo e, desse modo, torna-se um catalizador da expansão. Contudo, posteriormente, a expansão amplia o número de unidades socialmente relevantes que interagem no sistema e aumentam também o número, a variedade e a velocidade das transações que ligam as unidades entre si. Com o decorrer do tempo, esse aumento tende a intensificar a competição interna entre suas unidades para além das capacidades reguladoras das instituições existentes. Segundo Arrighi, quando se chega a esse ponto, o poder do Estado hegemônico sofre uma deflação e se instaura uma crise de hegemonia.

Analisamos a ideia central de Arrighi no que diz respeito ao “caos e à governabilidade no Sistema Mundial”. Sua tese é que esses períodos de caos sistêmico e transição hegemônica são caracterizados por três processos diferentes, todavia relacionados: a competição estatal e capitalista; a escalada global dos conflitos sociais; e a emergência de novas configurações de poder, que seriam capazes de superar o antigo Estado hegemônico, uma vez que este já estaria debilitado. Esses processos ainda estariam associados ao que ele denominou expansões financeiras sistêmicas, períodos econômicos em que exista uma abundância de capitais baratos que migram da esfera da produção e do comércio, com destino aos empréstimos especulativos. Essa abundância de capitais desencadeia uma “crise de superprodução” somada ao acirramento do embate entre os Estados pelos capitais circulantes nos mercados internacionais.

Além disso, Giovanni Arrighi considera que desde a década de 1970 ocorreu uma grande perda do poder financeiro dos Estados Unidos devido ao aumento do endividamento externo, que o transformou de “credor” no Sistema Mundial em “a maior nação devedora do mundo”; à “sublevação” de grandes corporações que receberam o aval dos Estados Unidos e algumas potências europeias aliadas para agirem globalmente, porém acabaram se autonomizando e, conseqüentemente, fragilizando os Estados de que dependem para sua proteção e manutenção. E, por último, Arrighi matiza a ideia de uma “transferência” do poder econômico mundial devido ao deslocamento do poder financeiro e do “cofre do sistema” para o Leste Asiático, que seria “a nova oficina do mundo”.

No segundo capítulo intitulado, “Immanuel Wallerstein – O Declínio do Poder Americano e o Colapso do Sistema Mundial Moderno” analisamos como, segundo Wallerstein, a atual crise hegemônica se confunde com a própria crise sistêmica do moderno Sistema Mundial. Immanuel Wallerstein periodiza a mudança geopolítica do sistema-mundo em duas fases distintas. O período que vai do desfecho dos anos 1960 a 2001 marca o início do colapso da hegemonia americana, contudo a intensidade desse declínio foi limitada pela estratégia que essa nação desenvolveu a fim de “postergar” e “minimizar” seu declínio hegemônico. O segundo período, a fase mais aguda – e terminal – da hegemonia norte-americana, vai de 2001 a 2025, é o período em que os Estados Unidos intentam recuperar sua posição com políticas mais unilaterais, o que, no entanto, vem ampliando a velocidade e a profundidade de seu colapso inevitável.

Conforme a análise desenvolvida por Wallerstein, os Estados Unidos atualmente são muito mais frágeis nos aspectos militares, econômicos e ideológicos, se comparado aos anos 1970. E, a partir de 2001, esse declínio se acentuou. Desde os anos 1970 os Estados Unidos não dispõem mais de uma superioridade econômica isolada, com a retomada econômica da Europa Ocidental – particularmente da Alemanha – e do Leste Asiático – sobretudo do Japão e da China. E se dez anos atrás a economia dos Estados Unidos representava cerca de um terço da economia do mundo, hoje representa menos de um quarto, e muito em breve deverá representar menos de um quinto. Ideologicamente, não possuem nem a sombra da influência que dispunham outrora, no pós-guerra. A *arrogância* e a *pressão* minaram sua liderança política internacional. O unilateralismo assumido nas questões internacionais e o conceito de *guerra preventiva*; o estabelecimento de um “Eixo do Mal” e a intolerância à neutralidade dos atores; o desrespeito a Instituições Multilaterais; a recusa a assumir compromissos internacionais cruciais; a desconsideração pela opinião pública internacional, a qual repudia cada vez mais o unilateralismo estadunidense, o que se reflete no paulatino aumento de sentimento antiamericano em todo o mundo, são todos sinais dessa postura arrogante assumida pela política externa norte-americana. E, a despeito de ainda possuírem o maior poderio militar do mundo, este não tem se demonstrado eficiente sequer para lhes garantir vitórias em suas guerras, contribuindo indubitavelmente mais para o declínio do que para o aumento do seu poder no Sistema Mundial.

Quatro processos históricos foram cruciais para a derrocada da hegemonia americana: a Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim em 1989 e, finalmente, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Sobretudo, a partir de 2001, com a reorientação de sua política externa durante o governo Bush, a crise da hegemonia norte-americana se intensificou. O resultado final do conjunto dessa política consistiu em acelerar o declínio da hegemonia norte-americana, mais do que invertê-lo, como se desejava. E, o governo Obama que, por sua vez, manteve as linhas gerais da administração anterior, essencialmente não fez – nem podia fazer – muito para impedir o colapso inexorável da hegemonia dos Estados Unidos.

Conforme vimos, Wallerstein teoriza que o atual colapso hegemônico dos Estados Unidos não significa “simplesmente” mais uma transição hegemônica do sistema-mundo moderno. A transformação que vivenciamos atualmente implica o fim do próprio sistema-mundo capitalista, o qual está fadado, inevitavelmente, a ser substituído por outro sistema histórico, assim como ele próprio já o fez, por volta de quinhentos anos atrás. A teoria de Immanuel Wallerstein sob a falência do sistema capitalista está pautada essencialmente no esgotamento das suas duas bases de sustentação: a *acumulação de capital* – sua sustentação econômica – e o *Estado Nacional* – sua sustentação política. Por fim, o autor declinista traça um cenário nada otimista para o futuro durante esse período de transição sistêmica.

Por último, no terceiro capítulo intitulado “José Luís Fiori – O Mito do Colapso do Poder Americano e do Sistema Mundial Moderno”, analisamos como José Luís Fiori critica a teoria elaborada por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein sobre os “ciclos hegemônicos”, assim como a tese da “crise terminal” do poder americano e – no caso particular de Wallerstein – do sistema-mundo moderno. Fiori apresenta tanto uma teoria como uma tese antitética às mencionadas nos capítulos anteriores concernentes ao funcionamento do Sistema Mundial Moderno e à conjuntura internacional contemporânea. O autor neodesenvolvimentista recorre à teoria do “universo em expansão”, a fim de se compreender o processo de desenvolvimento do Sistema Internacional, desde “longo século XIII” até o atual século XXI, e à tese da “explosão expansiva”, para desvendar a conjuntura das Relações Internacionais desde a década de 1970 até meados do presente século.

Para Fiori, o Sistema Mundial é um “universo em expansão” contínua, no qual todos os Estados que competem pelo “poder global” – sobretudo o Estado

hegemônico – estão constantemente criando simultaneamente ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Com efeito, crises econômicas e guerras não são, necessariamente, um sinal do colapso dos Estados e das economias envolvidas. Ao contrário, podem ser uma parte fundamental e imprescindível da acumulação do poder e da riqueza desses Estados Nacionais e, do próprio Sistema Internacional.

A partir de sua teoria do “universo em expansão”, José Luís Fiori recorre à análise da conjuntura internacional para defender sua tese da atual “explosão expansiva” no Sistema Mundial. Como vimos, sua tese é de que desde a década de 1970 vivenciamos uma transformação estrutural de longo prazo, com mais uma “explosão expansiva” dentro deste “universo em expansão”, provocado pelo aumento da “pressão competitiva” das grandes potências, perenemente insatisfeitas com o *status quo* do sistema, e provocada principalmente pela potência hegemônica, no caso, os Estados Unidos, que, na busca incessante do “poder global”, ativa e potencializa as contradições do Sistema Internacional, desfaz instituições e regras, provoca guerras e paradoxalmente acaba fortalecendo os Estados que competem com ela pelas supremacias regionais ao redor do mundo. Entretanto, concomitantemente, essa competição e as guerras, em todas as regiões geopolíticas e econômicas do Sistema Mundial, cumprem um papel crucial na reprodução e na acumulação do poder dos próprios Estados Unidos, que necessitam dessa concorrência, dessas crises e dessas guerras para continuarem reproduzindo sua liderança no hierárquico Sistema Internacional.

Por fim, o sociólogo brasileiro tece críticas candentes aos argumentos de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. E, rechaça categoricamente a tese de um “colapso” do poder americano ou do Sistema Mundial. Fiori acredita que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos norte-americanos neste início de século e das transformações que vêm ocorrendo no Sistema Internacional, os Estados Unidos se mantêm como potência decisiva no sistema mundial e aumentam a cada dia a “pressão competitiva” entre os Estados e as economias nacionais ao redor do mundo.

Em síntese, há um consenso nesse debate. Os três autores apontam que, desde a década de 1970, o Sistema Mundial vem sofrendo grandes transformações estruturais. No entanto, ao contrário dos dois teóricos do sistema-mundo, José Luís Fiori não contempla nestas transformações o “colapso do poder americano”, que na sua concepção não passa de um “mito”. Já Giovanni Arrighi acredita que essa crise

inexorável desencadeará ou um maior equilíbrio entre as nações, sobretudo devido à ascensão do Leste Asiático, ou um período indefinido de caos sistêmico Além de profetizar o “declínio do poder americano”, ele sentencia o colapso do próprio sistema capitalista. Trata-se do “fim do mundo como o concebemos”.

Enfim, *Colapso ou Mito do Colapso?* Três imagens nos vêm à mente ao examinarmos esse instigante debate. Na primeira delas, sugerida pelo próprio Wallerstein (2004a, p. 21), estaríamos testemunhando a “aterriagem forçada da água”. Na segunda, a partir da interpretação de José Luís Fiori, vivenciamos a “ressurreição da Fênix”, que ressurge das cinzas, a partir da “diplomacia do dólar forte”, executada durante a década de 1980. Diante desse embate, ocorre-nos a metáfora hegeliana: “a coruja de Minerva alça voo ao se iniciar o crepúsculo”.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- _____. Entrevista concedida a Emir Sader. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mundo, São Paulo: 2 de setembro de 2007.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRUDA, José Jobson. *Nova História moderna e contemporânea*. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2004.
- AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert de. *A política externa norte-americana para a República Popular da China: cooperação ou competição?* São Paulo: Tese de Doutorado – USP, 2008.
- BACEVICH, Andrew. *American Empire*. Cambridge: Harvady University Press, 2003.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados*. Economia e Sociedade, nº 4, julho de 1955.
- BOBBITT, Philip. *The Shield of Achilles*. Nova York: Knopf, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciência Sociais*. Lisboa: Presença, 1972.
- _____. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CHOMSKY, Noam. *Propaganda e Consciência Popular*. Bauru: EDUSC, 2003.
- COX, Robert W. “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In R. W. Cox e T. Sinclair, *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.

_____. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

FERGUSON, Niall. *The Cash Nexus*. London: Penguin Books, 2001.

FERGUSON, Niall; KAGAN, Robert. *The United States Is, and Should Be, an Empire.*, A NEW ATLANTIC INITIATIVE DEBATE, 17 de julho de 2003. Wohlstetter Conference Center, Twelfth Floor, AEI 1150 Seventeenth Street, N.W., Washington, D.C. U.S. Disponível em: < <http://www.aei.org/EMStaticPage/428?page=Summary>>.

_____. *Colossus: the price of America"s Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Polarização Mundial e Crescimento* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In: *O poder americano*. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: *O poder americano*. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. *O Poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILL, Stephen. Gramsci e a política global: uma proposta de pesquisas pós-hegemônicas. In: *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GILPING, Robert. *The Political Economy of the International Relations*. Princinton: Princinton University Press, 1987.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre, Editora da Universidade UFRG, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBS, Thomas. *Leviatã* ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBSBAWM, Eric J. E. *A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. *A era dos impérios*. São Paulo, Paz e Terra, 2007a.

_____. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Schwarcz, 2008.

_____. Entrevista à *Folha de São Paulo*, 30 de setembro de 2007b.

HUNTINGTON, Samuel P., “Why international primacy matters”. *International Security*, v. 17, nº 4, 1993 *Apud*. GUIMARAES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, Dezembro 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142002000300005&lng=en&nrm=iso>

_____. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, mar/abr 1999.

JOHNSON, Charles. *The Sorrows of Empire*. New York: Metropolitan Books, 2004.

KAGAN, Robert. The Benevolent Empire. *Foreign Policy*, Summer 1998.

_____. *Do paraíso e do poder: os Estados Unidos e a Europa na nova Ordem Mundial*. Trad. Jussara Simões. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. Coleção Idéias Contemporâneas.

_____. America’s crisis of Legitimacy. *Foreign Affairs* vol. 83 n.2 Mar.-Abr. 2004.

_____. *O retorno da História e o fim dos sonhos*. Coleção Idéias Contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

KAGAN, Robert; KRISTOL, William. Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy. Encounter Books, 2002. *Apud*. WNYC. Disponível em: <<http://www.wnyc.org/books/16811>>

KAPLAN, Robert D. *How We would Fight China*. The Atlantic Monthly, jun. 2005.

KENNEDY, Paul. The Greatest Superpower Ever. In: *New Perspectives Quarterly* (dez-fev), 2002.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

_____. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Littlebrown, 1977.

KINDELBERGER, Charles. *The World in Depression: 1929-1939*. Los Angeles: University of California Press, 1973.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

_____. *Does America Need a Foreign Policy?* New York: Simon & Schuster, 2001.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs* v. 70 no. 1, 1991.

_____. "The Unipolar Moment Revisited." *The National Interest*, nº70 5-17 2002/2003.

_____. The Neoconservative Convergence. *Commentary* v. 120 n.1 Jul-Ago, 2005.

KUPCHAN, Charles. *The End of the American Era*. New York: Alfred Knopf, 2002.

MANN, Michael. Delusions of empire: recent neo-conservative and neo-liberal writings on American foreign policy. Review Essay. *Socio-Economic Review*, nº 2, 2004.

_____. *O Império da Incoerência: A Natureza do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Powers*. New York: W.W Norton & Company, 2001.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Boston: McGraw Hill, 1993.

NYE JR, Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2002.

PRATT, J. W. *A History of United States Foreign Policy*. Buffalo: Prentice-Hall,

1955.

SERRANO, Franklin. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria Crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, julho/dezembro 2005, pp. 249-282.

SPUFFORD, Peter. *Money and its Use in Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

STATEMENT OF PRINCIPLES – PNAC The Project for the New American Century. <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 2ª Ed.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia americana. In: *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 2ª Ed.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. São Paulo: Record, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press, 1974.

_____. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *The Modern World-System, vol. II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press. 1980.

_____. *The Modern World-System, vol. III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840's*. San Diego: Academic Press. 1989.

_____. Crisis and Transition. In: *Dynamics of Global Crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 1982.

_____. *The Politics of the World–Economy: The States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Response: Declining States, Declining Rights?, *International Labor and Working-Class History* 47: 24-27, 1995.

_____. A ruína do capitalismo. Entrevista concedida a Gustavo Ioschpe. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! p. 9, São Paulo: 17 de outubro de 1999.

_____. *O Fim do Mundo Como o Concebemos: Ciência Social para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002a.

_____. *Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. *O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004a.

_____. *World-Systems Analysis*. Londres: Duke University Press, 2004b.

_____. Mudando a Geopolítica do Sistema Mundo: 1945-2025. In: SADER, Emir e SANTOS, Theotonio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. Estado Nacional e política econômica. In: *Escritos Políticos I*. México: Fólíos Ediciones, 1982.